

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA
PAULO ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA**

**PAULINO DE OLIVEIRA
O ESCRIBA, O CRONISTA E A CIDADE.**

Juiz de Fora
2015

PAULO ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA

**PAULINO DE OLIVEIRA
O ESCRIBA, O CRONISTA E A CIDADE.**

Dissertação apresentada ao Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, Área de Concentração: Literatura Brasileira.
Linha de Pesquisa: Literatura de Minas: o regional e o universal.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Moema Rodrigues Brandão Mendes

Juiz de Fora
2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca CES/JF - CES/JF

Oliveira, Paulo Roberto Soares de
Paulino de Oliveira: o escriba, o cronista e a cidade / Paulo
Roberto Soares de Oliveira / Juiz de Fora, 2015.
93 f.

Dissertação (Mestrado em Letras)-Centro de Ensino
Superior de Juiz de Fora.

Bibliografia: p. 82-84

1. Oliveira, Paulino, 1899-1992. 2. Literatura brasileira -
Crônicas. I. Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.
II. Título.

CDD – B869.8

OLIVEIRA, Paulo Roberto Soares de.
Paulino de Oliveira: o escriba, o cronista e
a cidade. Dissertação apresentada ao
Centro de Ensino Superior de Juiz de
Fora, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Letras,
realizada no 1º semestre de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Moema Rodrigues Brandão Mendes (CES/JF)

Prof.ª Dr.ª Maria de Lourdes Abreu de Oliveira (CES/JF)

Prof.ª Dr.ª Teresa Cristina da Costa Neves (UFJF)

Examinado(a) em: 11/05/2015.

Dedico esta dissertação a minha família terrena e minha família espiritual, que jamais me abandonaram mesmo em momentos tão difíceis; e também, àqueles que, mesmo sem saber, me fizeram enxergar que o pior sempre passará, para dar lugar a tudo de bom que o espera a alguns passos à frente.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é sempre um dilema quando se tem por tantos um enorme apreço e uma impagável dívida. É muito difícil deixar de nomear alguns, que fizeram este caminho um pouco mais fácil, auxiliando-me na transposição dos obstáculos:

aos meus pais e irmãos que são o alicerce;

a minha esposa e meus filhos que são a motivação e a base;

aos meus Mestres que, desde a mais tenra idade até agora, foram as paredes;

aos amigos, em especial José Alberto, que foi o incentivador disto tudo;

e, finalmente, aos amigos espirituais que a serviço do Pai, nos dão a cobertura e a proteção eternas.

Olho para o futuro e nada enxergo,
porque a paisagem termina ao pé de mim,
tão próximo pressinto o seu fim. Por isso
encaro o presente, e nele vejo e sinto o
que é bom...

Paulino de Oliveira

RESUMO

OLIVEIRA, Paulo Roberto Soares de. **PAULINO DE OLIVEIRA: O ESCRIBA, O CRONISTA E A CIDADE**. 92 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

Quem seria este mineiro nascido às margens do Rio Pomba na Zona da Mata mineira, próximo a Furtado de Campos, distrito de Rio Novo, nos braços de Dona Berlamina e de **Seu** Joaquim? Quem seria o moleque que aprendera as primeiras letras com Dona Milota e fizera um pacto com o cometa de somente ir embora deste mundo, na sua cauda, quando este regressasse? Este é um menino que se fez rapaz e foi se descobrir aprendiz de tipógrafo, que um dia veio no leito moreno do Paraibuna escrever sobre o bonde, os sobrados, sobre a história de Juiz de Fora, com seus diversos personagens. Esta pesquisa pretende, portanto, a partir da obra **Crônicas: Paulino de Oliveira** (2001), investigar de onde veio tamanha sanha em desvendar os caminhos de Juiz de Fora e transformá-los em memórias registradas em crônicas. Apresenta como proposta (re)descobrir o cronista Paulino de Oliveira e (re)conhecer em suas produções o escritor e o memorialista, que (re)significaram cada parte da cidade ao demonstrar seu talento para observação e, por meio dela, descrever os fatos e atos de uma pulsante Juiz de Fora no final do século 19, início do século 20. Nela a intelectualidade despontava de maneira necessária e, por consequência, com ela, surgiram vários jornais e seus folhetins, que registraram os primeiros atos de escrita daqueles que se tornariam grandes literatos no cenário nacional. Pesquisar a produção de Paulino de Oliveira e o lugar que ele ocupa como ator e seus pares é pesquisar a fronteira sutil que separa a literatura do jornalismo. A teoria que fundamenta esta pesquisa é exploratória, bibliográfica e documental, utilizando, principalmente, os estudos de Antônio Olinto – **Jornalismo e literatura** (1955); Alceu Amoroso Lima – **O jornalismo como gênero literário** (1969); Antonio Candido – **A maioria da crônica** (2014) e Milton Santos – **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal** (2000), no que consiste investigar a relação entre jornalismo, literatura, escriba e escrevente apoiada pelas teorias arquivísticas e de memória.

Palavras-chave: Crônica. Literatura. Jornalismo. Memória. Paulino de Oliveira.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Paulo Roberto Soares de. **PAULINO DE OLIVEIRA: O ESCRIBA, O CRONISTA E A CIDADE**. 92 f. Dissertation (Master in Literature). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

Who would be this person, born at Rio Pomba's riverside in Zona da Mata Mineira, next to Furtado de Campos town, Rio Novo's district, in the arms of Dona Berlamina and **Seu** Joaquim? Who would be the child who learnt the first letters with Dona Milota, and who made a pact with a comet of only leaving this world in its tail when the comet returned? This boy made himself a man and discovered himself as a typographer apprentice, who later, on the brownish river bed of the Paraibuna wrote about trams, old houses, and Juiz de Fora's history and its myriads of characters. This research focused on the book **Chronicles: Paulino de Oliveira** (2001), aims to check out the origins of the deep intent to unravel Juiz de Fora's pathways and make them registered history in chronicles. Moreover this paper proposes to (re)discover the chronicler Paulino de Oliveira and (re)visit in his writings the writer and memoirist which (re)signified each part of the city through observation to describe acts and facts of a beating Juiz de Fora at the turning of the 19th to the 20th Century. At that moment of the city the intellectual life was on the rise and by consequence many newspapers with serialized stories appeared registering the first writings of some who would become renowned literates in the Brazilian scenery. The research of Paulino de Oliveira's production and his place as an author amongst his peers is the same as to research the thin limit of literature and journalism. The theory which is the basis to this research is exploratory, bibliographical and documental, having its pillars on the works of Antônio Olinto, **Jornalismo e literatura [Journalism and Literature]** (1955), Alceu Amoroso Lima, **O jornalismo como gênero literário [Journalism as a Literary Genre]** (1969), Antonio Candido, **A maioria da crônica [The Chronicle in its Adulthood]** (2014), e Milton Santos, **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal [Toward an Other Globalization]** (2000). All these works aim to elaborate a relationship between journalism and literature, as well as scribe and writer, supported by archival theory and theories of memory.

KEYWORDS: Chronicle. Literature. Memory. Paulino de Oliveira.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| CES/JF | Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora |
| CME | Companhia Mineira de Eletricidade |
| DNA | Ácido desoxirribonucleico, que é um composto orgânico cujas moléculas contêm as instruções genéticas. |
| DNOS | Departamento Nacional de Obras Sanitárias |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 A ESCRITA E AS IMAGENS | 14 |
| 2.1 COM A PALAVRA, OS ANTÔNIO E OUTROS | 18 |
| 2.2 O JORNAL: SANTUÁRIO DO JORNALISTA, O NASCEDOURO DO CRONISTA | 29 |
| 2.3 O ESCRIBA: DESCOBRIMENTO E TRANSFORMAÇÃO | 34 |
| 3 O ESCREVINHADOR DE MEMÓRIAS | 43 |
| 3.1 A HISTÓRIA DO MENINO QUE APRENDEU A ESCREVER COM A MORTE | 44 |
| 3.2 A CIDADE PROMETIDA E A PROMESSA CUMPRIDA | 49 |
| 3.3 AS MEMÓRIAS DA CIDADE NAS ANDANÇAS DE PAULINO DE OLIVEIRA | 60 |
| 4 CONCLUSÃO | 75 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 79 |
| 6 REFERÊNCIAS | |
| ANEXOS | |

1 INTRODUÇÃO

Quando do ingresso no curso de Mestrado de Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, com área de concentração em Literatura Brasileira, na Linha de Pesquisa: Literatura de Minas : o regional e o universal, o regionalismo, viés recorrente nos estudos acadêmicos, despontou como interesse de pesquisa, devido aos caminhos percorridos pelo pesquisador deste trabalho, que, licenciado em Geografia, com posterior trajetória profissional como professor no curso de Comunicação Social, retoma de certa maneira, uma já visitada área de interesse.

O regionalismo fora apresentado ao estudioso deste trabalho pelo pesquisador Milton Santos, que, ao proferir uma palestra na VIII Semana de Ciências Sociais, cujo tema era **Brasil, Globalização e Espaço: uma perspectiva para o 3º milênio** (1995), realizada pelo CES/JF, refutaria parte de sua teoria sobre a Globalização. O mundo seria pensado, então, sob uma única perspectiva, cuja interação se consolidaria de forma incontestável por meio dos segmentos corporativos e públicos. Um novo discurso é refeito de forma que tal consideração, se encontrara, já naquele momento, interposta por uma variável relativamente simples: o regionalismo e as diversidades culturais na manutenção do saber local, em que cada pequeno setor, fosse ele uma rua, um bairro e até uma cidade, manteria sua especificidade diante do todo, do global, citando como exemplo as culturas tribais africanas. Essa teoria seria confirmada por Milton Santos em seu livro: **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal** (2000), numa perspectiva agora baseada em questões socioeconômicas e culturais, que definiria que o conceito inicial fora deturpado fundamentado no que Santos, considera como fábulas da globalização, determinando a existência de uma perversidade no processo.

Essa observação é um preceito do referido geógrafo, e é por meio dela que se percebem e se descrevem, através da escrita, símbolos e traços, caminhos em que pisou e se conheceu, o que remete, na literatura, a uma identificação do escritor que tantas vezes percorre as trilhas da memória e do cotidiano para a construção de sua obra. Ao buscar o objeto de pesquisa que comporia o desenvolvimento desta Dissertação, o pesquisador foi apresentado a Paulino de Oliveira (1899-1992), um memorialista, cronista, que desenvolveu, durante sua vida, uma função importante

na construção literal da história de Juiz de Fora. Enquanto historiador, Paulino escrevera um importante compêndio com a história desta cidade, como veremos adiante.

Este mineiro colaborou para a ressignificação e os registros dos fatos cotidianos nos quais são reconhecidas as características próprias do local e de seus personagens, preservadas pelos moradores, em correspondência com suas memórias e histórias pessoais e coletivas vivenciadas na Urbe. Essas informações foram inscritas em diversos periódicos da cidade como: **O Dia, Correio de Minas, Diário Mercantil**. Todos de circulação diária na cidade e região.

Paulino de Oliveira foi um desses mineiros que compreenderam que o espaço geográfico e literário de sua escrita não seria somente uma determinante, mas sim uma *ode* aos seus contemporâneos e aos que ainda estariam por vir.

A epígrafe apresentada neste trabalho é **paulinamente** autobiográfica e remete a uma concepção de viver seguindo sempre em frente, com olhos no passado, volvidos para a construção do futuro, mas vivendo inquestionavelmente o presente.

Na obra, **Crônicas: Paulino de Oliveira**, organizada, em 2001, pelos jornalistas Wilson Cid, Margarida Maria de Oliveira e prefaciada pelo Dr. Almir de Oliveira como uma homenagem póstuma, estão descritos alguns destes passos dados pelo escriba, pelas ruas e pelas vidas daqueles que se encontram ou se encontravam nos momentos marcados pela euforia e pela tristeza, numa juiz-forana cidade repleta de memórias. A delimitação deste *corpus* permitiu vislumbrar novas perspectivas de pesquisas sobre outros jornalistas e escritores juiz-foranos que fizeram parte da então Atenas e Barcelona mineira.

Esta Dissertação, em sua estrutura, apresenta: **INTRODUÇÃO**, seguida da seção 2 intitulada, **A ESCRITA E AS IMAGENS**, em que se buscou determinar elementos que compõem a literatura, não somente como elementos de apreciação e prazer, mas também uma descrição memorial do espaço e do cotidiano na visão do escritor e de alguns de seus leitores.

A subseção 2.1 - **COM A PALAVRA, OS ANTÔNIOS E OUTROS** apresentará um estudo sobre o gênero literário crônica e seu diálogo com o jornalismo, tendo como teóricos principais Antonio Candido, Antônio Olinto e Alceu Amoroso Lima.

Apresentados os conceitos e definições de nossos autores, a subseção 2.2 intitulada **O JORNAL: O SANTUÁRIO DO JORNALISTA E O NASCEDOURO DO**

CRONISTA, propõe uma análise sobre a forma, como a crônica pode ser apresentada dentro do seu veículo primeiro: o Jornal.

A subseção 2.3, O ESCRIBA: DESCOBRIMENTO E TRANSFORMAÇÃO, busca determinar a inserção do termo no contexto literário.

Na seção 3 - **O ESCRIVINHADOR DE MEMÓRIAS**, com as subseções, 3.1 - A HISTÓRIA DO MENINO QUE APRENDEU A ESCREVER COM A MORTE; 3.2 - A CIDADE PROMETIDA E A PROMESSA CUMPRIDA; e 3.3 - AS MEMÓRIAS DA CIDADE NAS ANDANÇAS DE PAULINO, será desdobrado o objeto de estudo desta dissertação: o livro **Crônicas**, Paulino de Oliveira (2001). Em toda esta parte, por meio de suas crônicas, será narrada a sua história de vida e a de construção de uma carreira, regida pela luta constante para ultrapassar os obstáculos até se tornar o **senhor da memória da cidade de Juiz de Fora**.

Na seção 4, foram elaboradas as **CONCLUSÕES** e na seção 5, **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, seguidas das **REFERÊNCIAS** e dos **ANEXOS**.

Para esta pesquisa, buscou-se entrelaçar os elos apresentados na formação de uma corrente que não pretende concluir, mas sim contribuir para a inserção do cabedal literário de Paulino de Oliveira no cenário nacional e internacional junto a tantos outros que singraram pelas águas turvas do Paraibuna e pelo *boulevard* da Rua Direita com seus casarões e palacetes, deitando sobre as páginas do jornal ou dos livros sua contribuição para a construção infundável da memória enquanto elaboração daquilo que foi, como antítese daquilo que se pretendia ser.

2 A ESCRITA, AS IMAGENS

A escrita, essa sequência de sinais em formas de linhas, é que torna possível essa consciência histórica. Somente quando se escrevem linhas é que se pode pensar logicamente, calcular, criticar, produzir conhecimento científico, filosofar – e de maneira análoga, agir. Antes disso andava-se em círculos.

Vilém Flusser.

Ao se admitir que a escrita poderia ser o princípio de toda uma cadeia de acontecimentos que levou a humanidade a se tornar o que é hoje, subverte-se a ordem natural e antropológica de que somente o fogo fora o grande incentivador do progresso do homem. Na verdade, ao parafrasear esse trecho da obra de Vilém Flusser (2010), o que hipoteticamente pretende-se é reconhecer o poder da escrita e, por conseguinte, a força da linguagem como objeto de ressonância da história e das ideias. Assim, eleva-se a nossa condição de sujeitos passivos a Seres capazes de compreender e interferir no destino de uma sociedade, por meio da absorção e do entendimento, desta sequência de sinais que tendem a se transformar em consciência.

Na hipótese de que o conhecimento e a história se fizeram a partir do momento em que o homem foi capaz de agrupar os fatos em textos lineares, e que os mesmos podiam determinar aquilo que era somente percebido e compreendido em uma consciência particular, constata-se a importância da escrita como elemento primaz da constituição da sociedade e do mundo moderno.

Flusser (2010), em seu capítulo sobre textos, constrói uma analogia de que estes são como um tecido e as linhas como os fios que tramam este tecido de forma a gerar então o que compreendemos como literatura, que, para ele, é um universal semiacabado, já que, segundo sua percepção, depende de um receptor, no caso, do leitor, para seu complemento:

As linhas, criadas com essas *Lettern* que ganharam vida, chamam-se textos. Etimologicamente, a palavra “texto” quer dizer tecido, e a palavra “linha”, um fio de um tecido de linho. Textos são, contudo, tecidos inacabados: são feitos de linhas (da “corrente”) e não são unidos, como tecidos acabados, por fios (a “trama”) verticais [...] Quem escreve tece fios que devem ser recolhidos pelo receptor para serem urdidos.

Só assim o texto ganha significado. O Texto tem, pois, tantos significados quanto o número de leitores (FLUSSER, 2010, p. 51).

Pode-se, então, reiterar a possibilidade funcional da escrita e de sua importância na formação do homem como um Ser crítico. Capaz de gerar conhecimento e história, não somente com anotações pontuais de registros contábeis e pensamentos soltos, mas por meio, agora, da disseminação deste elemento, tão simplório para nossos dias, que gera não somente textos, críticas e livros, mas transforma-se em memória¹. Assim como os monumentos e objetos. Legados que nos foram deixados por grandes mestres da arte para marcar sua passagem e toda uma sociedade. Podemos afirmar que também se iniciou uma era em que os escritores que detêm a capacidade de refletir sobre seu tempo e pensamentos se transportaram pela corrente do tempo. Agora com suas obras de arte, formadoras da consciência e da memória coletiva.

Pode-se considerar a hipótese de que as imagens são também elementos capazes de contemplar uma expectativa do homem de reconhecimento e até de pertencimento do seu espaço; mesmo que muitas das vezes ele não consiga estar fisicamente presente (observando-a através de uma moldura ou de uma tela) nem terá a oportunidade de tocá-la ou visualizá-la *in loco*. A emoção que essas imagens, sejam elas desenhos, fotos, pinturas ou filmes, podem nos causar serão absorvidas em nossa memória ou memória em construção, desencadeando a capacidade de (re)criação e de projeção de um novo elemento ou objeto similar a partir do modelo condicionado apreendido em nossa memória emocional, conforme nos diz Alberto Manguel:

Sem dúvida para o cego, outras formas de percepção, sobretudo por meio do som e do tato, suprem a imagem mental a ser decifrada. Mas, para aqueles que podem ver, a existência se passa em um rolo de imagens que se desdobra continuamente, imagens capturadas pela visão e realçadas ou moderadas por outros sentidos, imagens cujo significado (ou suposição de significado) varia constantemente, configurando uma linguagem feita de imagens traduzidas em palavras e de palavras traduzidas em imagens, por meio das quais tentamos abarcar e compreender nossa existência (MANGUEL, 2001, p. 21).

¹ Para referenciar **memória** nesta pesquisa, o olhar se ateu aos fragmentos de acontecimentos, a escritas, a imagens e a falas, que podem estar ou não materializados em jornais, livros, objetos, personagens, ruas e cidades, **lugares de memória**, mas que serviram de base ou de complemento, que, quando interpostos com o presente ou memória em construção, nos permitiram (re)criar sempre um fato novo, mas ressignificado.

Segundo Ítalo Calvino (2006), durante a evolução humana, fomos adquirindo uma capacidade de absorção e informações muito maior do que nossos ancestrais; ligada ao fato de que sempre seremos impulsionados a reter informações, sejam elas através do jornal e ou televisão. Calvino defende que isso pode ocorrer inclusive pelo simples fato de caminhar, pelas ruas da cidade, onde tudo já ocupa “um lugar no modelo de informação” (CALVINO, 2006, p.143). A linguagem escrita ocupa um espaço muito maior do que há alguns milhares de anos:

Não só vemos, mas também nossos próprios olhos estão saturados da linguagem escrita. Ao longo dos séculos, o hábito da leitura transformou o *Homo sapiens* no *Homo legens*. Mas este *Homo legens* não é mais sapiens que seus antepassados. O homem que não dominava a leitura podia ver e escutar muitas coisas que hoje não somos capazes de perceber: a trilha dos animais selvagens que caçava, os sinais da aproximação do vento e da chuva. Ele podia saber as horas pelas sombras das árvores ou as da noite pela posição das estrelas no horizonte (CALVINO, 2006, p. 143-144).

O que Ítalo Calvino (2006) defende ao nos apresentar as vantagens de se tornar novamente um *Homo sapiens* é o fato de que o mundo está repleto de informações que podem manipular e delinear a formação do homem moderno. Calvino nos diz: “se instaurou uma tendência internacional na cultura deste século, que poderíamos chamar de abordagem fenomenológica na filosofia, de efeito de alienação na literatura” (CALVINO, 2006, p. 145). Tal efeito transformaria o homem em refém de novos conceitos e ideias, interferindo na visão que se tem das coisas mais simples, que agora carregam consigo legendas, para explicar quase tudo, ou seja, passamos a ler as imagens e não a apreciá-las.

Ítalo Calvino (2006) ainda nos alerta e ressalta que existe uma ausência de objetividade na linguagem cotidiana, fator que pode interferir tanto no processo da criação literária, como no seu resultado final, o texto. Seria como se buscássemos uma subjetividade tanto na oralidade quanto na escrita:

As coisas mais simples nunca são ditas diretamente e os substantivos concretos não são mais usados. Os primeiros a padecer dessa doença foram os políticos, as autoridades, os intelectuais; depois elas se converteram em epidemia generalizada, à medida que uma consciência política e intelectual se espalhou às grandes massas. A tarefa do escritor é combater essa praga, fazer com que sobreviva uma linguagem direta, concreta, mas a linguagem do dia a dia que costumava ser a fonte viva na qual os escritores iam beber, não escapou da contaminação (CALVINO, 2006, p. 143-144).

Mesmo diante do fato de a Modernidade ter alterado de certa forma o processo criativo, podemos acreditar que a percepção do que fora apreendido pelos sentidos e a possibilidade de buscar uma compreensão da arte de escrever, e a de gerar imagens, poderão estar de certa forma ligadas por um elo determinante que classificamos de memória. Buscar-se-ão amparos na suposição, que este seja o ponto de partida do qual a criação se utiliza do **banco de memórias** para gerar novas histórias, com seus significados reais ou ficcionais. E assim como um tecido é entrelaçado por fios, a memória poderá nos levar a gerar linhas, que, sobrepostas umas às outras, vão se agrupar de tal forma que sobre uma superfície plana, passam a ter a capacidade de idealizar, conceituar, direcionar, significar e até abstrair.

Na possibilidade de se perpetuar numa obra, a arte literária foi dividida em gêneros: romance, poesia, prosa e outros, que se fizeram e se fazem elementos cruciais de sobrevivência, tanto para aqueles que a produzem como para aqueles que a consomem. Para Alceu Amoroso Lima (1969), o gênero se apresenta da seguinte forma:

O gênero é um tipo de construção estética determinada por um conjunto de normas objetivas, a que toda composição deve obedecer. O gênero possui assim um caráter imperativo e análogo, aliás, em sua forma exterior ao caráter que os antigos atribuíam à literatura em geral, como forma interior [...] O gênero é assim compreendido não como uma imposição ou um modelo, de fora para dentro, mas como uma livre disciplina, de dentro para fora, como princípios ordenadores determinados pela própria arte em sua função criadora. Não desaparece [...] nem se impõe [...] nem dita regras e se exclui um ao outro, como na retórica tradicional (LIMA, 1969, p. 11-15-16).

E por esse caminho é que se propõe seguir e, através da literatura, será buscado e identificado um gênero em particular, a crônica, que se delineou objeto deste estudo, não somente enquanto parte do universo acadêmico, mas principalmente pela hipótese de a crônica ser uma geradora de memórias coletivas. Quando ligadas ao cotidiano, essas memórias coletivas possibilitam reviver e recriar memórias próprias. Se pretéritas, auxiliam na compreensão de um presente efervescente, levando a um futuro ainda a ser idealizado e construído.

O fundamento que sustenta essa ideia será o de que o cronista que tantas vezes se baseia em sua própria memória e história, ou capta nas de outros, registrando-as e contando-as através dos tempos, passa a construir não somente textos, mas cidades, estados e países, que delas também se utilizaram para se

formar e transformar. A crônica, enquanto veículo de registro de memória, pode ser capaz de representar as sociedades, casas, ruas, monumentos e até transformar quaisquer indivíduos em seus personagens. Por meio dos registros das crônicas de Paulino de Oliveira, será discutida a vocação desse gênero, que reflete a cidade de Juiz de Fora, repleta de fatos e atos, onde o que se propõe é sorver o máximo possível e no menor tempo sobre o que fora escrito e guardado nos livros, e, neste caso, o registro que o precede – o folhetim, como narrativa literária veiculado em jornais, e fora o primeiro instrumento de difusão de tantos e tão bons autores contemporâneos e modernos.

2.1 COM A PALAVRA, OS ANTÔNIO E OUTROS

Cheguei vi e venci, publicando logo várias brochuras, brilhando entre os homens de letras, entretanto para a academia provinciana, escrevendo nos jornais. [...] como presentemente, ninguém podia viver de literatura e de jornal sempre se vivia e sempre se vive.

Gilberto de Alencar

Ao iniciar esta seção com a epígrafe registrando parte da fala do personagem homônimo de Gilberto de Alencar (1962) no conto **O Escriba Julião de Azambuja**, pretende-se apresentar o perfil clássico do cronista de uma cidade do interior fictícia denominada Várzea de Dentro, onde o personagem, ao se anunciar, nos remete a lembranças dos áureos tempos, em que os grandes escritores viviam entre a prosa e o verso literário e a prosa jornalística. Na hipótese de que tenha existido uma inferência, em um determinado período, entre o final do século 19 e início do século 20, do aspecto sociocultural dos autores que perpassava quase que invariavelmente, por sua inserção ao jornalismo; não somente para garantir sua sobrevivência, mas também, por muitas vezes, não encontrarem outra forma de expressão literária tão imediata. Num país que até então cultivava uma grande maioria de semianalfabetos, quase sempre destinava a alguns escritores se amofinarem junto com sua arte, que hipoteticamente poderia ser acometida de uma morte editorial súbita ditada por um cruel carrasco editorial ou acadêmico.

Humberto Werneck (2014), em sua compilação de crônicas para o suplemento comemorativo, *on-line* do **Diário Oficial de Minas**, apresenta aos leitores um questionamento quanto à nacionalidade do gênero, com a hipótese de a crônica moderna ser uma criação nacional, tipicamente brasileira, conforme:

Será a crônica um gênero tipicamente brasileiro, como tantas vezes se lê e se ouve dizer? A rigor, não – sabemos que ela descende do *Feuilleton*, o folhetim francês, que pela pena do poeta e jornalista carioca Francisco Otaviano, começamos a imitar em meados do século XIX. Não é menos certo, porém, que nenhum outro gênero literário se aclimatou no Brasil com a maturidade da crônica – ao ponto de não haver exagero em dizer-se que ela é um pouco como o futebol, que também não inventamos, mas que só aqui veio ganhar um molejo, uma “cintura” que jamais teve em seu país de origem, a Inglaterra (WERNECK, 2014², p.3 disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/suplemento-literario/especial_cronicas.pdf. Acesso em: 05 de mai. 2014).

A citação de Humberto Werneck (2014) não detém o formalismo que definiria o conceito de crônica como uma verdade histórica. Entretanto, sua comparação ao futebol e a aclimação deste gênero remete a um informal orgulho nacionalista de quem é admirador dos grandes escritores. Machado de Assis também associa o seu surgimento a uma simples conversa de vizinhas. A crônica, no entanto, tem como **seu berço** o jornal, no qual encontrou o espaço ideal para sua difusão.

Durante sua gestação, a crônica encontra no jornalista, seu criador primaz, apesar de muitos cronistas não exercerem somente esta profissão. No início, nos primórdios do jornalismo, não se formavam nas academias bacharéis em Comunicação, ou seja, jornalistas, mas se transmutavam muitos advogados, Bacharéis em Letras e até profissionais das Ciências da saúde e exatas em jornalistas. Podia - se encontrar até aqueles que não detinham o pergaminho, mas que por sua vontade e paixão pela literatura e pelo seu perfil autodidata, conseguiam galgar espaços em jornais, principalmente nos do interior. Alguns destes tornaram-se mais tarde jornalistas dos diários da capital. Importante, porém, é que o jornalismo literário, não era, por muitos, considerado um gênero da literatura, não só, assim como a crônica, pelo seu formato e tamanho, mas principalmente por se identificar com um meio de apresentação e comunicação efêmero.

Para Alceu Amoroso Lima, é preciso identificar o que é a princípio considerado literatura. Ele posiciona “que o gênero literário é um setor da literatura e

² Segunda página do livro referente ao prefácio.

não podemos incluir nele o jornalismo, sem termos previamente concordado com sua inclusão no domínio mais amplo da literatura” (LIMA, 1969, p. 18). O que ele determina, é que nem tudo o que parece arte poderá ser considerado arte. Nem sempre o ato de pincelar uma tela, transforma seu autor em um artista plástico.

Nesse sentido, também não podemos determinar uma obra literária, pelo simples fato, de esta estar editada no formato e conceito que precedem a formatação e editoração de um livro. E mesmo que essa tenha em suas características, um texto longo ou complexo, não faz dele uma obra literária e em alguns casos nem literatura. Para isso, Alceu Amoroso Lima, utiliza-se daquele a quem considera ter a melhor compreensão do assunto e dá voz ao cidadão comum:

Literatura é, pois, em sentido próprio, a expressão verbal com ênfase nos meios de expressão. É o sentido do senso comum. O que todo mundo entende por literatura é alguma coisa em que a palavra valha por si, seja prosa, seja verso, seja monólogo, seja diálogo, seja oral, seja escrita. O homem da rua, nesse ponto, distingue com mais objetividade que o filósofo enredado em distinções e sutilezas, nem o homem da rua nega o valor literário e uma conversa inteligente (fala como um anjo, dizem os simples dos bons conversadores), nem confunde a literatura com ciência ou história. Inconscientemente está mostrando onde reside a diferença específica: no meio (o verbo) transformado em fim (estilo). Há, porém, uma terceira concepção de literatura que circunscreve a uma finalidade estritamente estética (LIMA, 1969, p. 20-21).

E Amoroso Lima (1969) ainda complementa que, muitas vezes, essa estética transgrida a sensatez e coloca a obra em uma redoma impenetrável, que “a afasta da vida e a reduz a uma seleção afinal empobrecedora” (LIMA, 1969, p. 21); no entanto, se considerarmos a estética como elemento primaz da literatura, não caberá aqui definir o jornalismo como um gênero literário.

O que poderá inserir o jornalismo³ no campo da literatura será o fato de sempre “ser uma expressão verbal, com todos os riscos e perigos que possam produzir nos outros gêneros seus companheiros, o que os outros nele possam produzir” (LIMA, 1969, p. 23), segundo Alceu Amoroso Lima, que ainda defende que o jornalismo sempre dependerá da sua qualidade e não de sua natureza.

³ Assim como na literatura, o **jornalismo** é classificado por gêneros determinados por seus estilos que são: opinativo, informativo, opinativo. Nesta Dissertação, o gênero que embasará as reflexões será o opinativo, que mais se aproxima do *corpus* desta pesquisa. Segundo José Marques Melo, (2003, p. 101) “caracterizou a vida dos primeiros jornais e revistas que eram obra de uma só pessoa. Lembre-se no Brasil, o caso de o Correio Braziliense, nosso primeiro periódico, cuja unidade opinativa deve-se à circunstância de haver sido produzido solitariamente por Hipólito Costa na Inglaterra. Fenômeno semelhante ocorreu com tantas publicações brasileiras do século passado”. Este fato remete a uma visão quase poética e mítica atribuída à produção dos cronistas.

Se forem considerar os diversos gêneros literários, será encontrado um ponto de interseção entre jornalismo e literatura no que diz respeito à estética em primeiro lugar e à palavra como um fim em si, uma representação. A palavra, entretanto, exerce uma segunda função própria: a da comunicação. Amoroso Lima nos fala:

O que não há é a palavra pela palavra e sim palavra pela mensagem, pelo fato, pela ideia, pela paixão, pela paisagem pelo comentário, pela divagação, por tudo o que comportam os diferentes gêneros de prosa. Na prosa há sempre uma intenção que transcende da expressão [...]. O jornalismo possui quatro caracteres de especificação crescente: é uma arte verbal; uma arte verbal em prosa de apreciação; e uma apreciação de acontecimentos (LIMA, 1969, p. 36-41).

Então o que difere ou insere o jornalismo na literatura? Para Alceu Amoroso Lima, em primeiro lugar está a figura do profissional; o jornalista, que fará a diferença enquanto exerce sua função precípua de informar. Função esta que o capacita a conviver com os fatos como um elemento à margem, mas, ao mesmo tempo, participe:

Tirar o essencial do acidental, o permanente do corrente é o que distingue do simples noticiário. Fazer da informação um gênero literário, é o sinal do bom jornalista. Fazer de um gênero literário, como jornalismo, uma simples informação, é o sinal de um mau jornalista (LIMA, 1969, p. 47).

Alceu Amoroso Lima traz ainda a reflexão de que o jornalista deve ter um estilo próprio. Fator que o aproxima dos artistas que moldam ou que imprimem sua visão nas obras que representam. O jornalista com seu estilo, fará sua matéria ultrapassar os limites da informação pura, da crítica isolada e a transformará em literatura:

Considero que se deve responder afirmativamente à pergunta. O jornalismo é um gênero literário. Apresenta o traço diferencial da literatura em face da não-literatura, quando põe ênfase no estilo, como meio de expressão, distinguindo-se, pois, dentro do próprio jornalismo, em sentido lato, de tudo o que vem no jornal, na sua forma escrita, ou no *Studio* na sua forma oral (LIMA, 1969, p. 64).

Para Antônio Olinto (1955), o jornalismo pode ser considerado “literatura sob pressão” (OLINTO, 1955, p. 03), pontuando a necessidade de tempo e espaço para a construção do texto. Ele, entretanto, ressalta que essa mesma pressão existe no poema, romance ou conto, tendo como grande diferença o fato de que a pressão do escritor vem de dentro, imposta por ele mesmo, na vontade e necessidade da

finalização da obra, apesar de o mesmo ter uma grande liberdade no ato de criação. Além dessa pressão interna, tanto o escritor quanto o jornalista sofrem também a pressão dos objetos externos, que são os elementos que deflagram a inspiração ou são os motes da realidade que serão desenvolvidos na ficção ou não ficção. Assim podemos dizer que o escritor nunca está totalmente livre, a ponto de, simplesmente, sentar-se e escrever sem que tenha se alimentado dos elementos cotidianos ou de outras literaturas que o inspirem a deflagrar uma obra. Esse ato o coloca em uma condição muito próxima do jornalista:

Tudo isso – e mais a necessária e anterior aquisição de uma linguagem pessoal – constitui o conjunto de matérias de que é escravo e que ao mesmo tempo, domina e dirige, numa inter-relação de liberdade e pressão que também é própria do jornalismo, com a diferença de que este se encontra algo mais, comprimido pelas circunstâncias, por acontecimentos estranhos ao homem. Mesmo assim, este “estranho ao homem” não só é alguma coisa que “está aí”, no mundo, mas também só possui esse afastamento, essa estranheza, se tomarmos o homem no sentido estritamente individual, vida cotidiana (OLINTO, 1955, p. 4).

Apesar da pressão sofrida pelo jornalista que não detém o tempo e o espaço a seu favor, o autor define com muita propriedade que exista uma literatura jornalística, em que a matéria-prima é a palavra, a mesma que serve de caminho para a poesia, o romance e o conto, o que realmente confirma que o jornalismo é uma literatura de imediato consumo, possuidor de uma especificidade, cuja esquematização se faz necessária. Assim:

O importante de início é a linguagem. Uma vez dominada esta pode o jornalista criar, dar vida a uma obra, desde que tenha conservado a pureza de sua emoção, a verdade de seu perceber interno, sua fidelidade ao homem como ser-consciente e ser-responsável. O que pode torturar o jornalista é a permanência. Ligado ao tempo que flui, à notícia que um dia depois, é capaz de perder a força, sente-se preso ao imediato à transitoriedade (OLINTO, 1955, p. 5).

Ainda segundo Olinto, “O homem sempre tem notícias a transmitir” (1955, p. 5); assim ele define o papel do homem, como transmissor de fatos, de amigos, da família, dos lugares e até fatos pessoais do cotidiano. Quando escrevemos ou simplesmente falamos a uma pessoa ou a um grupo sobre um fato ocorrido no dia anterior estamos, então, criando notícias.

O que poderá, então, diferir o jornalista neste caso é a maneira como ele utiliza esses fatos e elementos na construção de uma mensagem que possa dar a

eles um sentido de permanência na memória coletiva. Ainda assim, entretanto, agrava o fato de o jornal ser efêmero e seu tempo de permanência com o leitor o torna, assim como a matéria jornalística, uma literatura fugaz. Nada determina, porém, que uma obra literária, em suporte de papel, também não se constitua um processo de ajuntamento de folhas que podem ter o caráter de transitoriedade e, por conseguinte, também expirar na sua permanência. A sobrevivência de ambos está ligada muito mais à constituição literária da obra e ao que esta determina ao seu leitor, a certa verdade que lhe seja particular e que instaure permanência em sua memória durante sua existência.

É com humildade que ele [escritor] deve se aproximar das palavras, dos tênues fios que ligarão aos outros homens, para dar, aos sons que, desde a infância são seus companheiros de cada hora, a permanência de uma obra que vença a pressão do tempo e o avanço da morte (OLINTO, 1955, p. 8).

A organização poderá ser para o escritor literário um fator relevante na criação de sua obra. Ele precisa determinar certa ordem para que possa expandir seu trabalho. Para isso, Olinto (1955) compreende que existam dois campos: “um técnico e outro mecânico” (Olinto, 1955, p. 8) no unir das palavras, para então formar e transformar os fios em tramas literárias. É preciso encontrar o seu **Eu** interno, no momento da busca de uma linguagem certa. É um momento de solidão, que o jornalista, na maioria das vezes, não encontra no conjunto de circunstâncias que o cercam: como horário, editores e outros. E principalmente a liberdade que influenciaria o processo de criação. Muitas vezes o jornal funciona como uma certa prisão para esta criação, no entanto, mesmo diante desses fatos, pode surgir, em meio a circunstâncias imprevisíveis, um momento que permite o jornalista revisitar sua memória passada, presente, e dizer algo ao seu leitor que não esteja somente preso aos fatos coletados:

Há uma nítida separação entre jornalismo comum e a obra de arte – ou entre o jornalismo comum e o jornalismo como obra de arte – que o escritor tem de surpreender, de demarcar, para poder sair incólume do trabalho diário de escrever e dos perigos da “organização”. Porque o artista é o homem que mantém intacta, em si, a capacidade de sentir sentimentos estranhamente verdadeiros e de transmitir sentimentos estranhamente verdadeiros (OLINTO, 1955, p.11).

Outra questão que parece diferir a literatura jornalística dos demais estilos literários é o fato de que o jornalismo sempre nos parece uma tese, e a obra de arte

é gratuita e sem a necessidade de defesa de opinião. No entanto, cabe lembrar que ambos se nutrem do não ficcional e, apesar de não parecer, em não raras vezes, os romances, os contos e os poemas são criados a partir dos dramas pessoais e/ou cotidianos, absorvidos pelo autor. O jornalismo, portanto, ganha o título de obra panfletária; entretanto, ele detém nos acontecimentos do cotidiano, sua base material, o que não o difere da literatura clássica produzida, muitas vezes, em momentos de guerra, revolta, denunciando discriminações sociopolíticas que se transformam em cenário significativo e singular. A própria história foi e permanecerá como um atraente mote tanto para o escritor quanto para o jornalista, porém este tem a responsabilidade de não cometer, através da narração opinativa dos fatos, injustiças e arbitrariedades, e, geralmente, aquele que desenvolve o processo no âmbito ficcional não possui essa responsabilidade.

Neste século, a literatura tem apresentado muitos livros que são compilações de trabalhos publicados em jornais, mas não é incomum encontrar trabalhos desenvolvidos a partir de obras produzidas com a predominância da linguagem jornalística, como é o caso de compilações de crônicas e até de séries de matérias, publicadas em periódicos ou apresentadas em canais de televisão que se transformaram em livros que ocupam um lugar de fronteira invisível entre o jornalismo e a literatura: “Os livros de memórias, as narrativas de relatos de movimentos políticos e revolucionários, também podem ser enquadrados na classe do jornalismo em forma literária” (OLINTO, 1955, p. 23).

Segundo Fabrício Marques de Oliveira (2014), durante muito tempo as reportagens, principalmente as de jornais e revistas estrangeiras e até algumas nacionais, serviram de base para a geração de grandes obras literárias. Sua inserção neste contexto se dá pela busca do jornalista, por fatos ou personagens que nos parecem servir de pano de fundo, para as grandes manchetes de capa, nas diversas mídias modernas. Confirma a transcrição:

É como se essas narrativas de histórias não-ficcionais lançassem esse jornalismo chancelado por recursos típicos da literatura em um espaço de tensão hesitando entre ficção e documento. Nesse sentido, importa avaliar condições de produção (como aspectos da rotina produtiva da reportagem, especialmente a edição e o processo de apuração) “à margem do texto”, que normalmente são negligenciadas em muitas análises, mas que afetam em maior ou menor grau, os níveis de compreensão da leitura. Nesse sentido, para conferir à narrativa um estatuto de literalidade, esses jornalistas se valem dos mais variados recursos, como profunda observação, imersão na história a ser contada, fartura de detalhes e

descrições, texto com traços autorais, reprodução de diálogos e uso de metáforas, digressões e fluxo de consciência (OLIVEIRA. M, 2014, p. 207).

Para Fabrício Marques (2014), ao adentrar o mundo de sua matéria-prima, ele [jornalista] pode encontrar um novo significado, encontrar novos personagens e novas abordagens que deixarão de ocupar a **margem**, para se tornarem o centro da história.

Muitos dos romancistas modernos iniciaram sua carreira como jornalistas narrando matérias especiais, elaboradas a partir de cobertura de guerras e de fatos históricos, por exemplo, transformados em contos ou crônicas e também, porque não citar: jornalismo literário. A esses gêneros, porém, cabe a particularidade da linguagem e a particularidade das formas de narrar. Essas produções não se tornaram simplesmente matérias isoladas, mas, sim, parte de um contexto da realidade de um determinado período e de um determinado pensamento que puderam transformar as palavras em memória e os fatos em história a serem lidas e contadas no futuro.

Dentre algumas obras literárias que possivelmente mantêm uma proximidade com o jornalismo, podemos citar **Os sertões**, de Euclides da Cunha, cuja narrativa é marcada pelo jornalismo de guerra, de cunho testemunhal, transformando o homem, o espaço e o motivo em uma obra de arte de valor ímpar. A partir de uma notícia que para a maioria dos jornais, fora tratada, como fatos isolados.

Euclides da Cunha buscou na descrição deste momento da história brasileira, definir o papel de Antônio Conselheiro não só como um fanático, mas como um ídolo de um povo. Um povo acostumado a entronizar todos aqueles que lhe dão a esperança de uma possível mudança socioeconômica. Em detrimento a um sofrimento que parece enraizado. E aquele que é um divulgador da existência do divino, justificando todo sofrimento, como se fosse uma paga pelo pecado original.

Euclides da Cunha, enquanto jornalista, buscou a verdade *in loco*, por conseguinte, valendo-se do jornal, um veículo considerado transitório. Pôde-se criar uma das grandes obras da literatura brasileira a partir da série de matérias sobre os acontecimentos: o escritor gera a base do que viria a se transformar em uma obra literária, **Os sertões**. O livro então fora delineado através da junção da memória criada pelos textos jornalísticos literários, somados a uma narrativa ficcional tornando-o muito mais que um romance: um documento, não mais transitório ou pereene, um documento memorial:

Atentemos para o fato de que a obra de jornalismo não é exclusivamente aquela que é escrita para jornal. Jornalismo é uma condição interior da obra, uma tentativa de descrição, um relato, um exame, uma aproximação direta com a realidade. Euclides da Cunha publicou capítulos de **Os sertões** em jornal, porque eram reportagens. Mas poderia não ter feito e a obra continuaria sendo intrinsecamente jornalismo (OLINTO, 1955, p. 60).

Para Antonio Candido, (2014), os jornalistas que se utilizam do jornal na construção de uma narrativa encontram além dos elementos factuais da notícia, um espaço para delinear-los em seu cotidiano, apresentando também os cenários, personagens e objetos. Transformam suas matérias em histórias, que têm a qualidade de humanizar, de tal forma que possam [os jornalistas] ter uma suposta pretensão de ultrapassar os limites da simples informação, podendo gerar emoções diretas e indiretas, tais como nos romances e na poesia. Emoções essas que se revelam à medida que seu leitor adquire a sensação de fazer parte da história, que misturada à sua memória, passa a perseguir um novo sentido:

Ora a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele a grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeita. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas – sobretudo porque quase sempre utiliza o humor. [...] uma vez que é filha do jornal e da era da máquina [...]. Por se abrigar neste veículo transitório o seu intuito não é o dos escritores que pensam em “ficar”, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão. Por isso mesmo consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um, e quando passo do jornal para o livro, nós verificamos meio espantados que sua durabilidade pode ser maior que ela própria pensava (CANDIDO, 2014, p. 35 disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/suplemento-literario/especial_cronicas.pdf. Acesso em: 05 de mai. 2014).

A questão da durabilidade que persegue o jornalismo literário, que Antonio Olinto nos coloca, parece atingir também a crônica como se fosse uma maldição. Cabe a hipótese de que a diferença entre a crônica e o jornalismo literário é uma linha muito tênue, de difícil percepção. Tanto para Olinto, como para Candido quanto para Amoroso Lima, a transição do conteúdo jornalístico para livro não determina sua perenidade ou extinção. Antonio Candido defende ainda que o fato de uma crônica, ter sido criada para uma página de jornal, um meio considerado efêmero, não desfaz seu grau de importância ou seu caráter literário. O que se pode identificar é que uma reflexão a despeito da sua forma e conteúdo possibilita ultrapassar a

condição de um gênero menor e se tornar um nicho de consciência, que cada vez que for apresentada a seus leitores poderá adquirir um novo significado e se transformar em outra história.

A crônica apesar de estar presente no jornal, não carrega em si a necessidade de retransmitir o assunto do dia. Pode apresentar os resultados da manchete de dias anteriores, colhidos nas mesas e bancos de praça ou no balcão, durante o cafezinho, sem que isso a transforme novamente na matéria principal. O que poderá ocorrer é uma nova reflexão, que se utilizará desta e, por conseguinte, produzirá uma nova narrativa, acrescida de outras considerações e fatos. O que desencadeará discussões e debates sobre outra ótica. Isso se dará até que o assunto se esgote em si mesmo ou que fique para ser lembrado, a partir de futuros acontecimentos, como esclarece Antonio Candido:

Por meio de assunto de composição solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela [crônica] se ajusta à sensibilidade de todo dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural [...] Num país como o Brasil, onde se costumava identificar superioridade intelectual e literária com grandiloquência e requinte gramatical, a crônica operou milagres de simplificação e naturalidade que atingiram o ponto máximo nos nossos dias (CANDIDO, 2014, p. 35 disponível em :http://www.cultura.mg.gov.br/files/suplemento-literario/especial_cronicas.pdf. Acesso em: 05 de mai. 2014).

A facilidade de apreensão da crônica é um fato que decorre da proposta de linguagem praticamente coloquial de sua escrita, o que desfaz quase por completo a necessidade de uma interpretação intelectualizada ou a aquisição de um dicionário para sua compreensão, como já observado por Alceu Amoroso Lima (1969). O cronista capta a linguagem das ruas e a transforma em textos praticamente corridos, a partir do que foi apreendido, podendo inclusive revitalizar palavras ou frases há muito esquecidas:

É curioso como elas [crônicas] mantêm o ar desprezioso, de quem está falando coisas sem maior consequência e, no entanto, não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social (CANDIDO, 2014, p. 35 disponível em:http://www.cultura.mg.gov.br/files/suplemento-literario/especial_cronicas.pdf. Acesso em: 05 de mai. de 2014).

É preciso pontuar que o jornal é um grande instrumento de combate e de defesa dos mais diversos interesses, pois reflete o cotidiano e seus elementos de sobrevivência. Para tal, usa e é usado por sociedades que buscam a insurgência

contra as diferenças, é um instrumento panfletário, que historicamente sofre as ações injustas ou se tornam instrumentos de suporte ao *status quo* vigente. Num período em que fora negada a educação, os poucos jornais eram lidos prioritariamente por homens; às mulheres cabiam os romances, poesias. No entanto, muitos destes lhes eram proibidos por motivos religiosos, de postura e até políticos, por conterem ideias divergentes do modelo imposto ao sexo feminino, o que demonstra que as questões de opinião são um tabu para a literatura, ao mesmo tempo que sempre a alimentaram, nutrindo os escritores no processo de criação. O mesmo ocorre de forma até mais incisiva quando os jornais eram mantidos diretamente por partidos políticos, podendo assim abrir maiores espaços para os cronistas.

Premido pela rapidez com que as notícias têm em geral de ser publicadas e pelo público a ser atingido, o jornalismo, principalmente na configuração atual, tem se valido de uma leitura fácil e rápida, muitas vezes informal, sem muita preocupação literária; seguindo os preceitos da linguagem eletrônica. Para que possa atingir o maior número de leitores possível, em muitos casos utilizando-se até de gírias, violentando sua própria capacidade intelectual.

Para a crônica, a utilização de alguns desses recursos, se deu naturalmente, porque a busca da sua matéria-prima encontra-se no cotidiano e nas conversas diretas, com personagens que podem ser mantidos dentro de sua própria realidade cultural. Entretanto isso é feito sem que a crônica, perca suas características primordiais e uma linguagem literária.

Fabrizio Marques Oliveira (2014) propõe que, no caso específico do jornalismo, fossem feitas “reconfigurações do cânone” (OLIVEIRA. M, 2014, p. 207) de alguns critérios a despeito do valor da notícia e da inserção dos que se encontram à margem da sociedade.

Histórias não daqueles que se tornaram manchetes policiais ou frequentaram as colunas socioeconômicas, mas dos que, de certa forma, se encontram como já dito, à **margem** da notícia. Sua defesa vai ao encontro da manutenção dos espaços nas mídias, jornais, revistas, rádios e televisões, onde possam ser narradas histórias, que apesar de ditas comuns, poderiam vir a representificar outras tantas histórias. De certo modo, essas narrativas, que combinam o distanciamento do repórter com uma visão de romancista e que aproximam histórias da vida real das técnicas de ficção, retomam uma das questões básicas sobre o narrador da pós-

modernidade” (OLIVEIRA.M, 2014, p. 207). E, como Silviano Santiago nos fala: “quem narra uma história é quem a experimenta, ou é quem a vê? Ou seja: é aquele que narra as ações a partir da experiência que tem delas, ou é aquele que narra as ações a partir de um conhecimento que passou a ter delas, por tê-las observado em outro?” (SANTIAGO, 1989, p. 38).

Para Antônio Olinto (1995), “A descrição está ligada ao espaço. A narrativa decorre do tempo” (OLINTO, 1995, p. 29). Sendo assim, aquele que descreve o faz na busca de situar o leitor em um determinado lugar, já que quem narra se baseia na construção de uma sequência de fatos que determinam situações que acontecem ou aconteceram em determinado período de tempo, a confirmar:

No tempo que não havia jornal os cronistas de uma época, de um fato, faziam jornalismo, isto é, registravam o que em determinado tempo e lugar, agitara o espírito da comunidade [...] A literatura deste século tem apresentado muitas obras de reportagem. Às vezes, o livro é a simples compilação de trabalhos já publicados em jornal, mas já se tornou comum o trabalho feito para o livro. Mas concebido e realizado em termos jornalísticos (OLINTO, 1955, p. 21-22).

O jornalismo literário, assim como a crônica, então puderam sempre contar com a memória do leitor, principalmente em cidades do interior, onde os elementos descritos, assim como os personagens, mesmo que se façam ficcionais, são parte integrante do seu cotidiano.

2.2 O JORNAL: O SANTUÁRIO DO JORNALISTA E O NASCEDOURO DO CRONISTA

Há literatura que fica e literatura que passa. É uma qualidade independente da natureza do ser. O que passar caíra fora da memória dos homens, como sublitteratura ou marginalismo literário, embora seja por natureza literatura. Assim ocorre com o jornalismo.

Alceu Amoroso Lima

O jornal é impresso no Brasil, já no início do século XIX, com toda a censura da família imperial portuguesa, mas sempre foi um dos grandes promotores das ações e reações da sociedade como se posiciona Margarida de Souza Neves:

A importância do jornal visto já em 1859 por Machado de Assis como “um sintoma do adiantamento moral da humanidade” em crônica publicada no *Correio Mercantil* e assim por este autor resumida: *O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções* (ASSIS, Machado de. **Do jornal ao livro. Correio Mercantil**: Rio de Janeiro, 10 e 12 de Janeiro de 1859). [...] Machado de Assis, apenas para voltar a um exemplo expressivo, deixou-nos sua visão do seu tempo vivido, sempre atravessada por esse magnífico amálgama de ceticismo e humor que lhe é característico, em crônicas que abarcam um longo período (NEVES, 1992, p. 80-81).

Como se pode perceber, a crônica é híbrida, apresentada como um elemento do jornalismo; e se torna literatura quando seu autor é capaz de ultrapassar os limites do seu tempo e espaço jornalístico. Até se arrisca a ter sua matéria descartada por determinantes editoriais, pois não se detém somente aos fatos, utilizando-se de uma escrita baseada na memória e na emoção, buscando dar um novo sentido à sua obra. E esta poderá ter a possibilidade de ser determinada também como notícia. Pode-se compreender, portanto, que essa transformação ocorre nos veículos de comunicação, assim como com o próprio jornalista que poderá não mais se ater ao fato em si, mas a todo o movimento que este, pode gerar, na vida de uma cidade.

E assim esse veículo se tornou de suma importância na constituição de nossa sociedade e na construção de nossas cidades, pois com suas linhas, influenciavam os rumos que estas poderiam tomar. É necessária, entretanto, uma reflexão a respeito do que se poderia considerar crônica dentro de um jornal, já que argumentos defendidos por Antônio Olinto empreendiam ao texto um caráter de jornalismo literário, o que poderia aproximá-los da definição de crônicas por Antonio Candido.

A partir do que foi apresentado, propor-se-á um recorte temático, no qual serão tratados e posicionados alguns pontos como objeto de investigação nesta Dissertação: dar voz a Juiz de Fora, cidade da Zona da Mata Mineira que, segundo o poeta Murilo Mendes, além de ser cercada de pianos por todos os lados, foi pavimentada por jornais, por escritores e cronistas que a transformaram em diversas outras cidades; recebendo, por isso, títulos de intelectualidade e cultura, tais como, **Atenas Mineira**, pelo escritor Artur Azevedo, e **Barcelona Mineira**, por Rui Barbosa.

Em uma época em que arroubos de intelectualidade e cultura só eram permitidos às grandes cidades e capitais nacionais e mundiais, Juiz de Fora foi o

berço de grandes nomes da política, como, por exemplo, o Presidente da República Itamar Franco.

Buscaremos tentar compreender e referenciar, melhor o papel da notícia e da crônica como elementos de construção e de ressignificação da memória.

Na Juiz de Fora do século XIX e no princípio do século XX, circulavam diversos jornais, periódicos e almanaques que podiam ser diários e semanais. De 1870 a 1900, citado no livro **História de Juiz de Fora** (OLIVERA, 1966, p. 180), informa Heitor Guimarães, “apareceram em Juiz de Fora mais de cem jornais, não incluindo algumas publicações de vida efêmera que surgiam em vários distritos”. O que certamente contribuiu para o crescimento do teor intelectual e cultural de um período de grandes autores e cronistas que compunham este cenário.

O Pharol, foi um dos primeiros jornais a circular na cidade de Juiz e Fora, em 1870, quando fora transferido da cidade de Paraíba do Sul, onde já circulava desde 1866 (primeiro como semanário e depois como jornal diário), e exemplifica a diferença entre o artigo factual e a crônica literária de um mesmo assunto e que ocupam o mesmo espaço no jornal, mas que tendem a adquirir aspectos de percepção do leitor diferentes.

No dia 17 de maio de 1910 era noticiada, na primeira página, a seguinte notícia a despeito da passagem do cometa Halley (conforme Anexo A), na qual destaca-se a seguinte sequência:

Ontem apareceu ele às 4 horas e 42 minutos da madrugada; hoje às 5 e 13; amanhã aparecerá às 5 horas e 56 minutos; depois de amanhã, dia 19 a 6 horas e 48 minutos. Nesse dia ele nascerá depois do sol, que despontará às 6 e 29. Como se sabe é na noite de 18 para 19 que a Terra deve passar pela sua cauda. Finalmente, a 20 ele nascerá às 7 e 42 da manhã (O cometa de Halley, 1910 - **O PHAROL**, ANO 45 – nº 114).

Podemos perceber que a intenção do autor desconhecido, que poderia ser o próprio editor ou uma cópia literal de um telegrama recebido de algum órgão do governo, não era de causar qualquer efeito, emocional ou memorial no leitor, simplesmente informar. Numa linguagem técnica, descreve os momentos em que o cometa Halley poderia ser visto por todos. Sua passagem causou à época o ressurgimento dos mitos de tragédias e de morte, que povoavam as mentes das pessoas, que o tinham como um semideus a arrebatá-los os infelizes. Importante ressaltar

que a linguagem utilizada sequer se aproxima da literária, pois seu caráter é informativo e encontra amparo no textual jornalístico.

Em contrapartida, no dia seguinte, na mesma primeira página do jornal, temos o mesmo fato, agora determinado dentro de uma linguagem preeminentemente literária, com a percepção notória de se tratar de uma crônica, na qual seu autor exalta tanto os mitos, quanto a pretensão de o cometa de tomar para si, toda a atenção, retirando dos poetas e escritores a sutileza do mês em que as flores e o romantismo deveriam ser exaltados nas linhas e páginas do jornal, conforme transcrição do anexo B:

No alto, longa, branca, temerosa a cauda de Halley, o cometa ameaçador, se estende, à maneira de um véu, na treva do espaço. As estrelas, em infinidade de olhos humanos, lá estão, rebrilhantes e frias, sarcasticamente cravadas na terra. E Halley caminha vertiginosamente, e o mundo, lá embaixo, sob a neblina densa que começa a branquear os morros, treme de medo, considerando um forte delírio pusilânime, e as catástrofes que este astro vagabundo e imenso pode trazer lá do infinito insondável de onde vem rolando, anunciando já pelas trombetas da ciência! - Já sob o olhar inquisidor da reportagem que procura sucesso para o seu jornal! [...] Vara como um louco o espaço imensurável, trazendo-nos no bojo, como régio e fatídico presente, esta formidável carga de ácido cianogênico, do qual o nosso ambiente, o querido ar que respiramos, pode ficar saturado. E é a morte certa fatal, inquestionável, que aí nos vem dançando macabramente no luminoso núcleo deste perverso astro, e é a morte inevitável, certa como uma operação de Aritmética que de nós se aproxima – com a aparição de um cometa. É irrisório, e revolta esta última e alarmante consideração. [...] A crônica está receosa de falar do mês de maio. Receia-se que neste desfiladeiro um mais desprevenido passo atire o cronista, de cheio e grotescamente, na pavorosa tolice da reedição dos lugares comuns. Maio é um mês que não serve mais à literatura. Esgotaram-no o cérebro dos poetas e a pena dos escritores. O seu céu tem mais adjetivos que estrelas, as suas flores têm mais odes e hinos e frases que perfumes. Maio é positivamente um mês perdido para o cronista. Não senhorita que tenha o riso mais misterioso – um riso e uma alma! - e um pouco de veia que tenha atirado ao rico mesinho das flores a sua rica florinha de retórica. É um mês exaurido. Foi poético. Hoje é frio. [...] É simples, e temos seguido a tradição da literatura jornalística. O céu parece que nos reserva outras surpresas, além desse feroz cometa de Halley. Passam só coisas estranhas lá em cima, é o homem, que cá embaixo agira alheado por circunstâncias várias a este (s) movimentos cosmográficos, anda já de sobreaviso e resmungando a suas dúvidas sobre firmeza desta abóboda. Temos por exemplo, está original estrela que nos anda assombrando a brilhar, tranqüilamente, no mais radioso meio-dia. E não há nuvem que lhe turve o esplendor singular de astro que ousa brilhar em plena face do sol. Que loucura será esta de uma estrela errante e desrespeitadora das sábias leis que regem os mundos luminosos lá do alto, para vir assim, brilhando e assustando a gente, romper as mais sérias convenções astronômicas? (Mário Lotus, 1910 - **O PHAROL**, ANO 45 – nº 115).

O autor consegue depreender dois sentimentos que aguçavam uma cidade [Juiz de Fora] no período, o medo, como já exposto, que as pessoas carregavam de

serem intoxicadas pelo ácido que o cometa poderia espalhar, devastando o planeta, mas, ao mesmo tempo, o mês de maio no imaginário popular representa o amor, as noivas e anunciava o início da estação do inverno, que, para a época traria às ruas, pessoas com vestes que representariam o retorno à elegância advinda das terras estrangeiras. A crônica, como podemos supor, tem neste período e até nos dias atuais o poder de descrever um sentimento coletivo a partir de um pensamento individual:

Não há ninguém nesta cidade que não tenha ainda apreciado e comentado o astro singular. Formam-se grupos compactos pelas calçadas, pelas esquinas, pelas praças, trocando ideias as mais alarmantes sobre as intenções das estrelas. E do céu não tiram os olhos tontos de pasmo como querendo ver o próprio astro nítida e certa, a razão de ser de sua originalidade... (Mário Lotus, 1910 - **O PHAROL**, ANO 45 – nº 115).

Qualquer cidade que detém um simples semanário, experimentou em suas páginas os pequenos textos, que podiam ser reescritos nas ruas e nos locais de concentração da intelectualidade ou não, como na fala de Antonio Candido:

A crônica pode dizer as coisas mais sérias e mais empenhadas por meio do ziguezague de uma aparente conversa fiada. Mas igualmente sérias são as descrições alegres da vida, o relato caprichoso dos fatos, o desenho de certos tipos humanos, o mero registro daquele inesperado que surge de repente (CANDIDO, 2014, p.37 disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/suplemento-literario/especial_cronicas.pdf. Acesso em: 05 de mai de 2014).

Assim, através dela, podemos reconhecer uma cidade, sua gente e sua cultura, que podem ser apresentadas de forma eloquente ou casual, numa linguagem acadêmica ou numa simples linguagem coloquial, como se todos os dias houvesse novos assuntos a dizer, pois, para o cronista, sua crônica se fazia assim cotidianamente, o que a difere do jornalismo **puro**, principalmente pelo fato de que tudo pode virar notícia, que não carrega a pretensão de arroubos factuais, mas apenas construir através de pequenos pedaços, a história daquela comunidade, daquele lugar, daquelas pessoas, nada mais, nada menos, apenas descrever sem se preocupar em relatar a verdade; afinal, ela pode ser ficcional, mesmo baseada na realidade, mas ficcional. O cronista, nestas cidades do interior, poderia ser aquele que não detinha todo conhecimento, mas que deveria deter o poder da observação.

Para ele, caberia ao cronista talvez um certo amor por seu local de vivência e também uma certa ambição de se tornar reconhecido. Mesmo que esta não fosse a

sua terra natal. Ele precisaria reconhecer e compreender aquele lugar para então mapear suas fontes, que poderiam vir a se tornar sua matéria-prima. E, dessa forma então, reconhecer-se como um cronista de sua urbe. Caminhar seguindo as linhas que irá se fazer memórias, ao mesmo tempo observar suas crônicas apreciadas nas mesas, bancos, esquinas e ruas da cidade do interior e assim alcançar o que talvez fosse seu maior júbilo.

Gilberto de Alencar (1962), em seu romance **O escriba Julião de Azambuja**, demonstra esse posicionamento no personagem, o escriba Julião, que, após muito tempo, não consegue se desvencilhar das raízes que o mantém:

Subo devagar, como convém à idade, a escada que conduz à sala da redação e recito o meu verso heroico, assim que chego ao topo:
 — Já me pesa subir estes degraus!
 O redator de que antes falei interrompe o bater da máquina e exclama:
 — Ué! Modificou o verso?
 — Eu? Não modifiquei coisa nenhuma! Quase nunca modifico...
 — Como não modificou? Era “já me custa subir”, agora é já me pesa... Até penso ter ficado melhor e digo:
 — Pois olhe foi sem querer. Com certeza estava no subconsciente e hoje pulou fora. Assim é que nascem, na opinião dos entendidos, os versos destinados a perdurar.
 — Vai então aditar a variante?
 —Vou. O verbo custar é um verbo muito batido. Pesar tem outra classe, como vocês aqui no jornal costumam escrever.
 E repito o decassílabo, escandindo-o:
 — Já me pesa subir estes degraus!
 Deixo em seguida, na mesa do redator-chefe, os meus linguados do dia, converso mais um pouco e encaminho-me para a saída... (ALENCAR, 1962, p. 52-53).

É um processo quase cíclico do qual ele não detém o controle e o prende à cidade. E assim como o ato de terminar seu conto, tudo se torna um ato inacabado de uma artista que persegue a perfeição:

Esbarra na preguiça dos fatos que estou acompanhando, dos fatos inacabados que não sei ao certo quando acabarão e aos quais não me posso adiantar, nem devo. A madracice é deles, não é minha que sempre fui afanoso de meu temperamento, senão até precipitado. A vagarez, de resto, lá costuma ter algo de belo e de impressionante (ALENCAR, 1962, p. 57-58).

2.3 O ESCRIBA: DESCOBRIMENTO E TRANSFORMAÇÃO

Para os antigos egípcios, o ato de escrever, cujas origens eram por eles desconhecidas, significava bem mais do

que o mero registro [...]. Assim, o escriba, ao dominar a escrita, adquiria um poder extraordinário naquela sociedade [...].

Margaret Bakos

A definição da palavra Escriba remete ao significado: entre os judeus, aquele que lia e interpretava as leis. Profissional que copiava manuscritos ou escrevia textos ditados. Substantivo de dois gêneros: aquele(a) que escreve mal; escrevinhador. Etimologia: lat. *scríba,ae* “escrivão, copista, que está encarregado dos registros” (HOUAISS, 2009), infere à imagem de um homem, que ficava a escrever tudo o que lhe era ditado ou mencionado por seus superiores ou ainda que fosse de importância capital para o Estado. Entretanto numa hipótese, podemos dizer que essa função veio a ser subvertida, pelo primeiro cronista que aportou nas terras de Vera Cruz.

Pero Vaz de Caminha, um escriba, que em sua condição de aprendiz, fora criado dentro de um conceito educacional e intelectual diferenciado, soube utilizá-lo em seu trabalho. Fê-lo, porque - é preciso falar sobre sua cidade natal - a cidade do Porto fora a principal referência intelectual portuguesa daquele período:

Cidadão da cidade do Porto que no período da coroa portuguesa era uma das localidades onde a proficiência intelectual, fazia de seus moradores portugueses de uma casta diferenciada: era o português mais consciente da dignidade, que o trabalho e a liberdade conferem ao homem. E por isso também o mais capaz de respeitar os outros homens. São estes os sentimentos que dão, em grande parte, qualidade humana à Carta de Caminha (CORTESÃO, 1943, p. 43).

Escriba diferenciado por sua condição de cidadão, criado dentro de uma consciência diferenciada, permitiu se reinventar, durante a viagem de um simples relator do cotidiano náutico, a um cronista. Revela, assim, uma capacidade de observação e de absorção da linguagem corporal de um povo totalmente adverso ao que se esperava, cuja linguagem oral não se entendia. Transformou sua escrita não somente num relato econômico ou naturalista, o que também o é, mas principalmente numa escrita que propagava uma visão humanitária – dentro dos preceitos da sociedade e de seu tempo – diante de uma visão também literária, na intenção da manutenção de liberdade do outro, que o ensinou e aprendeu, com a adversidade imposta naquele momento:

Antônio Baião, historiador português do início do século XX, escreveu que: a Carta de Caminha é de um escritor feito; custa até admitir que fosse sua primeira produção. Não lhe falta, segundo as regras de Quintiliano, o seu exórdio, o que bem demonstra a educação humanista de seu autor (CORTESÃO, 1943, p. 60).

Sua escrita [de Caminha] traduziu não só a linguagem aborígine, mas todo um cenário rico em detalhes e expressões quase místicas, como cabe ao escritor. Não economizou palavras e expressões, num simples relato burocrático, mas evidenciou uma visão humanitária e artística, como se pintara um quadro.

Ultrapassando os preceitos e criando uma nova impressão, agora literária, do colonizador, o cronista português, por meio de uma crônica de viagem, relatou a sobrevivência da cultura do outro de forma inquestionavelmente literária.

O que, portanto, diferencia Pero Vaz de Caminha dos demais escrivães que compunham a frota, visto que era natural cada embarcação ter o seu, é o fato de seu texto carregar uma densidade que poderia configurá-lo muito mais como um cronista do que um escriba na concepção etimológica da palavra. Confirma a seguinte crítica:

Esse equilíbrio entre a cultura das classes abastadas e a popular empresta novo encanto ao estilo de Caminha. E é precisamente na maneira equilibrada de pensar e dizer, na expressão discreta, no sentido da nuance que melhor se experimenta e reconhece o sazonal da cultura. A forma como se dirige ao Rei compõe-se, em proporções tão sábias, de respeito pela hierarquia e sentimento da dignidade própria, que difícil seria encontrar-se em carta contemporânea endereço igual (CORTESÃO, 1943, p. 64-65).

Assim, acredita-se na possibilidade da subversão do conceito de escriba. O que não torna difícil compreender a inserção por parte de muitos autores desta denominação de escriba como um codinome dos que exerciam esta capacidade de observação e habilidade de contextualizar literariamente dados e fatos:

Mas o nascimento do Brasil aparece na Carta de Caminha, aureolado pela anunciação dum Novo Mundo. O escrivão de Cabral, ferido pela graça pródiga da terra e a inocência maleável dos habitantes, mede-lhe as possibilidades. O cidadão do Porto, habituado a velar pelas coisas do bem comum escreve: “e em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem”. Mas a piedade cristã, a elevada humanidade do homem afeito a lutar pelas classes populares, volta-se para os aborígenes: “Porém o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar” (CORTESÃO, 1943, p. 113).

Fora assim, como já exposto, no romance de Gilberto de Alencar [**O escriba Julião de Azambuja** (1962)] já citado, e tantos outros de sua época. Fora também utilizado na Modernidade em vários momentos, como por exemplo, pela escritora Clarice Lispector. Na busca de uma definição do seu personagem, a autora, em diálogo com seu *alter ego*, na obra **Um sopro de vida**, afirma: “Além de minha involuntária, mas incisiva função de pobre escriba – além disso é o silêncio que invade todos os interstícios de minha escuridão plena” (LISPECTOR, 1978, p. 61).

Com essas possibilidades apresentadas, a possível posição a ser tomada, nesta pesquisa é a de conceituar o escriba como aquele que observa os fatos, ressignificando as histórias. Baseado em pequenos momentos do cotidiano ou de pensamentos absorvidos, pela oralidade daqueles que, de alguma forma, se encontram ou perpassam por seu caminho, o escriba se confunde com o literato em textos de cunho memorial ou quaisquer outros, podendo os mesmos serem ficcionais ou não ficcionais.

Na especificidade de Paulino de Oliveira, pode-se dizer que, pelo fato de o mesmo não se considerar um escritor, poder-se-ia entendê-lo como escrevente, segundo a visão do estudioso Roland Barthes (2007), que contrapõe o escritor ao escrevente com o seguinte argumento:

O escritor é um homem que absorve radicalmente o *porquê* do mundo num *como escrever*. E o milagre, se se pode dizer, é que essa atividade narcisista não cessa de provocar, ao longo de uma literatura secular, uma interrogação ao mundo: fechando-se no *como escrever*, o escritor acaba por reencontrar a pergunta aberta por excelência: por que o mundo? Qual é o sentido das coisas? Em suma, é no próprio momento em que o trabalho do escritor se torna seu próprio fim que ele reencontra um caráter mediador: o escritor concebe a literatura como fim, o mundo lhe devolve como meio; e é nessa *decepção* infinita que o escritor reencontra o mundo, um mundo estranho, aliás, já que a literatura o representa como uma pergunta, nunca, *definitivamente*, como uma resposta [...]. Os escreventes, por sua vez, são homens “transitivos”; eles colocam um fim (testemunhar, explicar, ensinar) para o qual a palavra é apenas um meio; para eles, a palavra suporta um fazer, ela não o constitui. Eis pois a linguagem reduzida à natureza de um instrumento de comunicação, de um veículo do “pensamento” [...] Ele considera que sua palavra põe termo a uma ambiguidade do mundo, institui uma explicação irreversível (mesmo se ele admite que ela seja provisória), ou uma informação incontestável (mesmo se ele se considera um modesto ensinante); [...] O escritor tem algo de sacerdote, o escrevente de clérigo (BARTHES, 2007, p. 33-35).

As características de escrevente que podem se aplicar a Paulino de Oliveira se perdem ou se invalidam pela manutenção até de sua própria autodenominação

em seu livro **Memórias quase póstumas de um escriba provinciano**, evidente intertexto com a obra machadiana, mas também por se considerar, por este pesquisador de forma errônea, um escrevinhador no seu sentido literal, mas na possibilidade do sentido figurado, daquele que não se percebe como um escritor.

Ratificando, portanto, esta pesquisa se propôs a explorar a hipótese de que Paulino de Oliveira estaria bem próximo da concepção do escriba Pero Vaz de Caminha, ou seja, um cronista-escriba-literário. Esta hipótese é sustentada, em uma primeira instância, na formação literária de cada um, considerando cada qual em sua época. Ambos conviveram em cidades onde se respirava intelectualidade, elemento transformador que fizera de Caminha mais do que um escriba, um cronista-literário, que apresentou a corte Portuguesa uma literária-imagem, do cenário brasileiro e da humanidade e cultura dos nativos.

Paulino de Oliveira, um autodidata, conseguiu absorver tudo o que pôde, na sua vivência em uma Juiz de Fora que transcendia os parâmetros da cidade interiorana, já que vibrava em seu leito uma intelectualidade e uma força política. Assim não poderia escapar de absorver e respirar esta literalidade que o transformou em um admirador das letras da cidade, dos seus personagens, seus livros e do seu cotidiano como nos conta nesta crônica, denominada **O velho prédio**:

Naquele sobrado da Rua Halfeld, em frente ao café Helen, que está sofrendo agora uma reforma, funcionavam a Casa Oriente, dos irmãos Medeiros e a Agência Campos & Cia. Da Casa Oriente guardo ainda, em bom estado, uma capa de pêlo de camelo que comprei de Alencar Medeiros, em prestações de quinhentos mil reis, em 1940. Era, então, a melhor alfaiataria da cidade, sucessora daquela outra, do Virgílio Biságio, que anunciava assim nas traves do Politeama: “Rapaz moderno, se tens idílio de amor eterno, vai ao Virgílio fazer um terno”. A Agência era ponto de reunião dos intelectuais da cidade. Francisco Lins, Gilberto de Alencar, Belmiro Braga e Lindolfo Gomes tinham nela uma caixa postal. A maior parte de sua correspondência era endereçada para lá. Antes de montá-la os irmãos Campos foram fotógrafos. Não os conheci. Via um deles sempre fumando, auxiliado por seu irmão Heitor e pelo Cícero. A Casa Oriente acabou porque, falecido o irmão, Alencar deixou de ser comerciante, mas a Agência continuou com o Sr. J.J. Hingel. Ainda hoje existe, na Rua de São João. Teve de mudar-se porque o pardieiro, ao que se dizia, estava condenado e ia ser demolido. Passaram-se muitos anos e agora não sei como o prédio foi liberado. Ao que parece foi condenado por engano (OLIVEIRA, 2001, não paginado⁴).

⁴ O livro **Crônicas: Paulino de Oliveira** não contém paginação.

A Agência Campos é também citada no romance de Gilberto de Alencar como um local de encontro de intelectuais e profissionais de diversas áreas e também onde as novidades que chegavam da capital do Estado e do país (visto da proximidade da cidade de Várzea de Dentro, com o Rio de Janeiro, capital federal da época) são debatidas e se tornam um alimento para o seu escriba Julião de Azambuja:

O negócio no Rio toma aspecto cada vez mais grave [referindo-se aos momentos que antecederam ao suicídio de Getúlio Vargas, grifo nosso], dizem-no na rua todos os conhecidos que encontro. [...] Gratuliano Pontes é dos mais agitados, até esqueceu de folhear revistas que se encontram em cima do balcão, o que me enche de espanto. Anda de um lado pro outro, dando opinião, garantindo que o golpe não tarda, asseverando que está por horas a queda de Getúlio. O empregado do banco [Gratuliano] que conhece o Rio de Janeiro como a palma da própria mão também afirma que a coisa arrebenta a qualquer momento.
— Tomara que arrebente já, pois ando querendo descer a semana que vem... (ALENCAR, 1962, p. 26-27).

Denominar Paulino de Oliveira como um escriba fundamenta-se na constatação de que sua escrita sempre se baseou no seu poder de observação e de descrição dos fatos constantemente acompanhados de um teor educativo, histórico e literário. Balizado tanto por suas pesquisas, como nas suas andanças pela cidade, fez de sua escrita um alimento memorial e referencial para muitos. Paulino de Oliveira, como poderá ser lido no registro de algumas de suas crônicas, se baseava em relatos orais e documentais. Mantinha em seus textos sempre a conjunção dos fatos presentes, embasados pelo passado. Sua escritura era como um lugar de depositar a memória.

O autor buscou descrever Juiz de Fora como uma cidade à parte, ligada por laços geográficos ao Estado de Minas Gerais, mas transcendente territorialmente por sua cultura e política pujantes. Afinal, a cidade foi o berço de criação da Academia Mineira de Letras, conforme narrado na crônica publicada no jornal **Diário Mercantil** em 07 de abril de 1967, que também se intitula **Academia**:

Muitos anos depois da transferência da Academia Mineira de Letras, aqui criada em 1909, para Belo Horizonte, foi fundada a Academia Juizdeforana de Letras, composta, como aquela, de quarenta membros. Seu idealizador foi o Professor Leôncio Ferreira. Não sei porque deixou de existir. Uma revista local dedicou-lhe várias páginas e a biografia de cada acadêmico em latim. Achei estranho isso, porque se o Professor Leôncio sabia a língua, os demais não sabiam. Outra inovação da Academia: todos os acadêmicos tinham sua madrinha, que também, se não me engano, era considerada membro, sem direito a voto. As cadeiras, como na Mineira, tinham o seu

número e o respectivo patrono. Há quatro ou cinco anos, fui convidado a participar de um movimento, visando reerguer tal sodalício. Não aceitei porque não me julgava com capacidade de pertencer a qualquer Academia, ainda mais com a vida descrita em latim. Se algum leitor benévolo possuir um exemplar da revista citada e quiser prestar-me um favor, aceitá-lo-ei de bom agrado, ainda que por empréstimo. Sem um documento, nada mais posso dizer sobre aquela sociedade de homens de letras, cujo Estatuto foi na mesma ocasião publicado (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

No último parágrafo da crônica transcrita acima, Paulino de Oliveira solicita uma referida revista. O mesmo obtém uma pretensa resposta do poeta João Ribeiro. Faz-se necessário, entretanto, registrar que na obra **Crônicas**: Paulino de Oliveira, este texto–resposta [crônica com o mesmo título da anterior, **Academia**] precede ao texto solicitação e fora publicada no **Diário Mercantil** dia 28 de março de 1967:

Conversando com o poeta João Ribeiro de Oliveira, informou-me ele que a Academia de Letras de Juiz de Fora não morreu. Gilberto de Andrade e Theo Sobrinho, que a ela também pertencem, confirmaram sua existência, esclarecendo que se reuniu até 1963. Pela revista ‘Cidade das Letras’ fiquei sabendo que a ela pertencem os acadêmicos e madrinhas: Osvaldo Pereira, Lélío Graça, Célio Grubewald, João Alencar Ferreira, J. Guilherme Ferreira, Elza Lannes, Aleixo Vítor Magaldi, Anita Tomaz, Geralda Ferreira Armond, João Gonzo Filho, Norma B. Mattos, Tomaz Bernardino, Jacira Belo da Silva Bernardino, José de Moraes Oliveira, Maria Sabina, Reinaldo Teixeira de Andrade, Domingos Henrique Carlos da Silva, Melitza Henriques Antonini, João Ivonete Padilha Enes, Marília de Dirceu Pereira, José de Carvalho, Eci Peixoto, Gilberto de Andrade, Dalmaci Lannes, Critófaro Fonte Boa e Arlete Corrêa Neto. Citei pela ordem, os nomes publicados na revista, com retratos e trabalhos literários de cada um. João Ribeiro de Oliveira indicou-me muitos outros, esclarecendo que a Academia passou a denominar-se Academia de Ciências e Letras de Juiz de Fora. O exemplar da revista “Cidade das Letras” que tenho em mão, e vou hoje devolver ao Prof. João Gonzo Filho, informa: diretor, Dr. Leôncio Ferreira; comissão de redação, doutores Cardoso Sobrinho e Aleixo Vítor Magaldi, redatores; relator acadêmico Célio Grunewald; secretária, Elza Lannes (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

A Academia Mineira de Letras se transferiu para Belo Horizonte por votação dos seus membros em Juiz de Fora. Foi também citada pelo escriba Julião no livro de Alencar, com uma crítica ao fato de, apesar de ter um número relevante de membros, suas reuniões sempre se escasseavam de imortais, pelo desinteresse de alguns e ou pela distância da capital.

Crônicas: Paulino de Oliveira é uma homenagem póstuma, idealizada por amigos de Paulino à época de sua morte (1992). Por sugestão do professor e escritor Dr. Almir de Oliveira e com o apoio e produção dos jornalistas Wilson Cid e Margarida Maria de Oliveira, que compilaram algumas de suas crônicas em um livro, que só fora lançado no ano de 2001 com a intenção de preservar sua memória e

também reverenciá-lo como um escritor. O livro é composto de 202 páginas com 122 crônicas.

Na tentativa de uma ordenação dos textos, este pesquisador fora buscar dados para a datação dessas crônicas. Como referência de pesquisa foi consultado um caderno de recortes das crônicas, cedido pelo jornalista Wilson Cid, no qual, segundo ele serviria de modelo para a obra. O caderno tinha em sua capa a especificação do período de 1960 a 1975, o que permitiu elaborar a hipótese de que a pesquisa tenha sido iniciada neste período e que de acordo com os relatos de Paulino de Oliveira, o jornal **Diário Mercantil**, foi a fonte primaz onde seriam encontradas as crônicas publicadas no livro. No entanto, Paulino alternava sua participação como cronista/ jornalista com o cargo de funcionário público o que fizera desde de 1941.

Constatou-se que das 22 crônicas analisadas nesta dissertação, somente foram localizadas 10; escritas principalmente entre 1967 a 1969. Período esse em que Paulino escrevera com maior frequência para o **Diário Mercantil**. Outra hipótese que pode ser levantada é da existência de que algumas crônicas, tenham sido publicadas em outros periódicos, tais como: **O Correio de Minas**, **O Dia** e também no **Diário da Tarde**, em épocas e datas anteriores ao período de 1960; já que neste ano em particular, Paulino só aparece com seu pseudônimo Artaxedes, conforme anexo C. Entretanto, por se tratar de um livro emocional, que não teve uma organização profissional ou acadêmica. Suas crônicas não obedecem nenhuma ordem cronológica e, muitas vezes, como já exposto na página 40, a resposta está posicionada após as crônicas que questionavam determinado assunto.

O que também pôde se observar é que Paulino de Oliveira, não se difere da maioria dos cronistas, pois em vários momentos se utiliza do recurso de publicar uma mesma crônica em momentos e anos diferentes, por exemplo, a crônica intitulada **Iluminação**, publicada em 1967 foi republicada em 1974, numa suposta crítica num primeiro momento, ao então, Prefeito Itamar Franco⁵ e depois ao Prefeito Saulo Moreira⁶ correligionário de Itamar.

Uma terceira hipótese é a de que, ele se utiliza deste recurso para preencher a lacuna, referente, a ausência de assunto ou até de tempo.

⁵ Prefeito de Juiz de Fora no período de 1967 a 1971

⁶ Prefeito de Juiz de Fora no período de 1974 a 1977

O legado que o livro traz é o de reunir alguns de seus textos memoriais e literários, transformados em crônicas, deste que não se acreditava escritor, mas que, além de ser um respeitado jornalista de sua época, é, sem dúvida, um dos mais importantes memorialistas de Juiz de Fora. Através de sua escrita, soube representificar o cotidiano desta cidade, primeiro nas páginas dos jornais, depois quando em seu livro nos conta a história de Juiz de Fora e, por fim, quando escreve sua autobiografia.

3 O ESCREVINHADOR DE MEMÓRIAS

A atualidade do jornalista é, pois, condição essencial de sua permanência. E de sua essência. Vive no tempo e capta a mensagem do tempo, do seu tempo, da hora que passa. Do dia a dia.

Alceu Amoroso Lima

Quem era aquele homem de olhos e cabelos castanhos, de cútis branca que na sua autobiografia, já definira nas primeiras páginas que:

Este livro não tem valor literário, mas modesto escrevinhador sem pretensão, que há mais de cinquenta anos presta abnegado concurso à imprensa de Juiz de Fora. O que nele se lê é uma síntese dessa atividade e além de outras, da que exerceu o autor, por mais de trinta, como funcionário na Prefeitura Municipal da mesma cidade. Nada mais pôde ele dizer como PREFÁCIO. (OLIVEIRA, 1974⁷, p. 5).

Quem é este que encontrou abrigo na terra prometida. Numa cidade, onde a literatura e o jornalismo andavam aos pares. E fez desta um enorme caderno de anotações onde as linhas do trem, do telefone e eletricidade lhe serviram de pauta. E onde pôde navegar pelas curvas morenas do seu rio, para depois subir o morro e, aos pés do Cristo redentor, prometer juras de amor eterno, e dela nunca mais apagar da memória. Por onde andou, seus passos foram criando cada rua, sobrados, pavimentado e construído por sua escrita. E fora neste caminho, encontrando pessoas de quem contou ou fez parte da sua memória, fazendo-lhe imaginar, escrever e refazer, todos os dias sua própria história.

Paulino de Oliveira se considerava cidadão de dois municípios. Por ter nascido em território de ambos no “Sítio chamado Juiz de Fora, Sertão do Rio Pomba” (OLIVEIRA, 1974, p. 125), confirmando o reconhecimento e orgulho que sentia por sua terra natal Furtado Campos, distrito de Rio Novo, e também àquela que o recriou e o fez personagem da história, da cidade, de Juiz de Fora.

3.1 A HISTÓRIA DO MENINO QUE APRENDEU A ESCREVER COM A MORTE

Vi o homem cair morto na porta da barbearia, Primeiro ouvi um tiro, depois o baque surdo da queda do corpo na rua do arraial. O tiro partira do interior do prédio e quem o disparara estava sentado, de costas, na cadeira do

⁷ Quinta página do livro referente ao prefácio

barbeiro, com o rosto ensaboado, para a operação depilatória. Vi o Crime, mas não sabia o que era crime. Vi o homem cair, mas não supus que estivesse morto, ouvi o tiro, mas não imaginei que fizesse alguém tombar na via pública, porque para mim, naquela idade, tiro só servia para matar passarinho. Depois me informaram que matava gente também, até mesmo disparado de costas, como fora aquele, como base de alvo no espelho da barbearia. Nunca esqueci os nomes do criminoso, que foi absolvido por unanimidade pelo júri, nem do morto, que ficou esquecido, pois ambos eram figuras de destaque no arraial. Fiquei sabendo, há dias que o homem que matou em defesa própria, vive numa cidade próxima. Está com quase noventa anos de idade e goza do maior conceito. Eu tinha oito anos quando vi o crime da barbearia (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

E foi assim, com esta crônica, intitulada O crime, publicada no jornal **Diário Mercantil** em 3 de março de 1967, que um dos quatorze filhos de Dona Belarmina e do Senhor Paulino, sem mesmo compreender direito o que ocorrera naquele momento, dava início a uma carreira que transformaria não só sua vida, mas também de toda uma cidade. Paulino de Oliveira, muito tempo depois, através de lembranças incrustadas na memória, descrevera a morte com a mesma inocência de quem a desconhecia aos oito anos, numa de suas crônicas. A primeira da obra analisada.

O menino Paulino, que citava seu nascedouro na planície do Gabaão, cidade situada entre Jerusalém e a Palestina, por escutar de Dona Belarmina que tinha na família parentes que buscavam a distinção e logravam pertencer à linhagem de Nuno Álvares Pereira, o Santo Condestável, nobre guerreiro português, citado por Camões em *Os Lusíadas*, chamando-lhe dentre outras denominações de Nuno fero ou Nuno forte:

Por estes vos darei um Nuno fero,
que fez ao Rei, & ao Reino tal serviço;
Um Egas e um Dom Fuas, que de Homero.
A Citara para eles só cobiço;
Pois polos Doze Pares dar-vos quero.
Os doze de Inglaterra, e o seu Magriço.
Dou-vos também aquele ilustre Gama,
que para si de Eneias toma a fama (CAMÕES, 2008, p.34).

Dona Belarmina ensinara também a seus filhos que de nada importava tal nobreza ou qualificação; assim sendo, Paulino de Oliveira nascera as margens do rio novo, próximo a Furtado de Campos, distrito da cidade de Rio Novo. Que se tornara importante ponto de interseção da malha ferroviária, da então Companhia União Mineira, chegando a ligar Juiz de Fora a Caratinga. Neste arraial, Paulino de Oliveira se tornara órfão de pai aos 10 anos de idade.

Seu Paulino, um homem otimista que mantinha um sítio produtivo e alegre, como nos conta o menino:

Meu pai se orgulhava dele, não só pelas frutas que colhia, como por vê-lo transformado em garden-party, nos fins de semana, por visitantes da cidade. Era alegre e festivo... Aos sábados havia danças, que se prolongavam por toda a noite, e era de ver, na despedida, a vozeada dos participantes de tais patuscadas, de regresso aos lares, uns a pé, outros a cavalo e a maioria em carros de bois (OLIVEIRA, 1974, p. 12).

Com a morte do patriarca, a família se mudara de vez para Furtado Campos onde Paulino de Oliveira fora matriculado na Escola de mestre Cândido. E, como em muitas cidades da época, só se preocupava em ensinar a tabuada, pois, se assim aprendessem, as crianças estariam prontas para se ocupar do trabalho no comércio e no campo. O menino não se adaptou aos números e ao conceito pedagógico que se utilizava da palmatória como elemento de controle e persuasão. Foi então transferido para a Escola Estadual, onde conheceu a nova professora, que há pouco se mudara para o arraial, Dona Milota, que o fazia encontrar-se agora com as letras e palavras e lhe daria o gosto doce da literatura.

A situação já não era muito fácil para a família e o sustento dependia de todos, inclusive, do menino Paulino, que muito cedo já se punha a estudar e trabalhar, e mesmo assim, encontrava tempo para as brincadeiras de criança e para os sonhos infantis; assim como na profecia de ir embora na cauda do cometa, como descreve na crônica **Fim do mundo**:

A primeira vez em que ouvi falar em fim do mundo foi em 1910, quando apareceu o cometa Halley. Dizia-se: O rabo dele vai crescendo, até encontrar-se com a Terra. Então tudo estará arrasado e virá o fim do mundo. Levantava-me todos os dias de madrugada, para ver o cometa, e vendo-lhe a cauda cada vez maior, chorava de medo. Depois desapareceu e ouvi que Mark Twain, nascido no dia em que ele apareceu, setenta e tantos anos antes, havia morrido com sua volta naquele ano. Não sabia quem era Mark Twain, mas gostei da história, porque me engabelaram dizendo que eu morreria mais velho que meu bisavô paterno, que viveu cento e vinte anos. Não chorei mais. Voltei a tomar conhecimento do fim do mundo. Quando já crescido, li o Evangelho de São Mateus. Diz que haverá guerras e rumores, nação se levantará contra nação, reino contra reino e haverá fome e pestilência por toda parte. Tudo isso já vi, muita coisa, e o meu mundo não acabou. Agora, mais uma vez ouço falar no fim do mundo. Um folheto que li há dias, intitulado "Sinal dos Tempos", diz que ele está próximo. Repete São Mateus, cita São Paulo (Rom. 2-24/32) e ensina o que devemos fazer os que desejam salvar-se do inferno, onde haverá ranger de dentes. Venho fazendo desde há muito o que o folheto ensina, mas vou esperar a volta do cometa. Quero imitar meu bisavô que como dizia major Cícero Barbosa, montava cavalo a pêlo aos cento e dez anos e saía a galope (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Profecia que Paulino de Oliveira descreveria mais tarde em suas memórias, como uma simples mistificação de criança e de uma época. No entanto, não podemos desconsiderar a influência que o fato trouxe para tantos outros escritores, como já comentado em capítulo anterior.

A família se transfere para a cidade de Rio Novo, o que restara do sítio fora vendido para custear as dívidas, mas para o menino Paulino, fora o início de uma nova vida que o transformaria para sempre. Na cidade, e agora não mais tão menino, ele passa por uma série de funções, as quais não se adapta. Até que sua mãe resolve enviá-lo a então Rio Branco, hoje cidade de Visconde do Rio Branco, para se tornar aprendiz de telegrafista, já que seu irmão exercia tal função, na Estação da estrada de Ferro Leopoldina. Em sua memória e na condição de cronista, a marca dessa passagem se transforma em palavras, a qual se intitula **João-de-Barro:**

Conta-se que certo inglês de Leopoldina, querendo comunicar-se pelo telégrafo com uma estação do interior, encontrou dificuldade na transmissão porque, como informou o telegrafista, havia sinais truncados, transformando linha em pontos e pontos em linha. Disseram-lhe que a coisa ocorrera por causa de um João-de-Barro que construía sua casa na rede. Determinou então o inglês que se intimasse o Sr. João de Barros a demolir a obra e se fosse o caso, pagasse-lhe a indenização cabível. Não acreditando muito nessa história, procurei o Dr. Odilon Alves, ex-diretor da CME, Cia. Telefônica, a quem perguntei se um simples João-de-Barro pode causar este transtorno. E ele disse que sim. A mesma coisa pode acontecer também nas comunicações telefônicas, quando algum desses pássaros faz seu ninho na linha. Constroem-nos sempre nas cruzetas e não o fazem na clandestinidade, porque se não pedem licença à Prefeitura ou à empresa, trabalham de dia à vista de todos. Não dão “bola” aos fiscais, porque estes, tendo-os na conta de pássaros sagrados, não os incomodam. Acham que dá azar demolir casa de João-de-Barro, e só o fazem por ordem superior, assim mesmo com muitos credos e muitos cruces. O próprio Dr. Odilon não gostava de mandar demolir casa de João-de-Barro. Não me disse, mas deu a entender (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Apenas para ilustrar, na crença popular, construída através da oralidade, o João-de-Barro é considerado um pássaro que ensinou o índio a usar a lama, para construir suas ocas e utensílios. Além do que sua casa é sempre feita voltada para o poente, o que o protege da chuva e dos raios. Segundo essa mesma crença, aquele que retirar a casa do João-de-Barro do lugar atrairá para si os raios em dias de chuva e provocará a desunião na família; já que este pássaro e seu ninho, são símbolos de felicidade doméstica e também de traição, pois, segundo o que se conta, sua fêmea é volúvel e convida outros machos para o ninho o que causa no parceiro tamanha ira

que este fecha a única saída do ninho com a parceira dentro. Esses são relatos orais, que permeiam o imaginário popular, mas, pelo que parece, ainda assustam. Sem nenhuma comprovação científica.

Paulino não se adaptara à telegrafia. Foi então que um amigo da família, Peixoto, lhe dá a ideia de voltar a Rio Novo e ingressar como aprendiz de tipógrafo em uma gráfica local. Fora então, o rapaz, apresentado ao escritor e membro da Academia Mineira de Letras José Joaquim do Carmo Gama, considerado por Paulino de Oliveira **um homem de muito saber** e que, na cidade, editava o jornal **Rio Novo**. Iniciara ali a carreira do futuro Jornalista, que assimilou muito cedo com Rodrigo Silva, chefe da oficina, **a divina arte de Gutenberg**. O rapaz tinha talento e muito rápido aprendera o que era desempastelar, a compor e também a prover parte do sustento da família, já que agora o salário era melhor, e muitos dos irmãos formaram novas famílias, o que dificultava o auxílio à Dona Berlamina e aos filhos mais novos.

Fora também na redação do jornal que o rapaz encontrou a boa conversa e com ela a boa literatura, encorajado principalmente pela frequência cotidiana de intelectuais da cidade e região.

A Paulino de Oliveira, também fora oferecida, como por exemplo, pelo professor Machado Sobrinho, a oportunidade de estudo em colégios renomados da época. No entanto a situação da família não permitia, o que Paulino de Oliveira, mais tarde confessaria como um arrependimento de vida: não ter se diplomado nem no curso primário e o que isso lhe custara no serviço público, mesmo sendo ele um dos importantes memorialistas e jornalistas de sua época.

O jornal **Rio Novo**, teve suas atividades encerradas. O maquinário fora vendido para uma gráfica de Juiz de Fora e com ele vieram os funcionários, inclusive Paulino. Para trabalhar em o Guia Geral de Indicações Úteis, de Aristides Maldonado. O jovem Paulino de Oliveira, com então 16 anos, vislumbrou a cidade a partir das águas morenas do Rio Paraibuna, e dele fez a fronteira entre o trabalho e o lazer. Já que, pelo curto espaço de tempo em que permaneceu em Juiz de Fora e pela pouca idade, desconhecia ainda as paixões que somente os poetas e menestréis alimentavam. Por isso navegando no Rio Paraibuna, fez-se conhecer por aquele que um dia invadiria seu lar, como se quisesse se vingar do descaso sofrido, como nos conta na crônica **O Paraibuna**:

E foi assim mesmo. Cheguei e tive logo o meu primeiro contato com o Paraibuna, ao atravessar a ponte da Rua Halfeld, para instalar-me no outro lado... daquela feita, só permaneci em Juiz de Fora por seis meses e durante todo esse tempo posso dizer que quase nada conheci da cidade além do Paraibuna...Uma semana depois, eu descia por ele de canoa até as Três Pontes, em companhia de José Amaro da Silva e Vulmar Coelho Pinto. Descer era fácil, mas na volta, todos tínhamos que fincar a vara no fundo e fazer espeque a todo instante para evitar que a canoa virasse na correnteza, principalmente na que havia pouca acima da Rua Carlos Otto. Aos sábados, nossa excursão era noturna e às vezes proveitosa. Uma noite rendeu mais de duzentas laranjas e muitos abacaxis... mas afirmo que ninguém mais do que eu, se familiarizou com ele naqueles seis meses. Dormia, comia e trabalhava à margem dele. Muitas vezes tinha que chegar de canoa ao local de trabalho (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Algum tempo depois, o Rio Paraibuna causaria a Paulino de Oliveira, o desprazer da invasão de suas águas, numa noite muito difícil, principalmente para a população beira-rio de Juiz de Fora.

O jovem voltara para Rio Novo, por solicitação de seu irmão, já que este acreditava estar Paulino passando por maus bocados na cidade. No entanto, pouco tempo depois, sua família se mudaria para Juiz de Fora. Agora com a promessa de mudança de vida, que fez Dona Belarmina, ao descer do trem na estação da Leopoldina, se ajoelhar em direção ao Cristo Redentor e agradecer. Estavam todos ainda tocados pela disseminação da gripe espanhola que assolara a Europa e chegara ao Brasil e à região por volta de 1918. Desfalcando a família, da irmã mais velha Sinhá e pouco depois seu marido. Deixando cinco filhos, três dos quais vieram morar com Dona Belarmina e os outros dois com os irmãos de Paulino de Oliveira.

Importante ressaltar que, mesmo diante da tragédia, o que fica na lembrança do cronista são os fatos, que isolados não teriam o sabor da vitória do Bem contra o Mal, neste caso da enfermidade de tantos; o que o faria escrever mais tarde, **Circo-Hospital:**

Por ocasião da gripe espanhola, em 1918, eu não residia em Rio Novo. Fiquei sabendo, contudo, que não havendo hospital na cidade, foi um circo de cavalinhos que se adaptou para isso. Seu proprietário, Galdino Pinto, arco com todas as despesas. Sua esposa, dona Clotilde, suas filhas, suas noras foram enfermeiras carinhosas, verdadeiras Florence Nightingale, auxiliadas por seus filhos Anquises, Aberlado e Raul e por todos os artistas da companhia. Galdino Pinto abriu falência e teve por isso se conservar algum tempo em Rio Novo, depois da epidemia...Vinte anos depois, em 1946, provavelmente quando já havia falecido o caridoso homem, que Rio Novo jamais esqueceu, o farmacêutico Mário Dias Ladeira, então prefeito daquele município, colocou seu retrato no salão nobre da Prefeitura e por decreto determinou que a Rua 14 de Setembro passasse a denominar-se Rua Galdino Pinto (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

A capacidade com que Paulino de Oliveira desenvolve, em suas linhas, a despeito não somente dos fatos que marcaram uma época, mas principalmente sua exortação aos atos de personagens quase anônimos, que parecem ganhar vida e tendem a ser preservados na memória coletiva. Não só como uma figuração no cenário, mas um exemplo, neste caso, de vida e coragem. Reconstrói uma parte da história de Galdino Pinto e a transforma em uma nova. Essa marca o autor leva consigo, como uma identidade, um DNA, pelo resto de sua vida.

3.2 A CIDADE PROMETIDA E A PROMESSA CUMPRIDA

Paulino volta para Juiz de Fora, como se aqui encontrasse mais que um novo lar. Era como se fizesse peregrino e assim com sua mãe o fez, ajoelhando-se aos pés do Cristo Redentor e prometendo a Juiz de Fora uma devoção eterna.

Ele retorna agora não mais apaixonado pelas curvas do Paraibuna, mas para traçar suas próprias curvas e reconhecer, através de seus passos, a cidade, e dela absorver toda a seiva intelectual e cultural. E assim diluí-la nos folhetins em pequenas doses textuais ou recontá-la em todos os detalhes através do livro de memórias.

Dois dias depois de sua chegada a Juiz de Fora, Paulino de Oliveira fora convidado pelo Dr. Rubens Campos a trabalhar de tipógrafo no jornal **O Dia**. Um periódico político, no qual experimentaria pela primeira vez as disputas partidárias em Juiz de Fora e região. De tipógrafo, passando por todas as áreas, até se tornar redator. Mas o que mais o emocionava era ter se tornado jornalista:

Tornei-me, assim, jornalista de um dia para o outro. Sem ter sido foca. Jornalista mambembe, mas jornalista com direito a passe de bonde, permanente nos cinemas e teatros e representante do jornal em todas as festas. Não perdi nada disso (OLIVEIRA, 1974, p. 37).

O agora homem feito Paulino experimentava um novo mundo. Conhecerá novos e velhos companheiros e na vida airada, como ele próprio definira, viveu a cultura e a boêmia. Própria de uma cidade de poetas, escritores e jornalistas que a transformavam cotidianamente no palco de uma comédia, como ele próprio conta em sua crônica **Ceia Inesquecível**:

Não devo dizer o nome de quem me pregou a tal peça. Só digo que foi um jornalista já falecido. Esse meu amigo, muito bom sujeito, não gozava de menor crédito. Tinha notas “espetadas” em todos os restaurantes da cidade, a maioria resultante dos seus rasgos de generosidade, mas nunca deixava de frequentá-los, comendo e bebendo do bom e do melhor. Certa vez, convidou-me para uma ceia na redação do jornal em que trabalhava, para comemorar seu aniversário. O cardápio fornecido por um grande restaurante que por algum tempo funcionou na Rua Batista de Oliveira, esquina da Fonseca Hermes, de propriedade de um italiano completo. Só não teve aspecto de banquete por ter sido preparado “para viagem”, mas foi regado a vinho “*Serradares*”, completado com a melhor sobremesa e, por fim, charutos. Fizemos uma “vaca” e demos oito mil réis de gorjeta ao garçom. Éramos quatro convivas. Depois da ceia, demos um balanço nos bolsos e fizemos outra “vaca” formando um capital de quarenta mil réis, suficientes para uma boa farra no Assírio Clube. O tesoureiro foi o aniversariante, mas pela despesa lá, responsabilizou-se o coronel Agilberto Costa, que no caminho aderiu a nossa turma. Fez questão de terminar a noite com um “*Clicquot*” que naquele tempo custava cinquenta mil réis. Tal generosidade fez-nos esquecer a existência da “vaca” embolsada pelo tesoureiro. Dias depois, fui ao restaurante italiano e tive que pagar a tala ceia que fora pedida no cartão de visita com meu nome. Até então nunca havia feito despesa noturna tão vultosa: trinta e sete mil réis, quase a terça parte de meu ordenado de um mês! Por isso uma ceia inesquecível (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Não só de noitadas vivia Paulino de Oliveira; o fato de se tornar jornalista, sócio da Associação Mineira de Imprensa, o credenciou também a frequentar outras redações, como as do **O Pharol**, **Correio de Minas**, **Jornal do Comércio e Diário Mercantil**, algumas delas onde trabalharia mais tarde. E nestes fez amigos, jornalistas e literatos. Membros da Academia Mineira de letras, tais como Albino Esteves, Belmiro Braga, Lindolfo Gomes, Machado Sobrinho, Gilberto de Alencar, João Massena, Estevão de Oliveira, e tantos outros que fizeram de Juiz de Fora uma cidade de letras e folhetins. E onde também havia cultura erudita e popular, a citar em **Do céu de Juiz Fora** publicada no jornal **Diário Mercantil** em 9 de fevereiro de 1969:

Por solicitação de Alcides Barcelar Gomes, escrevo hoje sobre algo que não vi: “Juiz de Fora em flagrante”. É o título de uma revista de Mário Matos que foi representada por um grupo de amadores, no antigo Teatro Novelli, na Rua do Espírito Santo, em 1915. Quando aqui cheguei, um ano depois, só conheci o reflexo desta revista e gostei tanto da música que até hoje guardo de cor algumas canções e principalmente aquela do quadro “Primavera” que começa assim: “Eu sou a Primavera/ Eu sou a vida em flor/ Descendo da Quimera/ Eu sou. Eu sou o Amor”, que se ouvia por toda parte. Uma canção tão bonita que se fosse agora incluída no repertório de algum artista causaria o maior sucesso. Ela deu fama a José Eutrópio. Havia também outra, “Linda Barquinha”, alusiva não sei a que fato; um quadro sobre a morte de Pinheiro Machado e também uma homenagem à imprensa, na qual a moça que representava este jornal cantava assim: “O nosso Diário Mercantil/ Que nome imenso, oh, Jesus!/ e cheio de encantos mil/ Um combatente de truz”. É só o que sei da revista de Mário Matos e José

Eutrópio. Outros muitos escreveram revistas que foram apresentadas com sucesso na cidade. Uma delas, muito picante, pelo que me disseram, tinha um título inexpressivo — “Há anos atrás”. Seu autor, Aristaco Paes Leme, dizia que a maldade estava na reticência. Houve ainda a “Juiz de Fora em fralda de camisa”, não sei de quem, e “Do céu a Juiz de Fora”, também de autor desconhecido para mim, com a qual se inaugurou o Cine-Teatro Variedades, na Avenida 15 de Novembro, esquina da Rua São João. Um teatro que teve pouca duração, mas que nos apresentou famosas companhias líricas e de operetas. Essas eu assisti. Era uma verdadeira chanchada, do tipo de certos filmes nacionais e da Pelmax e que por isso mesmo obteve grande sucesso. Cada noite apresentava um novo quadro. Um deles – parecia incrível que tal acontecesse em pleno século XX – tinha por título “A rosa e a marquesa”. A cena era esta: um jardim, no qual se destacava uma rosa enorme e um banco. Neste, ao abrir-se a cortina, já estava sentada a dama, de vestido talar, à moda de qualquer Luiz. Era a noiva do Pereirinha, o famoso craque de futebol. Aproximava-se um cavalheiro de chapéu de quinas, com um bruto bastão maior do que ele. Era o Pereirinha. Sacava do chapéu, fazia umas mesuras a Dartanhã e dizia: “Boa noite, Marquês”. Domingos Ruffolo, debaixo do palco, tocava a ária da “Tais” de Massenet. O marquês muito espantado apregoava: “Marquesa! Um violino soluça ao longe”. A marquesa, muito comovida, assegurava: “não é violino, não marquês”. E, apontando para a rosa concluía: “É aquela rosa que está chorando”. Fechava-se a cortina lentamente e a platéia delirava em palmas puxadas pela claque do Pereirinha. Nunca houve em Juiz de Fora rapaz tão querido das moças quanto o Pereirinha. Ele, que era o ídolo dos torcedores do Tupinanbás, passou a ser o chamariz da revista “do céu a Juiz de Fora”. Gostou tanto de teatro que logo depois, fez o “Cristo” no drama “O mártir do Calvário”, Eduardo Garrido. A mesma claque dos campos de Futebol ia também aplaudi-lo neste papel (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Como já aludimos, mas agora exemplificando, Paulino de Oliveira nos conta com bom humor em suas crônicas que a cidade não viveu somente de revistas e peças de teatro amadoras, pois fora palco de grandes nomes não só do teatro, mas de operetas. E de grandes divas da música lírica, apesar da **Desafinação**, título desta crônica:

Bidu Saião esteve em Juiz de Fora em 1936. Foi recebida com toda as honras ao desembarcar do rápido na estação Central procedente de Belo Horizonte. Lá estavam o prefeito Menezes Filho, o presidente da Câmara, Sales de Oliveira e outros vereadores. No mesmo dia, deu concerto no Teatro Central. Não me lembro do programa que foi cumprido, mas recordo-me que alguém, depois do espetáculo, andou dizendo que Bidu desafinara num agudo de certo trecho lírico. O Dr. José Mariano, que além de médico era pianista (deve ser ainda), apoiou o crítico, tendo uns italianos que entendiam de canto dado também a sua opinião. Daqui seguiu a grande artista para o estrangeiro e apresentou-se no Metropolitan, de Nova York, um teatro que consagra qualquer cantor, ainda no Teatro Central, aquela mesma ária que cantara também nos Estados Unidos e desafinou de novo, segundo entendidos anteriores. Quase houve tumulto. Lembrei-me então de Rui Barbosa, ou melhor de uma carta por ele escrita de próprio punho a Gilberto de Alencar, na qual, referindo-se a Juiz de Fora, informou que viria “à essa cidade” (com crase). Havia também vírgula dando sopa. Se Rui Barbosa errou, por que Bidu não poderia desafinar? (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

A Urbe também era uma grande Capital política de Minas e do Brasil. Como se manteve por vários anos e podemos até conjecturar que ainda detém algum capital político. Na década de 1930, Paulino de Oliveira se transfere do jornal **O Dia**, para o **Diário Mercantil**, onde não permanece nem um mês, num primeiro momento. Lá conhece Pedro Marques de Almeida, seu padrinho na carreira pública.

Como já fora dito, a cidade detinha um alto grau de inserção tanto na política Estadual, quanto na Nacional e, nesta época, a disputa local se dava entre dois polos: os Carlistas, apoiadores do então presidente do Estado Antônio Carlos; e no outro polo se encontravam os Bernardistas, partidários de Artur Bernardes. No entanto, ambos eram oposição ao Presidente da República Washington Luís. E assim essa disputa também se dava entre os jornais locais, que eram mantidos pelos partidários de cada um, politicamente orientados, como eram os casos do **Diário Mercantil** e do **Correio de Minas**, ligados à situação. Quando de sua passagem meteórica pelo **Diário**, Paulino de Oliveira é convidado por Pedro Marques a ocupar um cargo oficial na Aliança liberal. O que se recusa, e imediatamente é chamado pelo próprio Pedro Marques para o dirigir o **Correio de Minas**, mantido pelos Carlistas. Representado por Severino Costa, que, ao contratar o novo Redator-Chefe, garantira o sustento do jornal e do qual recebera uma única instrução: “Você pode meter pau em quem quiser, menos em mim, no Antônio Carlos e no Bernardes. Pode poupar também o Dr. Rubens, mas o Braço Forte deve ser malhado todos os dias.” (OLIVEIRA, 1974, p. 45). Braço forte era o apelido dado ao Presidente Washington Luís. No **Correio de Minas** como redator-chefe, Paulino de Oliveira só poderia atacar o governo federal, fato que não cumprirá, por alegar muitas atribuições, enquanto também gerente do jornal. Ele então contrata Sales Duarte para cumprir essa missão de jornalista político. Essa característica que o autor demonstra de certa imparcialidade no trato com a política levaria consigo durante quase toda sua vida. O seu apartidarismo e a negação constante de uma postura contra a corrupção incomodariam muitas pessoas.

Neste período, acontecera a Revolução de 1930, e dela Paulino de Oliveira participaria de certa forma, sem querer. Quando de sua ida à delegacia para averiguar informações sobre os fatos, pôs-se à disposição para ir ao encontro dos revolucionários no *front* apenas para levar um rádio transmissor, esquecido pelo Delegado Menelick de Carvalho, que se encontrava em Coronel Pacheco com o 2º

Batalhão da Polícia Militar. Quando lá chegou, recebera notícias de que, segundo Dr. Menelick “em 24 horas tudo estaria resolvido” (OLIVEIRA, 1974, p. 46).

Para cumprir seu dever, o jornalista Paulino então voltara à cidade e, já na manhã do dia 03, quando redigia a nota apaziguadora, foi convocado por Sales Duarte a fugir da redação, o que fez de pronto, por saber que as tropas do governo federal se aproximavam, fechariam o jornal e prenderiam seus integrantes. Ele se escondera numa Fazenda em São José do Rio Preto. Entretanto, foi assim, após a vitória dos revolucionários, que Paulino de Oliveira foi novamente convidado por Pedro Marques⁸, então nomeado Prefeito de Juiz de Fora, a ocupar o cargo de diretor da secretaria da Prefeitura, iniciando assim sua carreira como funcionário público do município. No dia seguinte a sua posse, ele é convocado pelo Prefeito, que lhe entregara dois volumes de leis municipais, e estudando-as, se tornou uma fonte viva da legislação municipal. Após sua nomeação, decidira, então, casar-se pela primeira vez, com Dona Elisa, mas sua esposa ficara enferma após o parto de sua primeira filha Marisa, o que fez o enlace durar pouco menos de dois anos. Levando-o, tempos depois, ao segundo matrimônio com Dona Amália, que conhecera no período em que fora nomeada como extranumerária, cargo temporário regido por contrato na Prefeitura pelo Dr. Menelick. Dispensada logo após, pelo seu substituto, que saneava as repartições dos funcionários em situação irregular, para então readmiti-los de forma definitiva. Na posse de Amália, Paulino perguntou: por que não se casava, em vez de trabalhar na Prefeitura. Com quem? - Perguntou ela. Comigo [Paulino] – respondi (OLIVEIRA, 1974, p. 90). E assim, após seis meses, já estavam casados e com ela, Paulino de Oliveira teve mais sete filhos: José Pedro, Luis Carlos, Maria Elisa, José Eduardo, Maria Teresa, Maria Helena e Luis Antônio. Neste ínterim, o prefeito Pedro Marques, doente, pede licença do cargo e indica um substituto. O diretor da secretaria municipal é convocado a levar uma carta ao presidente do Estado Antônio Carlos, que o recebe, mas, apesar da indicação dada, nomeia o Dr. Menelick de Carvalho⁹, com a ressalva de manter Paulino de Oliveira no cargo. O que inicia uma longa amizade com Dr. Antônio Carlos e também uma espécie de maldição, que o acompanharia durante toda sua trajetória pública, com uma constante de intrigas, que se transformavam em denúncias levadas ao signatário municipal. Paulino fazia questão de desmentir e provar sua probidade, o

⁸ Prefeito de Juiz de Fora no período de 1931 a 1933.

⁹ Prefeito de Juiz de Fora no período de 1933 a 1936.

que o fez inclusive publicar no **Diário Mercantil** datado de 2 de abril de 1967, esses fatos, em uma de suas crônicas; **Anonimato**:

Um dia em 1947, o Dr. José Procópio Teixeira Filho comunicou-me que havia recebido duas cartas anônimas denunciando-me desrespeitador de uma portaria por ele, na qualidade de prefeito, havia baixado. Vendo-as em seguida declarei mostrando-lhe uma delas: "O autor desta é Fulano". Na portaria citada, o Dr. Procópio Filho proibia que funcionários cuidassem de política durante as horas de expediente ou conversassem a respeito na prefeitura. Acompanhando uma das cartas anônimas, ambas escritas a máquina, estava um recorte de jornal, em que eu aparecia numa fotografia, com o Dr. Carlos Luz e Dr Sales de Oliveira. Identifiquei o anônimo pelas poucas palavras escritas a mão nesse recorte. Identifiquei também, depois, o outro. Cartas anônimas recebidas pelo prefeito sempre foram atiradas na cesta de papéis, em todos os tempos. Aquelas, porém foram arquivadas num processo que mandei formar então creio que sob o nº 3118(ou 3181), com declaração do gerente do Palace Hotel, Francisco Coelho Júnior, de que a fotografia fora tirada ali, às 9 horas da manhã, e não na hora do expediente. Como os autores das cartas anônimas nada de grave disseram contra mim, continuei mantendo relações com eles (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Paulino de Oliveira era um homem sério, que não se interessara por conchavos partidários. Determinado ao cumprimento das leis e da ordem, num período difícil, já que a prática de alianças era quase uma regra, visto que os prefeitos eram nomeados indiretamente. Este era, sem dúvida, um grande problema para um homem com as determinantes do autor. O que causou, posteriormente, o que ele chamou em suas memórias de **velha emburrância**. O fato de não deter um pergaminho de bacharel, quando se apresentou em certa reunião, com os demais diretores de repartições, que pleiteavam uma gratificação extra. Paulino sofreria um revés, pelo motivo de não tê-los apoiado, o que gerou entre seus colegas de Prefeitura o temor da perda do cargo. Fora então exaltado por parte dos seus pares diante da necessidade implícita do diploma para manter-se no cargo, exigência que não constava em nenhum regimento ou lei municipal daquele período. Algum tempo depois, talvez por pressão da maioria, fora chamado a pedido do então Prefeito Rafael Cirigliano¹⁰, a deixar o cargo em benefício de um Bacharel em Direito, considerado apto por este motivo a exercê-lo. Outro fator que o autor julgava como fator de **emburrância** seria a sua veia jornalística, misturada a seu perfil autodidata. Isso o fazia deter o ideal de investigar e estudar sobre os mais diversos assuntos. O que, por diversas vezes, o fez se meter nas **pendengas** judiciais alheias, infringindo

¹⁰ Prefeito de Juiz de Fora no período de 1937 a 1943.

um preceito por ele mesmo dito, **cada macaco no seu galho**, como escreve em suas memórias:

Uma professora do subúrbio de Gramma, aposentada por cegueira, casou-se e teve um filho. Queria receber o abono familiar e, tendo consultado um advogado da Prefeitura, fora por ele informada de que não tinha direito em virtude da criança ter nascido depois da aposentadoria. Pediu minha opinião e respondi-lhe que fizesse um requerimento, porque se o funcionário perdia o direito ao abono dos filhos que atingissem dezoito anos, deveria obtê-lo relativamente aos que nascessem, fosse ele aposentado ou não. A solução do impasse ocorreu em virtude de uma consulta ao DAM, cujo departamento jurídico opinou pelo deferimento do pedido, como se poderá verificar da referida professora de sobrenome Mascarenhas e disso resultou outra zanga de advogado (OLIVEIRA, 1974, p. 88-89).

Mas a vida como funcionário público não foi somente feita de agruras. Quando da primeira eleição direta municipal, fora aclamado prefeito de Juiz de Fora o Dr. Dilermando Cruz¹¹. E, em 1949, Paulino de Oliveira é convidado novamente a ocupar a cadeira de Diretor da Secretaria. No ano seguinte, Juiz de Fora completaria seu centenário e fora encomendado ao Professor Lindolfo Lage, escrever a história da cidade. Entretanto por ser desafeto ao prefeito, declinou, alegando problemas de saúde e proibido de se **entregar a fatigantes trabalhos intelectuais**. Fora então Paulino designado a escrevê-la, deixando o cargo, para se dedicar à pesquisa e à produção da obra, que deveria estar consumada em menos de um ano:

Escrever a História ou, como no caso, a monografia de uma cidade, não é tarefa difícil para quem possua capacidade para isso. Para mim era, por ser, como tenho insistentemente declarado, homem de poucas letras (OLIVEIRA, 1974, p. 105).

A história fora escrita antes do prazo determinado e entregue ao Prefeito Dilermando Cruz. Este somente leu a última parte destinada ao seu mandato, enviando-a para publicação. Com esta obra, Paulino ainda concorrera ao Concurso de Literatura da cidade de Belo Horizonte, recebendo uma menção honrosa e de um dos membros julgadores a seguinte citação: “É obra que se alia as melhores monografias municipais de Minas e recolhe a crônica de uma das nossas mais significantes comunas” (OLIVEIRA, 1974, p. 106). Mas, apesar deste e outros elogios, e do fato de ter sido convidado a pertencer, por convite do Dr. Almir de Oliveira, ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, nosso autor só

¹¹ Prefeito de Juiz de Fora no período de 1947 a 1951.

conseguiu publicar seu livro em 1953; com orçamento próprio e uma quantia avalizada pelo Rotary Club, já que o prefeito da época, Olavo Costa¹², só o apoiaria se Paulino de Oliveira, inserisse mais um capítulo a respeito do período de seu mandato. Mais tarde, o autor escreve uma crônica intitulada O Prefeito Olavo Costa e Eu:

[...] Olavo elegera-se deputado federal. Quatro anos depois tendo sido novamente eleito prefeito, fui chamado à Divisão de Administração. Não dei importância ao chamado à Divisão de Administração. Não dei importância ao chamado. Voltou o mesmo contínuo que me dera o recado e disse que o prefeito é que desejava falar comigo. Compareci ao seu gabinete e por ele fui convidado e elaborar novo regulamento para Pronto – Socorro. Aceitei a tarefa e ele, sem nada a dizer, colocou-me à disposição do diretor da Divisão de Saúde e Assistência, na Avenida dos Andradas, deste modo me afastando da Prefeitura. Não elaborei regulamento nenhum porque o próprio diretor do DAS me declarou que o que existia era satisfatório, até que um dia, chamado outra vez ao Gabinete do prefeito, continuar escrevendo “aquelas coisas” no jornal. Não dei apreço a tal advertência e continuei escrevendo-as. Nunca mais me defrontei com ele... (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

A partir de 1941, Paulino de Oliveira retorna à imprensa. O que pode o ter auxiliado nos problemas vividos na Prefeitura, como ele mesmo, se posiciona na crônica. Retornando primeiro ao **Diário Mercantil** e logo após vindo a compor o *staff* do **Diário da Tarde**. É também o período em que Paulino se envolve com o jornalismo político, função a qual declinara no início de sua carreira. Numa seção diária chamada **Cortina** e com o pseudônimo de Artaxerxes e depois sob o de Barbosa da Silva, escrevia sobre as agruras e vitórias políticas da cidade. Cabe aqui ressaltar que neste período ainda era servidor público e sua coluna era um complemento a suas despesas. Mas como homem seguidor dos preceitos legais, só aceitou a incumbência, segundo ele [Paulino de Oliveira], após consultar as leis municipais, para ter a certeza da legitimidade de poder exercer esta segunda função.

Durante um longo período, Paulino de Oliveira (1974) alternava entre o funcionalismo e a imprensa, dando à segunda uma ênfase capaz de fazê-lo trabalhar até a madrugada. Agora com uma nova diretriz literária definida, a de um escriba da cidade. Que soube redefinir sua história através da construção de textos que se baseavam no presente, mas detinham o passado como sua fonte primaz.

Como por exemplo, uma crônica escrita a partir da reconstrução de fatos, que foram ícones de uma época da cidade, e que poderiam gerar a quem as lesse; a

¹² Prefeito de Juiz de Fora no período de 1951 a 1955.

recordação de suas próprias memórias ou uma comparação de ações, das autoridades locais, de um determinado período da história com o presente; como na sua crônica publicada no **Diário Mercantil**, publicada em 19 de julho de 1973 denominada **Iluminação**:

Em 1932, quando o município tinha uma renda de mil e quinhentos contos de reis “um milhão e quinhentos mil cruzeiros”, o prefeito Pedro Marques oficiou à Cia. Mineira de Eletricidade, solicitando orçamento para a iluminação subterrânea da rua Halfeld, em toda a sua extensão. Lembro-me muito bem da resposta que lhe deu o diretor- superintendente da empresa: deixava de atendê-lo porque a Prefeitura só poderia pensar e tal iluminação quando atingisse os vinte milhões de cruzeiros. Recebendo a estranha resposta, Pedro Marques ligou o telefone para o superintendente, que era o Dr. Frederico Álvares da Silva, dizendo-lhe de início: “Vamos brigar de novo doutor Frederico”. Os dois viviam brigando e brigando se entendiam muito bem porque compreendiam por briga o que hoje se chama de diálogo. Era uma briga amistosa que muito favoreceu as relações entre a Prefeitura e a CME. Não ouvi a conversa, mas depois, Pedro Marques esclareceu-me: só a retirada dos postes e dos fios aéreos custaria importância superior à arrecadação municipal de um ano. Tive a prova disso quando anos depois, o prefeito Dilermando Cruz mandou retirar os postes da Rua Santo Antônio, para seu asfaltamento. Creio que foi quando a Prefeitura começou a se entalar com a Mineira por uma dívida superior a trezentos mil cruzeiros. Recordo-me disso agora para calcular em quanto ficarão as obras de remodelação da Avenida Rio Branco que o prefeito Itamar Franco pretende realizar, dotando-a de quatro pistas asfaltadas, com jardins suspensos e iluminação subterrânea, conforme noticiam os jornais, tentei o cálculo apenas quanto à retirada dos postes e dos fios aéreos, mas não cheguei a uma conclusão (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Paulino de Oliveira (1974) continuou servidor público até 1960. Época em que se aposentou tardiamente por causa da expectativa de uma legislação favorável; o que só fora conquistar no governo do Prefeito Itamar Franco. E que, segundo citação do Presidente Itamar, em seu relato na entrevista do projeto *Diálogos abertos*, sofria a perseguição de um jornalista que o atacava constantemente, mas que não falaria o nome por ser tratar do pai de um amigo seu. O jornalista era Paulino de Oliveira, cujo o filho, José Pedro, se tornara-se amigo do ex-presidente. O autor [Paulino] também se aposentou como jornalista. No entanto, as duas aposentadorias não lhe bastavam para a sobrevivência digna. Paulino de Oliveira então se valeu do auxílio de amigos de longa data, como o Professor Henrique José Hargreaves, que lhe oferecera um posto na Companhia Telefônica de Juiz de Fora, garantindo assim uma qualidade de vida melhor, mas Paulino de Oliveira acreditava que: “a dignidade não provém apenas do conforto que o dinheiro proporciona; emana ainda de outros

sucessos e, principalmente da formação moral de quem dela se aproveita” (OLIVEIRA, 1974, p. 125).

Paulino de Oliveira (1974) era um sujeito simples, de gosto e de vida leve, que jamais galgou cargos de alta patente que não fossem os de seu justo merecimento. Logo após a eleição de Jânio Quadros e de Magalhães Pinto no governo do Estado, fora convidado a ocupar pelo menos três cargos de renda superior e não aceitou nenhum, da mesma forma recusara honrarias. Tais como o título de cidadão honorário, que declinou por se considerar cidadão de dois municípios, como já dito anteriormente. Paulino tinha um modo muito próprio de expressar o amor que sentia por Juiz de Fora e como havia superado os obstáculos e chegado a ser reconhecido como um dos grandes conhecedores da história desta cidade. E o fez através desta crônica, **Três Tempos**, publicada no **Diário Mercantil** datada de 17 de abril de 1967, que, apresenta um pequeno resumo de sua vida:

Não sou do tempo da onça, em que se amarrava cachorro com linguiça, porque a esse tempo, se de fato existiu, pertenceram meus avós. Dele só ouvi falar no meu tempo de criança, quando bacalhau da Noruega custava quinhentos réis o quilo. Pelo mesmo preço eu vendia no meu carrinho de cabrito um cento de laranjas em Furtado de Campos, perto do lugar onde nasci. Entregava também, a tostão, o quilo, na venda de “seu” Manoel Ribeiro, o café em grão que catava na roça, depois da colheita. Mais tarde, quando meu pai morreu, fui morar em Rio Novo, numa casa cujo aluguel era vinte mil réis por mês. Nosso sítio estava arrendado por uma ninharia. Creio que eram somente uns trinta alqueires, pois herdei um (éramos quatorze irmãos e para um deles minha mãe vendera a sua parte), mas havia a casa grande e outras de colonos, engenho de cana, alambique, monjolo, dois moinhos de fubá, paiol, pocilga e tudo mais que existia na importante fazenda do nosso vizinho mais próximo, comendador José Ferreira de Castro Villar, hoje pertence ao meu amigo Dr. Donato Pinto. Tínhamos até uma banda de música. Digo isto, agora, em resposta aos que perguntaram se gostava daquele tempo. Gostava. Gostava também do tempo em que fixamos residência em Juiz de Fora, tempo em que o aluguel de uma boa casa era igual ao que se paga hoje por uma passagem de ônibus na cidade (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Paulino de Oliveira era um homem das palavras que consumia, sua capacidade de apreensão e de compreensão do seu papel neste mundo não se resumira nas suas crônicas ou na história de Juiz de Fora, recontada através de um novo olhar. Ela se resume na humildade da sabedoria, de não querer ultrapassar os seus próprios limites, pois tinha a esperança de que um dia o fariam, por todos que de alguma forma lutaram por dias melhores. No conhecimento de que as coisas só têm o valor que damos a elas, nada mais é tão importante do que ter a memória do que se foi e não do que se poderia ter sido. E assim ter a possibilidade de contar as

suas próprias memórias quase póstumas, onde ele nos deixa suas confissões e contrições, baseadas na realidade de um homem cristão, o que apreendera de sua mãe. Preceitos da fé inabalável da existência de um Deus. E do mundo, o dos homens, a certeza de ter cumprido uma missão:

Vivi as claras. Sem erros inconfessáveis nem pecados sem remissão. Errar é próprio do homem, e todo homem peca. É a regra, o esquema, do qual não fugi. Arquei com as consequências das minhas faltas, procurando amenizá-las e admiti algumas como pecado, deixando a Deus a tarefa de as julgar. Porque só Ele sabe se por assim ter vivido, pode alguém morrer em paz ou não. De qualquer maneira – esta é minha confissão – nada me contrista ao fim de uma vida assim vivida. E se o exemplo dela for bom, Deus sabe, tenham-no os meus filhos como norma e transmitam aos seus de geração em geração, tal como recebi da que me antecedeu. Este é o meu ato de contrição (OLIVEIRA, 1974, p. 142).

E Paulino se fez cronista da cidade repleta de letras, versos e arte, onde fizera um pacto com o Cristo Redentor. Nesta urbe que também seria escrita e reescrita por tantos, que navegaram no seu rio, caminharam e se encontraram em suas ruas e parques. Não para rememorar, mas para contar sua história.

Paulino de Oliveira, que escreveu **História de Juiz de Fora** (1966), **Memórias quase póstumas de um escriba provinciano** (1974), **Efeméridas juizforanas** (1975), assim como o personagem Julião de Azambuja, da obra já citada e aqui retomada, **O escriba Julião de Azambuja**, de Gilberto de Alencar, se tornou o escriba desta cidade, por contar cada detalhe, baseado na sua observação. Por suas andanças, pelo passado e presente. E também, como Pero Vaz de Caminha, não se tornou simplesmente um escriba, relator dos fatos. Mesmo sem querer ser um escritor, foi um jornalista literário, um cronista que metaforizou em seu texto as histórias e as memórias, que se transformaram em literatura. E que ainda guardam a pureza do olhar do garoto de oito anos que não viu simplesmente a morte; mas a descreveu, em sua crônica **O crime**, reproduzida na página 43.

Nas suas linhas de vida aprendera, por onde passou a amearhar falas, lugares e pessoas. Fizera todos os seus dias ter um novo significado, para se levantar e enviar nas páginas do jornal uma nova mensagem aos leitores.

Para que ela, sua mensagem, se transformasse não mais em memória individual, mas significasse agora um bem coletivo, a memória de um povo.

3.3 AS MEMÓRIAS DA CIDADE NAS ANDANÇAS DE PAULINO

Posso dizer que vivi até hoje à espera de dois vácuos: desta folha de papel branco, cercada de tempo por todos os lados, em que inicio meu diário. Que abrigará também minhas multisseculares memórias mascarenhas, e este quintal a reconstruir, onde faltam a jaqueira, e o abieiro no campo imediato de visão, e onde, como um soluço estrangulado sabe-se lá entre que ferozes raízes e que pedras negras, sabiá enterrado vivo, canta sua canção meu olho d'água, minha mina, minha fonte e arroio, tudo isto para provar, em essência, que a reconstrução da moldura da janela pode forçar a paisagem lá fora a refazer-se.

Antonio Callado

Com este texto narrado por um dos personagens do livro, **Reflexos do baile**, do escritor Antonio Callado, (1976), inicia-se esta reflexão sobre a memória e os lugares de memória. Para o personagem de Callado, a evocação do papel em branco, local predeterminado como o espaço, que será delimitado também pelo tempo servirá como base para inscrição de sua memória.

Unidos à visão do quintal, delimitada pela moldura da janela, onde a infância cabe dentro das recordações de elementos simples e cotidianos, são pelo personagem definidos na reconstrução das lembranças da paisagem. Essas recordações passam agora a se (re)fazer e a se (re)construir em um novo espaço, em um diário. E este poderá então, vir a se tornar o seu lugar de memória.

Posicionar-se na escrita de um texto sobre o que é história e o que é memória, refletindo tudo aquilo que parecem ser simples lembranças, que se escondem na mente de cada um; é uma tarefa difícil, pois, a cada minuto, tudo se refaz e desfaz, como se pertencesse a outros ou estivesse escondido dentro de nós mesmos. Para Pierre Nora¹³, “lugares de memória são antes de tudo, restos”, o que significa que, durante nossa vida, amealhamos fragmentos de acontecimentos, de escritas, imagens e falas que nos levam a (re)criar sempre um fato novo, que poderá

¹³ NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares, São Paulo: 1993, p. 12. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em: 17 nov. 2014.

estar baseado naquilo que parece, já ter sido de outrem, mas ressignificado, como na fala Manguel, ao iniciar seu livro:

Uma das primeiras imagens de que me lembro, com plena consciência de ter sido criada sobre a tela e pintada por uma mão humana, foi um quadro de Vicent van Gogh, de barcos de pesca sobre a praia de Saintes-Maries. Eu tinha nove ou dez anos, e uma tia, que era pintora, me convidara para ir ao seu ateliê para conhecer o local onde trabalhava. Era verão em Buenos Aires, quente e úmido. O pequeno aposento estava frio e tinha um cheiro maravilhoso de terebintina e óleo; as telas armazenadas, apoiadas umas às outras, me pareciam livros deformados no sonho de alguém que soubesse vagamente o que eram livros [...] Minha tia puxou um livro dedicado a van Gogh, acomodou-me em uma poltrona e pôs o livro sobre meus joelhos. Em seguida deixou-me só. A maioria dos meus livros tinha explicações que repetiam ou explicavam a história [...] Mas as imagens que minha tia me apresentou naquela tarde não ilustravam nenhuma história. Havia um texto: a vida do pintor, fragmentos das cartas ao seu irmão, que não li senão muito mais tarde, o título das pinturas, sua data e local. Mas, em um sentido muito categórico, aquelas imagens se mantinham isoladas, desafiadoras, me aliciando para uma leitura. Nada havia para eu fazer exceto olhar para aquelas imagens: a praia cor de cobre, o barco vermelho, o mastro azul. Olhei para elas, demorada e atentamente. Nunca as esqueci. A praia multicolorida de van Gogh vinha à tona com frequência na imaginação da minha infância (MANGUEL, 2006, p. 19-20).

Albert Manguel (2006) nos coloca também que: “estamos todos refletidos de algum modo nas numerosas e distintas imagens que nos rodeiam, uma vez que elas já são parte daquilo que somos: imagens que criamos e imagens que emolduramos” (MANGUEL, 2006, p. 20), assim como o personagem de Antonio Callado.

Da mesma forma como acontecem com as imagens, outros elementos, dentre eles os textos, também se refletem dentro de um espaço memorial, que podemos aqui determinar como lembranças. Estas, apesar de sempre nos parecerem inéditas, poderão carregar a sensação de *déjà vu*, que nos impulsiona a desconfiar de nossas próprias criações. Estas criações podem vir a ser comparadas com outras de um mesmo objeto ou fato, entretanto sem configurar plágio, por deterem estilos próprios, novos conceitos e representações que podem determinar seu ineditismo.

Pierre Nora (1993) conceitua memória como “vida carregada por grupos vivos”¹⁴, o que a mantém sempre em circulação. Modificando-se a cada momento em conversas, observando, analisando pessoas ou fatos, lembrando e até esquecendo, pois, o esquecimento faz parte deste processo de revitalização da

¹⁴ NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares, São Paulo: 1993, p. 09. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em: 17 nov. 2014.

memória, pois ela é suscetível a “repentinas revitalizações”¹⁵, que são capazes de se reapresentar sempre e, por conseguinte, modificar nossas ações diante de tudo que nos cerca e que nos deixa a sensação de se já ter vivido aquele instante. Para Pierre Nora, existe uma diferença significativa entre a memória e a história:

A memória não se acomoda a detalhes que confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história porque operação intelectual e laicizante demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une. [...] por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória enraíza no concreto, no espaço, no gesto na imagem, no objeto (NORA, 1993, p. 9 Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em: 17 nov. 2014).

Henry Rousso (2006) também compreende que “a memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado”, (p. 94), uma descrição como ele próprio remete: básica do conceito. Entretanto, assim como Pierre Nora (1993), ele [Rousso] também compreende que toda memória é por definição coletiva; visto que todos pertencemos a um determinado grupo e este sempre influenciará nossos passos:

A memória para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto a memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs [...] a história da memória tem sido quase sempre uma história das feridas abertas pela memória, não sendo no fundo senão uma manifestação, entre outras, das interrogações atuais e palpitantes sobre certos períodos que “não passam” (ROUSSO, 2006, p. 94).

Assim, no entendimento de que estamos vivendo sempre em constantes mudanças ou aparentes retrocessos socioculturais, encontramos uma hipótese de que a memória poderá ser a maior aliada daquele que pretende estar inserido nos círculos literários, pois na ficção ou não ficção é nela que os autores vão buscar suas inferências criativas e, como já foi dito, quase sempre, baseadas na memória coletiva.

¹⁵ NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares, São Paulo: 1993, p.9. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em: 17 nov. 2014.

Juiz de Fora, que recebera diversas alcunhas, mas sempre ambicionou ser mais, foi também a cidade que, em 1889, diante do seu cenário intelectual e cultural, já vislumbrava uma Universidade, permissão dada a poucas capitais ou centros econômicos:

Uma convocatória estampada no jornal O Pharol, de 7 de dezembro de 1889, sob o título “Universidade de Juiz de Fora”, os visionários Fernando Lobo Leite Pereira, Antônio Mendes Barreto, Bernardo Mascarenhas, Roberto S. de Barros, Constantino Luiz Pallleta, Padre João Emílio Ferreira da Silva e José C. Moraes e Castro convidavam seus conterrâneos para uma reunião [...] Observe-se que, no Brasil, só se pensou a ideia de universidade na segunda década do século XX [...] A concretização da universidade acontecerá somente em 23 de dezembro de 1960, através da Lei n.3.858, assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, criando a Universidade Federal de Juiz de Fora (NEVES, Pinho. 2013, p. 255).

Nesta cidade de letras e palavras, com uma vontade imensa de se expressar, e até criar um Centro de Saber, reforça a necessidade, quase que constante, de reencontrar suas memórias para compreender o presente.

Paulino de Oliveira soube trabalhar com suas lembranças individuais e nas memórias como um grande artesão. Moldava, em um mesmo texto, o presente e o passado de Juiz de Fora. Soube como poucos utilizar os pequenos detalhes do cotidiano e da história que fora escrita por ele mesmo, para contar em suas crônicas um pouco desta cidade (Juiz de Fora) e de seus personagens. Para ele, o espaço e o tempo costumavam se fundir, no papel e nas memórias, daqueles que ressurgiam e passavam diante de seus olhos como se (re)visitassem as calçadas da urbe, como nos conta nesta crônica publicada no **Diário Mercantil** em 1 de abril de 1967, intitulada **Cabeludos**:

Era ainda de madeira a ponte da rua Halfeld. Na margem esquerda do rio, lado para rua, havia uma farmácia, a padaria de Custódio Vaz e a usina de laticínios de Marques Sampanho & Cia, cujo gerente era o Sr. Elísio Neves. No lado ímpar o armazém dos Cólsera e a Pensão Aristides. Era ali que eu morava. Na outra margem, entre o rio e a linha férrea, estava o armazém da firma de Neto, Marques & Cia. e em frente, o Hotel Central. Tanto este como a pensão citada, onde só havia dormitórios, eram de propriedade de Aristides Maldonato. Lá embaixo, em frente ao cemitério, havia uma elevação na beira do rio, onde residia a família de Aristides e no porão ele instalou as oficinas do seu “Guia Geral de Indicadores Úteis”. Era onde eu trabalhava. O local estava livre das enchentes, mas para lá chegar nos dias em que o Paraibuna transbordava, ia-se de canoa. O “Guia” devia dar bom lucro a Aristides Maldonato, pois não lhe faltavam anúncios. Tinha até um viajante português chamado Farias (Farias, sim, no plural) que passou a não cortar o cabelo nem as unhas. Só cuidava da barba. Farias tinha

aspecto de doido. Devia ser esta a impressão aos anunciantes do “Guia”. De repente, sem mais nem menos, Aristides encerrou a sua publicação. Pôs a culpa no cabeludo, do qual não tive mais notícia. Agora vejo o Farias por toda parte... (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Nessa crônica, o autor, não se detém em somente lembrar seu passado, ou rememorar o viajante Farias, um personagem do seu cotidiano e de suas lembranças, de ainda rapaz. Complementa-a com uma crítica, à moda dos cabelos compridos, dos jovens da década de 1960 e 1970, papel que faz parte do exercício do cronista. Convivendo com uma aparente liberdade de escrever, sem as amarras da edição à maneira dos jornalistas factuais, Paulino de Oliveira temia apenas uma possível não publicação de suas matérias, por motivos comerciais ou de interesse do jornal.

Paulino registra no seu texto as lembranças de fatos e lugares, para aqueles que não conheceram e mesmo para aqueles que viveram o período revisitado, constituindo, assim, a hipótese de que seus textos se tornariam os lugares de memória do cotidiano da Urbe.

Valendo do que fora definido por Pierre Nora (1993), há elementos que não são atrelados somente aos monumentos, às praças, aos museus, embora sejam, “marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade”¹⁶.

Esses lugares de memória são principalmente aqueles que “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os detalhes como: aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”¹⁷. Nesse sentido, as crônicas de Paulino sempre levam o leitor a reflexões e a andar por uma cidade mineira, que se mistura, no contar literário do escriba, com as narrativas dos memorialistas, como na crônica **Corso**:

Antigamente, o corso no carnaval era uma cobra enorme engolindo outra pelo rabo. Porque os automóveis que dele participavam, todos abertos, de capota descida, se movimentavam vagarosamente, ligados uns aos outros por serpentinas. Subiam a Rua Halfeld, entravam na Avenida Rio Branco e descendo a Marechal Deodoro, alcançavam a Praça João Penido, entrando de novo na Rua Halfeld. Os rapazes, em geral, não participavam do corso.

¹⁶ NORA, Pierre – Entre memória e história: a problemática dos lugares, São Paulo: 1993, p. 13. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em: 17 nov. 2014.

¹⁷ Ibidem, 1993, p. 13. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em: 17 nov. 2014.

Esperavam na Rua Halfeld a passagem dos automóveis que obviamente lhes interessavam, brincando com as moças que neles iam acompanhadas dos pais, dos avós ou de irmãos casados e das respectivas esposas. Não era proibido, é claro, a sua participação nele, mas só o toleravam os noivos, ainda que, como era comum acompanhados dos pais ou parentes das noivas. Por determinação da Polícia, quando crescia o número de automóveis, o curso, às vezes, se estendia até o Largo do Riachuelo, descendo pela Avenida 15 de Novembro. Quem dele se afastava, por qualquer motivo, custava a entrar na fila. Tinha de esperar no Largo da Estação, onde a corrente de serpentinas costumava rebentar. Caminhões abertos eram também admitidos no curso, mas automóveis fechados se nele entrassem, eram vaiados. O curso agora não tem mais o encanto daqueles tempos (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Para Fernando Cartoga (2009), “a relação com o passado não se esgota numa evocação em que cada subjectividade se convoca a si mesma como um *outro* que já foi”, (p. 13), ela se dá a partir da premissa da construção de uma da consciência de que é preciso recordar o passado para (re)significar o presente e construir o futuro:

Decorre, também do facto de a recordação envolver sujeitos diferentes do evocador e de o desejo de ascender ao verossímil se comprovar com o recurso às recordações dos outros. Por sua vez como consciência do *eu* se matura em correlação com camadas memoriais não só directamente vividas, mas também adquiridas, tem de ser presente que estas, para além das de origem pessoal, só se formam a partir de narrações contadas por outros, ou lidas e vistas em outros (CARTOGA, 2009, p. 13-14).

Paulino de Oliveira, jornalista, escriba, cronista e memorialista, atuou em Juiz de Fora durante um longo período¹⁸. Representou um modelo: suas crônicas eram escritas e alimentadas pela ansiedade do saber do leitor e do próprio autor. Este buscava no passado explicar o presente, mesmo que isso pudesse representar muito pouco a quem não detivesse uma cumplicidade com a cidade de Juiz de Fora.

Numa crônica escrita, tendo como pressuposto uma simples explicação da existência ou não de um portão, que fechara um dia a Rua Braz Bernardino, pode-se encontrar vários ângulos de compreensão memorial para um mesmo fato:

¹⁸ Paulino de Oliveira atuou em diversas funções entre 1918 e 1960, quando se aposenta como funcionário público e logo depois como jornalista. No entanto assume como já exposto, um cargo na Companhia Telefônica de Juiz de Fora e continua também a escrever nos jornais locais. Em 1970, fora convidado a trabalhar na extinta Companhia Mineira de Eletricidade. Esta, posteriormente encampada pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, o manteve no cargo de assessor social da diretoria criado especialmente para ele e do qual só fora desligado por razão de seu falecimento como consta em sua ficha funcional.

Perguntaram-me, há mais de um mês, se havia um portão na Rua Braz Bernardino e eu não pude responder de pronto por que só lembrava da existência dos gonzos que ficaram no prédio dos Grupos Escolares Centrais. Sabia que a rua, chamada de “avenida”, era estreita e não desembocava na Batista de Oliveira, por causa da fábrica de pregos São Nicolau, existente lá em baixo, e que havia outro prédio em cima, mas não tinha lembrança do portão. Se existiu, a prova fora retirada há mais de 40 anos. Para responder com segurança à pergunta, procurei Dr. José Procópio Teixeira Filho, Provedor da Santa Casa, a quem pertence os prédios do lado par da mesma rua e dele obtive a confirmação da existência do portão. Demolido primeiro um prédio na Avenida Rio Branco, onde residia, creia a família de dona Celestina de Castro Alves e, mais tarde, o da fábrica de pregos, alargou-se a rua que, com a construção de autênticas mansões do outro lado, em terrenos da família Assis, ficou transformada em sede da Fundação João Penido Filho (Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora) e da Associação Cultural Brasil-Estados Unidos e as residências do Dr. Joaquim Ribeiro de Oliveira, Dr. Teodorico Álvares de Assis e da viúva do Dr. Frederico de Assis (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

A descrição dessa crônica talvez pudesse não interessar ao leitor estrangeiro à localidade; no entanto, poderia trazer uma série de lembranças e ressignificações.

Em primeira instância, aos herdeiros desta fábrica e ao próprio Dr. José Procópio e posteriormente aos antigos moradores da rua como, por exemplo, a família Assis, citada pelo autor, que segundo Luiz Alberto Ornelas Rezende (2008, p. 3), pertenceria à nobreza cafeeira, como descendentes diretos do Barão de Juiz de Fora. E, ao descrever uma parte de sua história, certamente, desencadearia uma nítida intenção de reativar na memória coletiva um fato individual. Num segundo momento, há o próprio significado da importância desta rua para a cidade e seus habitantes, já que, além de ainda hoje abrigar a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e a Associação Cultural Brasil – Estados Unidos, foi também, durante muitos anos, onde funcionou o Colégio Magister, considerado um dos precursores da moderna educação, numa cidade de importantes colégios clérigos tradicionais. Do Magister, surgiram grandes nomes da cultura e educação juiz-forana e brasileira, cuja casa que foi sua sede durante muitos anos fora demolida em 2009, sob o protesto e indignação da classe intelectual e da própria cidade.

Quando se diz que, talvez, essa crônica não gerasse nenhum interesse ao leitor não residente em Juiz de Fora, não se pode afirmar que esteja correta esta hipótese, visto que, ao se ler uma crônica, o leitor poderá também deter em sua memória algum elemento que o remeta a um significado próprio, que, mesmo sem referência direta à história contada, contextualiza a memória individual, com os marcos testemunhais, como monumentos, praças, casas e até ruas, que poderão se apresentar também como lugares de memória, de acordo com sua própria história.

Pierre Nora defende que esses lugares de memória, detêm uma “significação simbólica. É ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança”¹⁹. Essa premissa pode ser lida e confirmada em uma crônica de outra rua, porém com um viés de lembrança emocional, narrada na crônica **São Mateus**:

Encontrei outro dia, na Rua Halfeld, uma garota dos bons tempos da Rua São Mateus. Estava acompanhada de uma jovem senhora e uma criança de cinco ou seis anos. Vendo-me, encostado a um poste, ela parou.

— Estou conhecendo o senhor... - disse.

— Eu também a conheço. Mas...

Ela esclareceu minha dúvida e eu também esclareci a dela.

Apresentamo-nos.

Depois, quem falou primeiro, fui eu:

— Você era uma garota bem levada.

— Era. Era, mas agora sou vovó. Esta é minha filha e este menino é meu neto. Moramos em Belo Horizonte desde que me casei e só agora, depois de vinte oito anos, estou voltando a Juiz de Fora.

Refiro-me hoje a esse encontro para falar da Rua São Mateus que eu conheci por volta de 1928. Era a melhor rua da cidade. A melhor talvez não fosse em urbanização, mas era a mais procurada pelos rapazes namoradores por que lá residiam as garotas mais bonitas da cidade. Não vou citar, para não desapontá-las, os nomes das que conheci naquele tempo. Algumas ficaram solteiras e aí estão ainda... em plena juventude. Não havia ainda ruas transversais à que dá nome ao bairro. Creio que nem mesmo a que tem o nome do Padre Venâncio Café. São Mateus não havia conhecido ainda o coronel Ubaldo Tavares Bastos, o maior propulsor de seu progresso. Era o bairro mais povoado da cidade, mas não passava, todo ele, da Rua São Mateus que começava na Avenida Rio Branco e terminava no Passarela. Havia muitas casas fora do seu alinhamento, mas ruas não havia. Nem mesmo a Rua Dr. Romualdo podia assim ser chamada e a Rua do Capim (Morais e Castro) não estava inteiramente aberta. Era um vasto capinzal desde o Alto dos Passos até a velha igreja que o padre Gustavo substituiu pelo belo templo que se ergue no mesmo local. Por isso, por haverem permitido construções sem plano de urbanização é que o Córrego da Independência é hoje o maior empecilho ao progresso do bairro, por não poder a Prefeitura desapropriar as inúmeras casas que foram construídas à margem dele, para facilitar ao DNOS as obras de saneamento do local e a construção de uma avenida marginal em todo seu percurso. Seria necessário nada menos que um bilhão de cruzeiros. O coronel Ubaldo Tavares Bastos foi de fato o propulsor do desenvolvimento do bairro São Mateus. Abriu ruas e construiu casas que vendia a prestações módicas. Mas como nada entendia de urbanização e não teve precaução de entregar as obras que tinha em vista a um técnico, o córrego não recebeu menos atenção. É hoje a causa de todas as enchentes que tanto clamor têm causado aos moradores. Quando conheci São Mateus, a sua única atração eram as moças que nele moravam. Elas deram fama ao bairro e causaram ciúme às donzelas da cidade. Para estas, toda moça de São Mateus era sapeca e mal-educada, opinião que os rapazes casadouros jamais acataram. Eu não pertencia a esse grupo, porque só ganhava oitenta mil réis por mês, mas, desde logo, se tivesse de julgar as moças de São

¹⁹ NORA, Pierre – Entre memória e história: a problemática dos lugares, São Paulo: 1993, p 22. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em: 17 nov. 2014.

Mateus, pelas suas travessuras, absolvía-as pela beleza que ostentavam (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Paulino de Oliveira cumpre assim, o seu importante papel de jornalista, escriba, cronista e memorialista e, ao fazê-lo, transforma sua crônica num possível elemento de ligação entre passado e o presente. Traz, ainda, aos habitantes do Bairro São Mateus um novo reconhecimento do que fora um dia uma única rua, podendo gerar em cada um uma nova memória que será reproduzida como individual ou coletiva em outro momento.

Assim como o portão localizado à Rua Braz Bernardino, que não mais existe, mas sempre poderá ser lembrado, a rua, mesmo plena de problemas estruturais, que o autor enquanto jornalista fez questão de enfatizar, enfeitava-se da beleza feminina que nela habitava, como nos conta o escriba e o cronista.

Paulino mostra assim a importância que deve ser atribuída aos detalhes ao se produzir uma crônica. Os mesmos podem levar o leitor a se (re)conhecer nos lugares, fatos e personagens, além de criar uma sensação de pertencimento e de construção de novos modelos. Enxergar não só a cidade, mas gerar o auto reconhecimento, não só pela memória, propriamente dita, mas pela comparação entre pessoas e fatos isolados tão simples, que nos levam a traçar um perfil particular de cada personagem, até então estranhos ao nosso presente. Passa-se a compreender um pouco mais de cada um e do outro, que já faz parte do cotidiano ou daquele que ainda não se conhece, mas que um dia, por meio da memória criada pela crônica, trará ao leitor a sensação de já tê-lo conhecido. Como poderemos observar na crônica, **Palavrão**, publicada no **Diário Mercantil** em 26 de maio de 1968:

Perguntaram ao Dr. Justino Sarmiento porque sendo assim jovial, era seu irmão o Dr. José Carlos tão sisudo. A resposta foi esta, mais ou menos: “É porque não sabia xingar. Já lhe disse que deveria aprender palavrões”. Lembrei-me do Dr. José Carlos ao passar há dois dias pela rua que, em homenagem a ele, tem o nome de engenheiro Morais Sarmiento. Que homem bom! Mas por outro lado, sério! Sério, mas não carrancudo. Não sorria porque não precisava. Seus Olhos eram sorriso permanente – um sorriso triste, mas que exprimia a brandura, a suavidade do seu coração. Um homem assim nunca diria palavrão. Era como Albino Esteves, com quem convivi cotidianamente durante dez anos, na redação de “O Dia”. Também a ele dizia o Dr. Rubens Campos que precisava aprender a xingar, dizer uns nomes feios. Mas Albino não era sisudo. Contava anedotas e punha sal nelas. Sal e pimenta. Sabia temperá-las e de tal modo o fazia que, sem repetir a obscenidade de origem, deleitava os circunstantes. Porque era teatrólogo. Seus personagens não diziam palavrões. Eram como ele:

engraçados, mas comedidos. Agora que os artistas do teatro, da televisão e do cinema tanto brigam com a censura em defesa do palavrão, gostaria de saber se Albino Esteves e Belmiro Braga ficariam do lado deles. Porque também Belmiro, autor de muitas comédias consideradas fábricas de gargalhadas, não punha obscenidade nelas (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Quando essa narrativa não ficcional, é posta, passamos a compreender que a leitura e a imagem, como defende Ítalo Calvino (2006), podem não ser dissociadas. E muitos dos personagens ficcionais no romance e contos poderão nos causar diferentes percepções e configurações em nossa consciência e nas memórias dos nossos modelos predefinidos. Estes se carregam junto a imagens, legendas, que passam a ter um novo significado, como se refizéssemos deles, uma nova leitura.

Paulino, entretanto, se vale de personagens não ficcionais, mas carrega uma literalidade que, num primeiro momento, nos leva a não acreditar nesta não ficcionalidade e a buscar elementos comprobatórios de suas características, já que se trata de uma história real. Para alguns, essa visão seria imediatamente possível, por sua convivência com o personagem. E, sendo assim, para estes, o efeito seria uma lembrança afetiva positiva ou negativa, ou simplesmente o complemento com uma recordação de imagem, mas somente referenciando um trecho do texto.

Em outros casos, isso se torna diferente, pois, por não conhecer o Dr. José Carlos, cabe-nos somente construir imagens, e a primeira poderá ser a da rua (Morais Sarmiento) que leva seu nome, citada pelo autor.

Ele, Paulino, o jornalista-literário, nos remete a buscar, como já exposto por Manguel (2006), uma imagem que sirva de apoio ao texto, e vice-versa. Nesse caso, podendo nos valer da comparação quase que imediata de alguns personagens, sejam eles da literatura ou das mídias audiovisuais, ou mesmo familiares.

Pode-se, também, reconhecer o personagem em uma foto ou pintura antiga, que nos mostrem a sua realidade à época e que possa, de alguma forma, nos levar à conclusão do significado do trecho “Não sorria porque não precisava. Seus Olhos eram sorriso permanente – um sorriso triste, mas que exprimia a brandura, a suavidade do seu coração” (OLIVEIRA, 2001, não paginado). Acredita-se, entretanto, na hipótese de que não caberia buscar tais artifícios, pois isso de nada mudaria, conforme foi visto até agora, a nossa primeira impressão ou lembrança. Talvez, viesse a se destruir o que poderia ser resultado de uma lembrança individual depositada na memória e abstrair a sensação de pertencimento, já que, a partir

deste momento, o personagem passa também a nos pertencer. Cada um de nós vai enxergá-lo de uma forma diferente, podendo ser até parecida, mas nunca igual.

Essa integração se dá em outros gêneros literários, tais como romance e contos, onde os personagens, que são frutos da imaginação ou das lembranças de seu autor, também passam a ser reconfigurados pelo seu leitor, o que gera também uma apropriação dos personagens, e aproxima a crônica e o jornalismo literário desses gêneros.

Outro fator importante é que o texto, com suas características literárias e memoriais já postas, poderia vir mascarar a análise da crítica social e moral, elaborada, sutilmente, por Paulino de Oliveira. Quanto à crítica, podemos nos embasar que ela se dá por vários fatores. Na sua autobiografia, o autor se considerava homem de posturas, de probidade e preceitos religiosos fortes, o que o leva a fazer considerações muito próprias a despeito de alguns temas; porque, à época, muitos se baseavam nos preceitos, muitas vezes radicais, de uma ordem e decência construída a partir de modelos e dogmas, que eram os pilares de uma sociedade.

Quando o cronista registra no texto o fato da não aceitação do linguajar **temperado**, remete ao ato de se negar a utilização da livre expressão (que, durante um grande período da história, fora cerceado pelos órgãos de censura). E o faz de maneira tal que, se fôssemos levar somente em consideração seu sentido moral e a memória coletiva, talvez o texto lido por uma pessoa de sua época não causasse nenhuma reação. Se o fizesse na atualidade, poderia como dito por Pierre Nora, ter **repentinhas revitalizações** de momentos e períodos políticos tão diferentes, na memória individual e coletiva.

O fato de ser somente uma crítica social e moral de uma época, e não uma contestação política, poderia levar a algumas reprovações, ao próprio autor, que seriam corroboradas até mesmo por seus pares.

O que se pretende é demonstrar que a literatura, principalmente a jornalística, está também sujeita aos lugares de memória, mesmo quando estes são fragmentos de um texto. Ratifica-se assim a hipótese de que literatura e história, podem percorrer caminhos paralelos, mas de maneiras diferentes.

A partir do que fora exposto sobre o texto conter críticas, observa-se que elas não tiram o caráter memorial das crônicas e suas qualidades literárias. Segundo Fabrício Marques (2014) “o repórter atua duplamente como mediador, primeiro

convocando a memória dessas fontes para construir a narrativa; em seguida, sendo o privilegiado mediador entre os fatos e os leitores” (p. 207); já Pierre Nora, afirma que:

A coerção da memória pesa definitivamente sobre o indivíduo e somente sobre o indivíduo, como sua revitalização possível repousa sobre sua relação pessoal com seu próprio passado [...] Ela obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade (NORA, 1993, p.18. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em: 17 nov. 2014).

Paulino de Oliveira (2001) se utilizou, em suas crônicas, de diversos momentos, para nos mostrar, os **desacontecimentos**, termo criado pela jornalista Eliane Brum, que, segundo ela:

A carne da minha reportagem são os “desacontecimentos” palavra que dá conta de uma escolha: escrevo sobre a extraordinária vida comum, sobre o cotidiano do homem e das mulheres que tecem os dias e também o país, mas sempre são contados na história [...] busco subverter o foco, embaralhando os conceitos de centro e periferia. (BRUM, 2013, p.13).

Assim, Paulino de Oliveira proporciona, por meio de seus textos, conviver com personagens, numa visão da própria sociedade de sua época, onde as diferenças sociais, políticas e culturais existiam de forma provavelmente mais implícitas do que nos dias de hoje, já que as delimitações sociais de espaço e utilização destes eram mais evidentes, mesmo que estas não fossem conclamadas publicamente.

Tais fatos aconteciam não só pelo dito: *status* social, mas também por regras que moldavam os conceitos ou (pré)conceitos e que não se admitia serem quebradas; enquanto um bom escriba, transformou muitos desses fatos, colhidos em suas andanças em temas para o desenvolvimento de uma nova crônica.

Paulino de Oliveira soube transitar neste mundo dos que se julgavam acima na pirâmide social, mas estavam além de suas verdadeiras possibilidades, num mundo de ficção. E dos que viviam no mundo real, do qual ele mesmo poderia se fazer um personagem, admirado ou ignorado por aqueles que muitas vezes não faziam parte de seu círculo social.

Para Fabrício Marques de Oliveira, “O jornalista se lança ao território do entre-lugar das narrativas entre ficção e documento” (2014, p. 209). E assim, no seu papel de jornalista, ele [Paulino de Oliveira] parece se colocar à **margem**, para que possa

conhecer o espaço e, então, como um escriba, adentrar o cotidiano de sua personagem principal, a cidade de Juiz de Fora, e de sua alma, seu povo, para então participar ou até mesmo sofrer as consequências por atos, que, como um jornalista, nem Paulino sabia ter provocado. Vejamos esse fato na crônica **Caras**:

Não posso garantir que não tenho inimigos em Juiz de Fora. Mas, se os tenho, deve ser por alguma razão sem fundamento, como aquela que levou o popular Mário Pandolfo a odiar-me durante muitos anos. Eu era, a bem dizer, um garoto ainda quando foi construído o Jardim da Infância Mariano Procópio, no Largo do Riachuelo. Morando no Largo de São Roque, passava por ali todos os dias, quatro vezes no mínimo. Uma vez, um tijolo, um desses resistentes tijolos queimados, despencando lá de cima, quase me atingiu a cabeça. Se eu fosse vereador, talvez tivesse feito uma indicação ao Dr. Procópio Teixeira, protestando. Mas não protestei nem ao menos junto ao encarregado da obra. Não dei ao fato a menor importância. Outra vez, na mesma obra, fui atingido de raspão por uma tábua. Meu saudoso irmão Juca, que ia comigo, e não eu, fez um estardalhaço tremendo, recriminando o operário que conduzia aquele pedaço de madeira. Era o Mário Pandolfo. Muitos anos depois, durante uma das últimas campanhas políticas, fiquei sabendo que os dois fatos não foram meros acidentes. Foi o próprio Mário Pandolfo que me esclareceu. Disse ele: “Eu tinha gana de me vingar do senhor. Atirei aquele tijolo para matar. A tábua não. Foi só para mostrar que eu não gostava de sua cara”. E explicou que se emburrara comigo desde o dia em que fora preso e encontrara pela primeira vez na delegacia de Polícia, ao lado do capitão Morais, que o interrogava. Se tenho algum inimigo por aí, deve ser o Mário Pandolfo. Por não ir com a minha cara. O mundo é assim. Eu também não vou com a cara de muita gente. Só não me comparo a ele porque nunca atirei tijolo em ninguém. Quando não vou com a cara do sujeito, nem olho para seu lado. Um dia, por um gesto qualquer dele, essa idiosincrasia desaparece. Sou hoje amigo de muitos indivíduos que considerava mal-encarados. Até mesmo os animais costumam não gostar da cara da gente. Uma noite, passando pela Rua Floriano Peixoto, um cachorro me mordeu. Eu sabia de quem ele era, mas não dei parte à sua dona. No dia seguinte, o Dr. Cícero Tristão, a quem contei o fato, aconselhou-me a prendê-lo e observá-lo durante oito dias, pois estávamos em agosto, o mês em que a hidrofobia mais incide sobre os animais. Fui à Casa da América, comprei uma corrente por seis mil réis e pedi licença à dona do animal para prendê-lo. Moacir Rangel que me acompanhava nessa diligência, publicou no “Correio de Minas”, durante aquele período de observação, uma crônica intitulada “Destinos paralelos”, sentenciando que se o cachorro ficasse zangado, eu também ficaria e estava sujeito a morrer hidrófobo. Nem com ele, Moacir, fiquei zangado, pois gostava da cara dele (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Paulino de Oliveira transitava, por uma certeza de que a unanimidade, nunca o encontrou e que na pirâmide social, conseguiu diferentes sentimentos do topo à base, o que não o fez perder o humor sutil, elemento que é característico da crônica e dos grandes cronistas. Como na fala, em sua dissertação, de Sílvia Maria Silva Duarte:

Ao disfarçar a seriedade, o humor destrói o ódio, a cólera e o ressentimento. Por isso, o humor tem a capacidade de transformar as disposições do homem: a tristeza em alegria, a desilusão em cômico. O humor não esquece a seriedade, por alterar a situação desesperada numa situação de gravidade menor. [...] Veríssimo, a respeito do humor, relata: “O humor é uma linguagem. Você pode falar de tudo, coisas mais e menos sérias, mas usando uma linguagem mais leve, mais atraente. As pessoas gostam de ler uma coisa bem-humorada. Mas às vezes, há certos riscos, por exemplo, a ironia, que é sempre perigosa, porque muitas vezes a pessoa não entende a ironia. Tem que explicar que aquilo é ironia. Mas, fora isso, o humor é uma linguagem que serve para tudo” (DUARTE, 2007, p. 46).

E Paulino insere certo humor em seus textos, em pequenas doses e em diversos momentos, talvez antevendo o perigo de não se transformar em ironia. Entretanto, essa é uma discussão que caberia em uma nova análise, mais aprofundada do discurso do autor. A proposta é somente ressaltar este viés na produção do cronista. Como é contado na crônica publicada no **Diário Mercantil** em 20 de abril de 1968; **Rapidez:**

Antônio Francisco Gomes, mais conhecido por Lep-Lep, foi um excelente jornalista. Formou-se em Engenharia, mas nunca deixou o jornalismo. Falava depressa como ninguém e escrevia do mesmo modo. Escrevia com brilhantismo, mas falando. Era um desastre. Custava-se a entender o que dizia. Mesmo assim, discursava, às vezes, e, por não ser como Valentim Dilly, que falava muito devagar, conseguia ser aplaudido. Dizia Henrique de Rezende, seu colega na Escola de Engenharia, que a ele caberia melhor apelido que puseram no Chucinha (João Vieira Pereira): Velocidade. Porque Joãozinho só era ligeiro no andar e Gomes era rápido em tudo. Contava Henrique, a propósito, que quando estudante, andava alta noite pela cidade, em companhia de Gomes e outros colegas. O grupo era grande, mas foi aos poucos diminuindo, porque no dia seguinte, às sete da manhã, havia uma aula do Dr. Clorindo Bunier, à qual ninguém gostava de faltar. Lá pelas duas horas, Henrique quis ir dormir, mas Gomes o convidou para respaldar o estômago com um chope. No caminho para o local onde deveriam beber, houve a grande revelação: “— Você é um pixote — declarou Gomes. — Você e os outros. Precisam ficar na cama uma porção de horas, porque dormem devagar. Façam como eu. Vou deitar-me às cinco horas e durmo até as oito, hora da aula”. Foi então que Henrique descobriu: Gomes dormia depressa também (OLIVEIRA, 2001, não paginado).

Paulino de Oliveira, um escriba, um memorialista, um jornalista, um cronista. Parece que nos faltaria definir ou especificar este autor. Como se diante dos fatos, do objeto de estudo e dos conceitos e argumentos apresentados isso fosse, neste momento possível; numa hipótese, de que caberia eliminar algum desses conceitos, por ele, Paulino, conquistados e assim determinar uma única razão para suas obras. Recorre-se novamente a Pierre Nora:

História, profundidade de uma época arrancada de sua profundidade, romance verdadeiro de uma época sem romance verdadeiro. Memória, promovida ao centro da história: é o luto manifesto da literatura (NORA, 1993, p. 28. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em: 17 nov. 2014).

Esta talvez seja nossa primeira hipótese de que ainda não poderemos determinar o papel do autor, mas para o significado encontrado pelo conjunto da obra, pudéssemos gerar a seguinte proposição: Paulino de Oliveira: o escriba, que fez de Juiz de Fora sua cidade prometida, seu objeto de desejo e de estudo. Compreendendo seus caminhos e ratificando sua importância, a cada passo que deu em suas ruas, rascunhou suas impressões. O memorialista, como se fosse um artista plástico a esculpir ou desenhar sua musa, buscou nos documentos e na oralidade defini-la nos menores detalhes, traçando seu início e seu meio e deixando-a como uma obra inacabada, não determinou seu fim. Fez-se parte dela. Escreveu sua história. E na intenção de compreender um pouco mais essa trajetória, Alceu Amoroso Lima, posiciona:

Não sou contra os cursos de jornalismo. Foi mesmo quando fui Reitor da Universidade do Distrito Federal que se criou, no Brasil, o primeiro curso de jornalismo, cuja cátedra central entregamos ao saudoso Costa Rêgo, Só temo é que se queira algum dia confundir o diploma com a vocação [...] Nasce-se jornalista [...] A formação universitária é apenas um aperfeiçoamento de qualidades nativas (LIMA, 1969, p.59-60).

Paulino de Oliveira, o cronista, que compreendeu a alma de Juiz de Fora, seu dia a dia e, como já fora dito, se alimentou e deu alimento a quem dela se valia. Contou por partes o que fora apreendido pelo escriba, pelo memorialista, nas páginas efêmeras dos jornais. Seu verdadeiro diário. E nele mostrou que nunca precisou de um diploma, um título para cumprir sua promessa, que nos parece oculta, de jamais abandoná-la. E, de aprendiz de tipógrafo se tornou um jornalista. Agora reconhecidamente também um jornalista literário.

4 CONCLUSÃO

Para tentar compreender os caminhos de um literato, encontro na memória lembranças do estudante do curso de Licenciatura em Geografia, num trabalho de campo realizado na Serra da Canastra em São Roque de Minas, onde uma das pesquisas era analisar as águas da nascente do Rio São Francisco.

Rio caudaloso e extenso, que outrora conhecera numa viagem a Pirapora. Cidade mineira localizada às suas margens. A visão daquele mundo d'água como bom mineiro, assustava, entretanto, morando em Juiz de Fora, tão próximo do Rio de Janeiro, fazia também recordar o mar, que da praia sempre parece infinito.

O rio não tinha uma água tão azul ou esverdeada como a do mar, singrava nas curvas quase imperceptíveis à beira chão, morena como do nosso Paraibuna.

No trabalho de campo, tinha a expectativa de que encontraria um veio grande e também caudaloso, no entanto, qual fora a surpresa quando descobrira que na verdade eram vários os olhos d'água, que da terra brotavam e que, ao se juntarem e descerem a Serra – numa alusão de ser este o único caminho – pela cachoeira Véu de Noiva, se transformaria num dos maiores mananciais de água que ganha chão até se chegar ao nordeste brasileiro.

E assim como a nascente do Rio São Francisco, um escritor conduz suas linhas, que brotam de diversos veios ou caminhos, utilizando todos os seus sentidos: cheiro, gosto, tato, visão, audição, para então narrar a história, mesmo que essa não seja sua promessa, nem sua intenção. Assim, ao escrever a partir de sua inspiração e de suas verdades, pode através de suas andanças, quem sabe até lá para as bandas do velho Chico, transformar tudo que viu e ouviu em uma ficção ou não ficção, fazendo com que o seu leitor, possa definir ou não como sua e podendo de qualquer forma, (re)escrevê-la ou (re)significá-la em novas histórias, que novamente poderão ser contadas a partir das memórias adquiridas.

Se Milton Santos estivesse vivo, reconheceria suas teorias de globalização, na nova formação digital mundial, em que as mídias sociais, e não as empresas diretamente, se tornaram o grande elo entre os povos e as nações. Depreenderia que, apesar disso, ainda existem os guetos humanos, que vivem nas periferias deste novo mundo. E, seguindo esta hipótese, não se conseguiu ainda alcançar a todos, pois a informação se tornou fragmentada e facilmente dissipada em nuvens eletromagnéticas que cobrem o globo terrestre ou nas memórias de quem a lê.

Os meios de comunicação, televisão, rádio e jornal, atingem mais pessoas, mas, ao mesmo tempo, se tornaram oligopólios e não escapam da rapidez com que se tem que informar e absorver os fatos e suas reações.

Se Paulino de Oliveira estivesse vivo compreenderia que ainda existem escritores, como já fora descrito, que reconhecem em sua obra um pressuposto elemento de reflexão e emoção que poderá criar um lugar de memória, que, assim como suas crônicas, o levem a reviver ou a repensar o presente. Entretanto, surpreender-se-ia ao descobrir que hoje as lembranças se apagam num simples teclar **delete**, em seu computador. Recomeça-se, assim, a construção de um novo texto, de novas imagens e uma nova memória, agora digital ou virtual, mesmo que sem saber estejam sempre se reescrevendo.

O que se supõe, restaria no presente, para Paulino de Oliveira e talvez Milton Santos, a pergunta: E qual a consequência destes fatos?

Numa hipótese a ser discutida, talvez o resultado seja que a cidade parou de pensar ou a comunicação entre as pessoas tornou-se obsoleta e frívola, ditada e digitada por mensagens de texto e telas de celulares. Encontramo-nos, então, num possível abismo cultural?

Diante da forma educacional, compreendida como ultrapassada, que se baseava na leitura quase que cotidiana de livros e jornais, alguns responderiam: talvez, sim! Em contrapartida, é-nos oferecida a facilidade e a rapidez de transportar o mundo para nosso consumo individual. A qualquer momento, sugerem-nos um desencontro com a antiga necessidade cotidiana de se trocar ideias e perceber os pequenos problemas de nossa própria cidade.

Paulino, talvez, jamais fosse compreender a ausência destas fontes de saber e também da falta do diálogo como elo e diferencial do Ser humano. Da mesma forma que talvez não compreenderia que muitos dos escritores modernos e contemporâneos foram relegados a serem enaltecidos e lembrados pelos seus aniversários de vida e de morte. Suas obras, muitas vezes, não são mais encontradas nas prateleiras das livrarias ou bibliotecas, de sua própria cidade. E descobriria que, mesmo escrevendo a história de Juiz de Fora, ele não fora mais lembrado senão em teses e dissertações acadêmicas. Teria, talvez, no entanto, o conforto de saber que, não fora o único e não se trata de **emburrância**. Tantos contemporâneos seus também se fizeram esquecidos.

Ao pesquisar Paulino de Oliveira, precisei viajar no tempo. Tempo que não vivi, para reviver uma sociedade, tão repleta de conjecturas, análises e conclusões, que nos pareceu estar novamente dentro de uma sala de aula. Foram muitos os seus mestres e discípulos, pois esta cidade [Juiz de Fora] aprendera sua história com este memorialista. E o ensinara também. Ele [Paulino], que se tornara seu confidente e escriba, soube apresentá-la com todo respeito que uma mulher, altiva, bela e culta, merece de um verdadeiro cavalheiro.

Paulino de Oliveira viveu e escreveu uma Juiz de Fora que ele tão bem conhecia. Soube que dela se tornara escravo, pois não mais conseguiria deixá-la; e assim caminhou por suas calçadas que tinham memória. Fez com que ficassem registrados cada ponto e vírgula nas páginas dos seus jornais, que já foram tantos, permitindo-nos fazer destes registros nossa fonte de pesquisa, que também se transformara em nostalgia e saudade de uma Juiz de Fora que, como este pesquisador, muitos sequer conheceram, mas que, através de suas crônicas, criaram um novo olhar e um novo cenário.

Soube registrar sua admiração por aqueles que também fizeram e fazem parte desta memória e, para isso, não mediu esforços; pesquisou, entrevistou, para então contar histórias reais de suas ruas, praças, casas e sua gente. Evidenciou o quanto fora perdido e o que fora ganho durante seu tempo. E, através destes fragmentos de memórias, pudemos então supor que a verdadeira transformação poderia novamente se dar, se pudéssemos, mesmo com o mundo digital, escutar as opiniões da Rua Halfeld e seus cafés; que, se subirmos a Avenida Rio Branco, seja em direção ao Bairro Bom Pastor ou à Garganta do Dilermano, poderíamos continuar a ver alguns dos belos casarões, que já não existem mais. E, quando nos encontrássemos na esquina da Rua Braz Bernardino com Rua Batista de Oliveira, e olhássemos para sua extensão, saberíamos que ali fora palco de tantas e tão boas transformações pessoais e coletivas. Enfim, no presente, poderíamos ensinar que tantos e tão bons autores, que viveram e ainda vivem nesta cidade são o maior acervo que ela tem. Talvez a memória pudesse encontrar os caminhos há tanto perseguidos para uma nova cidade. E então essas obras poderiam ser digitalizadas e divulgadas, atingindo um número cada vez maior de pessoas que tenho a certeza, compreenderiam quem foram e são, esses diversos escritores, cronistas, escribas, memorialistas e jornalistas. E talvez se orgulhar-se-iam um pouco mais desta que já foi, e talvez ainda seja, a cidade do Saber.

Ao conhecer Paulino de Oliveira, o que se poderia criar num olhar mais disperso é a figura de um escriba/memorialista/cronista/jornalista literário que frequentara os melhores colégios da região, e que sua obra, apesar do tardio lançamento editorial, merece a análise que se dá aos cronistas e literatos nacionais. Entretanto, este escritor, que mal aprendera a ler nos bancos escolares, nos mostrou que fica difícil não se perder na sensação de pertencimento e (re)conhecimento desta nova Juiz de Fora que ele [Paulino de Oliveira] nos apresenta em suas crônicas e memórias.

E esta pode ser a principal hipótese que poderemos ratificar: Paulino fora, antes de tudo, um juiz-forano, não porque pesquisou e compreendera o seu passado, mas porque, como ele próprio nos fala, gostava de viver o presente. E o fez com tamanha vontade que, quando o pesquisamos, não encontramos uma resposta, para a pergunta: Qual o motivo fizera, com que um jornalista com sua experiência e conhecimento nunca cruzasse o Rio Paraibuna e fora encontrar novos caminhos?

E a única resposta que encontramos, seria talvez por não ter, como tantos outros, apreço de galgar pedestais, mas, sim, de reconhecer e ser reconhecido, em primeira instância, por sua gente, em sua própria casa, entretanto, percebemos que, como ele, tantos não foram, e, assim como Paulino, não tiveram o merecido reconhecimento, da academia, do mercado e principalmente de nossa cidade, Juiz de Fora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulino de Oliveira: ser um memorialista, é antes de tudo, reconhecer-se como parte de algo ou de algum lugar. É viver intensamente, na busca de novas evidências e fatos que possam reconstruir, sim, a memória, para então transformá-la em história. É recolher os fragmentos que foram deixados no caminho ainda desconhecido e assim reconstruir os monumentos praças, ruas, casas. É refazer tudo e novamente transformar num lugar de memória.

Ser um escriba, é se entregar por uma causa, é definir que sua intenção é sim levantar uma bandeira e buscar em todos os cantos palavras, orações, verbos que possam se juntar ao seu olhar de experiente desbravador e construir novos textos, agora literários, deste lugar.

Ser um cronista é poder ir além do escriba, é unir o que se vê com o que se ouviu dizer, e fora escrito; para descrever, de novas formas, o que um dia fora aquela cidade ou aquelas pessoas que se fizeram personagens, e então poder publicá-la no jornal, seu espaço primeiro, e depois ser transformada em literatura. E um dia ela será memória. E, a partir dos diversos fragmentos de lembrança e também de esquecimento, não será mais a sua história ou a história de uma rua, de uma cidade. Agora ela será a memória coletiva em que cada um poderá intervir e (re)construí-la, várias e várias vezes.

Ser um jornalista, talvez em primeiro lugar, é preciso vocação, mas também coragem e perseverança, pois encontrar o fato e torná-lo uma matéria, diante, muitas vezes, da ausência de conteúdo, não é só um sortilégio do cronista. É a necessidade do jornalista, principalmente numa cidade do interior em transformação, que ainda guarda o recalque daquela moçoila interiorana, carregada de dogmas e preconceitos.

Mais difícil ainda é escrever com poesia, com prosa literária, e assim se tornar um jornalista literário, que não se prende ao fato principal, para dar oportunidade ao que está à sua margem ou aos **desacontecimentos**, onde a emoção se esconde. Uma outra história.

Paulino de Oliveira, um memorialista, um escriba, um cronista, um jornalista literário. Um juiz-forano que nos deixou não na cauda do cometa, como profetizara, mas nos braços tranquilos de Morfeu; pois o que este pesquisador pode concluir é que esta dissertação é o início de um novo trabalho de conhecimento e apreensão

deste literato que ainda tem muito que contar. Oxalá tenhamos a garra, a coragem e a perseverança de Paulino.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gilberto. **O Escriba Julião de Azambuja**, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1962.

ASSIS, Machado de. **Do jornal ao livro**, O Correio Mercantil. Rio de Janeiro, 10 e 12 de Janeiro de 1859 – p.80 In. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés, São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

BAKOS, Margaret. **Cotidiano do ofício de escriba: ecos em *Deir el Medina* (Novo Reino)** disponível em: <http://www.pucrs.br/ffch/historia/egiptomania/> Acesso em: 08 de out. 2013.

BRUM, Eliane. **Um percurso de des(identidades)**. In: BRUM, Eliane. **A menina quebrada**. Porto Alegre: Arquipélago, 2013.

CALLADO, Antonio. **Reflexos do baile**, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não escrita. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta Moraes (Org.). **Usos & Abusos da história oral**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os lusíadas**; Ed. revisada por Hernâni Cidade, Serafim Ferreira – São Paulo: Círculo do Livro S.A. [c.2015]

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés do chão. In: WERNECK, Humberto (Org.). **A Maioridade da Crônica**. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/suplemento_literario/especial_cronicas.pdf . Acesso em: 05 de mai. de 2014.

CARTOGA, Fernando. Uma poética da ausência. In: SARMENTO, Diva Chaves, YAZBECK, Dalva Carolina (Lola) de Menezes (Org.). **Escola e sistema de ensino: memória, gestão e saberes**, Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

CORTESÃO, Jaime, **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: Edições Livros de Portugal, 1943.

DUARTE, Sílvia Maria Silva, **A percepção da ironia nas crônicas de Luiz Fernando Veríssimo**, 2007. 100f. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

FLUSSER, Vilém. **A escrita – há futuro na escrita?** . Tradução de Murilo Jardelino da Costa. São Paulo: Annablume, 2010.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa 3.0**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Acesso em: 20 de nov. de 2014.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. Tradução de Rubens Figueiredo, Rosaura Eichenberg, Cláudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo**. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

NEVES, José Alberto de Pinho. Uma Juiz de Fora sob o desígnio da Memória: notas sobre cidade e literatura. In: MIRANDA, Sônia Regina, JIMAN, Lara Maria Castro (Org.). **Cidade, memória e educação**. Editora UFJF: Juiz de Fora, 2013.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História: revista do Programa de estudos pós-graduados em história – PUC/SP, São Paulo, n.10, p. 07-28 -1993. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851>. Acesso em: 17 nov. de 2014.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In CANDIDO, Antonio. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Editora Unicamp 1992.

LIMA, Alceu Amoroso, **O jornalismo como gênero literário**. Agir Editora, Rio de Janeiro, 1969.

LISPECTOR, Clarice. **Um Sopro de Vida**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira 1978.

OLINTO, Antônio. **Jornalismo e literatura**. Coleção Aspectos – Rio de Janeiro: MEC. Serviço de Documentação, 1955.

OLIVEIRA, Fabrício Marques de. Jornalismo como entre-lugar: narrativas entre ficção e documento. In: SOUZA, Eneida Maria; DIAS, Dylia Lysardo e BRAGANÇA, Gustavo Moura (Org.). **Sobrevivência e devir da leitura**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

OLIVEIRA, Paulino. **Memórias quase póstumas de um escriba provinciano**. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica S.A, 1974.

_____. **Crônicas** Paulino de Oliveira. Belo Horizonte: BDMG, 2001.

ROUSSO, Henry. A memória já não é mais o que era. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta Moraes, (Org.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REZENDE, Luiz Alberto Ornelas. **Baronato em família** – considerações acerca da crise cafeeira em juiz de fora a partir da família Ribeiro de Rezende (1885–1914). 2008. 21p. Trabalho apresentado II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social em Juiz de Fora, MG, set. 2008.

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

WERNECK, Humberto. **Maioridade das Crônicas**. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/suplemento-literario/especial_cronicas.pdf. Acesso em: 05 de mai. de 2014.

ANEXOS

ANEXO A - JUIZ DE FORA, ANO 45, N. 114, 17 MAIO 1910

ASSIGNATURA... ANNO XLV... JUIZ DE FORA (Minas), Terça-feira, 17 de Maio de 1910... NUMERO 114

RUA DIREITA, 144 (Esquina da Municipalidade) ANNO XLV... Diogo Rocha

O CAMBIO CAIXA DE CONVERSO

Autulogio o limite de 80 milhões... Caixa de Conversão... Diogo Rocha

Hippolyto Caron... Hippolyto Caron... Hippolyto Caron

Atos respeito, Heitor Guimarães... Heitor Guimarães

ATONSO XIII

A Ho-panha em peso reestabelece... Atonso XIII

RECOMENDADA

Recomendada... Recomendada

DISCURSO BARBOSA LIMA

Discurso Barbosa Lima... Barbosa Lima

MORRO DO IMPERADOR

Morro do Imperador... Morro do Imperador

NOTAS E NOVAS

Notas e Novas... Notas e Novas

CAMARA MUNICIPAL

Camara Municipal... Camara Municipal

Curso Fundamental... Curso Fundamental

REUMATISMO

Reumatismo... Reumatismo

COMETA DE HALLEY

Cometa de Halley... Cometa de Halley

ULTIMAS MÚSICAS

Ultimas Musicas... Ultimas Musicas

CINEMA PAROL

Cinema Parol... Cinema Parol

Quando a graça infallível actual... Quando a graça infallível actual

A ESMERALDA

A Esmeralda... A Esmeralda

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Academia Mineira de Letras... Academia Mineira de Letras

RECOMENDADO

Recomendado... Recomendado

DISCURSO BARBOSA LIMA

Discurso Barbosa Lima... Barbosa Lima

MORRO DO IMPERADOR

Morro do Imperador... Morro do Imperador

NOTAS E NOVAS

Notas e Novas... Notas e Novas

CAMARA MUNICIPAL

Camara Municipal... Camara Municipal

Quando a graça infallível actual... Quando a graça infallível actual

A ESMERALDA

A Esmeralda... A Esmeralda

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Academia Mineira de Letras... Academia Mineira de Letras

RECOMENDADO

Recomendado... Recomendado

DISCURSO BARBOSA LIMA

Discurso Barbosa Lima... Barbosa Lima

MORRO DO IMPERADOR

Morro do Imperador... Morro do Imperador

NOTAS E NOVAS

Notas e Novas... Notas e Novas

CAMARA MUNICIPAL

Camara Municipal... Camara Municipal

Quando a graça infallível actual... Quando a graça infallível actual

A ESMERALDA

A Esmeralda... A Esmeralda

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Academia Mineira de Letras... Academia Mineira de Letras

RECOMENDADO

Recomendado... Recomendado

DISCURSO BARBOSA LIMA

Discurso Barbosa Lima... Barbosa Lima

MORRO DO IMPERADOR

Morro do Imperador... Morro do Imperador

NOTAS E NOVAS

Notas e Novas... Notas e Novas

CAMARA MUNICIPAL

Camara Municipal... Camara Municipal

Quando a graça infallível actual... Quando a graça infallível actual

A ESMERALDA

A Esmeralda... A Esmeralda

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Academia Mineira de Letras... Academia Mineira de Letras

RECOMENDADO

Recomendado... Recomendado

DISCURSO BARBOSA LIMA

Discurso Barbosa Lima... Barbosa Lima

MORRO DO IMPERADOR

Morro do Imperador... Morro do Imperador

NOTAS E NOVAS

Notas e Novas... Notas e Novas

CAMARA MUNICIPAL

Camara Municipal... Camara Municipal

Programa de Hoje... Vejam programma... Cinema Parol

ANEXO A - AMPLIAÇÃO DO TEXTO

espe-
mens
ara as
para o
a vida
amos,
strias,
rtes e
e com-
a serie
a exis-
iciaes,
e Bel-
a pre-
é uma
desti-
la for-
emias.
curso
odela-
nundo
neada-
anglo
ouvelle,
mento
os Es-
com-
ensino,
ão se-
mensa
te or-



O cometa de Halley

Continúa a ser perfeitamente visível, a olhos nús, tendo augmentado extraordinariamente de intensidade, o cometa de Halley.

Hontem appareceu elle ás 4 horas e 42 minutos da madrugada; hoje, ás 5 e 13; amanhã apparecerá ás 5 horas e 56 minutos; depois de amanhã, dia 19, ás 6 horas e 48 minutos. Nesse dia elle nascerá depois do sol, que despontará ás 6 e 29. Como se sabe, é na noite de 18 para 19 que a terra deve passar pela sua cauda. Finalmente, a 20 elle nascerá ás 7 e 42 da manhã.

E' conveniente accrescentar que a hora do apparecimento a que nos referimos é no horizonte. Isto não quer dizer que todos possam velo ás horas indicadas. Tudo depende do ponto em que estiver collocado o observador. Os morros offerecem obstáculos á visão nas horas mencionadas.

As pessoas collocadas por detrás dos morros só mais tarde poderão ver o cometa.

ULTIMAS NOVIDADES MUSICAES

PARA PIANO

theon da
Pois h
de delus
dições d
Gonzaga
ritos poe
portugu
grande

Não
por noss
temma l
Minas s
niaes ao
do "Car
"Villa F
tyricas
as rima
de Dirce
Silva A
ros de "
mes sen
E evoca
ras, a v
pete o p
á indito
á poetis
lher mir
Como
nomes n
as scie
vares M
desde V
Couto,
Pires S

ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DE TEXTO

O COMETA DE HALLEY

Continua a ser perfeitamente visível, a olhos nus, tendo aumentado extraordinariamente de intensidade, o cometa de Halley.

Ontem apareceu ele às 4 horas e 42 minutos da madrugada; hoje às 5 e 13; amanhã aparecerá às 5 horas e 56 minutos; depois de amanhã, dia 19, às 6 horas e 48 minutos. Nesse dia ele nascerá depois do sol, que despontará às 6 e 29. Como se sabe, é na noite de 18 para 19 que a terra deve passar pela sua cauda. Finalmente, a 20 ele nascera às 7 e 42 da manhã.

É conveniente acrescentar que a hora do aparecimento a que nos referimos é no horizonte. Isto não quer dizer que todos pensam vê-lo às horas indicadas. Tudo depende do ponto em que estiver colocado o observador. Os morros oferecem obstáculos à visão nas horas mencionadas.

As pessoas colocadas por detrás dos morros só mais tarde poderão ver o cometa.

ANEXO B - O PHAROL, JUIZ DE FORA, ANO 45, N. 115, 18 MAIO 1910



ANNO XLV
DIRETOR PROPRIO
RUA DIREITA, 144
(Diaria da Manhã Central)

JUIZ DE FORA (Minas), Quarta-feira, 18 de Maio de 1910

NUMERO 115

OS SETE DIAS DE UM SIMPLES

(Quarta-feira)
Abro para o campo e para o céu a janela que ella o necessita.

Abro para o campo e para o céu a janela que ella o necessita. Cinco horas e toda a cidade dorme...

Que diabol! Halley podia vir e mais a sua canção 'd'edio cyrenopico... Mas, neste caso, ha a politica...

Max Halley escapa a todas estas saudades representadas. A sua estada é determinado em massa do genero humano...

Chronicas está reciosas de falar do mez de maio. Reciosas que neste diffinitivo um treat despretendido...

NOTAS & NOVAS

Requerer ao Ministerio do Interior equiparacao ao Gymnasio Nacional e o Gymnasio de Minas...

Recomendamos aos doctores de Medicina de Minas Gerais que se apresentem para o concurso de doutoramento...

Para abolir a falta de espaço de campos de publicos terrenos e realinhando as ruas e calçadas...

Contra o estado humido da praça da rua de Espírito Santo tem vindo diversas panes traser-nos...

O PEQUENO AMOROSO

(Léo Logarino)
— Nunca injustos para os outros, desistem o exemplar Marc Damiano de sua attitud...

— Mas, esta historia da industria paranaense... Mas, esta historia da industria paranaense...

— O Oscar Vicente é um sujeito decidido e ratico de deves... Mas, esta historia da industria paranaense...

— Mas, esta historia da industria paranaense... Mas, esta historia da industria paranaense...

Advertisement for 'HOJE' newspaper, featuring the headline 'Programa novo' and decorative elements.

ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DE TEXTO

OS SETE DIAS DE UM SIMPLES

(Quarta-feira)

Abro para o campo e para o céu a janela que olha a nascente.

Cinco horas, e toda a cidade dorme formidavelmente um grande sono de quem passou o dia trabalhando.

No alto, longa, branca, temerosa a cauda de Halley, o cometa ameaçador, se estende, à maneira de um véu, na treva do espaço. As estrelas, em uma infinidade de olhos humanos, lá estão, rebrilhantes e frias, sarcasticamente cravadas na terra.

E Halley caminha vertiginosamente, e o mundo, lá embaixo, sob a neblina densa que começa a branquear os morros, treme de medo, considerando um forte delírio de pusilânime, e as catástrofes que este astro vagabundo e imenso pode trazer lá do infinito insondável de onde vem rolando, anunciado já pelas trombetas da ciência! – já sob o olhar inquisidor da reportagem que procura sucesso para o seu jornal!

Halley caminha fantasticamente fazendo a terrífica velocidade de cento e noventa léguas por hora. Vara como um louco o espaço imensurável, trazendo-nos no bojo, como régio e fatídico presente, esta formidável carga de ácido cianogênico, do qual o nosso ambiente, o querido ar que respiramos, pode ficar saturado. E é a morte certa fatal, inquestionável, que aí nos vem dançando macabramente no luminoso núcleo deste perverso astro, e é a morte inevitável, certa como uma operação de Aritmética que de nós se aproxima – com a aparição de um cometa. É irrisório, e revolta esta última e alarmante consideração.

Que diabo! Halley podia vir e mais a sua cauda de ácido cianogênico – ai! o impiedoso ácido! – mas viesse pacatamente, serenamente, sem estes apavorantes modos de brigão, já querendo matar, já querendo aniquilar, e reduzir a estilhaças a pobre carcaça humana! Não se entra numa casa para desacatar seu dono. A menos que seja um atrevido, um faquista...

Mas, neste caso, há a polícia, a salutar prisão correcional; há a beleguim com a sua espada e a justiça com a sua balança. Em último caso, provada que seja a enormidade de atentado, há o hospício...

Mas Halley escapa a todas estas salutares repressões. A sua ameaça de extermínio em massa do generoso humano é formal. Temos garantida a ruína.

Já Flammarion descerrou os lábios e falou. E mostrou, encarnado e vivo o x do problema: Halley é perigoso e pode reduzir isto a cacoc.

E Flammarion é astronomia, e Flammarion é a ciência! Halley, o feroz gavroche do espaço, aí vem, furibundo e veloz, tirando a sua cachimbada. E a sua vingança – a vingança radical de um cometa que possui ácido cianogênico – será completa.

E depois desta catástrofe, deste aniquilamento criminoso de todo um mundo, Halley serenamente retomará a sua carreira fatídica. E todo o globo terrestre, esfrangalhado pela sua cólera milenária, nada mais restará que uma carcaça nua e pobre, já sem cantares de fontes e sem sorrisos humanos...

A crônica está receosa de falar do mês de maio. Receia-se que neste desfiladeiro um mais desprevenido passo atire o cronista, de cheio e grotescamente, na pavorosa tolice da reedição dos lugares comuns.

Maio é um mês que não serve mais à literatura. Esgotaram-no o cérebro dos poetas e a pena dos escritores. O seu céu tem mais adjetivos que estrelas, as suas flores têm mais odes e hinos e frases que perfumes. Maio é positivamente um mês perdido para o cronista. Não senhorita que tenha o riso mais misterioso – um riso e uma alma! – e um pouco de veia que tenha atirado ao rico mesinho das flores a sua rica florinha de retórica. É um mês exaurido. Foi poético. Hoje é frio.

O gênero humano tanto se acostumou a ver em maio uma natureza diferente – caracterizada a capricho e com pó-de-arroz – e mais brilho nos astros, e mais sabor nas laranjas, e mais poesia nas tardes e mais perfume na flor, que o mês nos saiu agora uma detestável chatice.

E a desgraça mais avulta, porque na medida em que os poetas mais adoram o céu de maio, o céu azul e belo, mais a bruma se condensa no espaço fazendo para a terra uma cúpula opaca e feia. Se o lirismo diz, revirando os olhos, que maio é um mês suave, logo o frio, contraditório e perverso, aí está a nos perseguir com as suas alfinetadas diabólicas.

Se eles dizem que as flores têm perfumes e viços novos, a geada rola do céu, cortando torpemente os vegetais. De modo que a preocupação dos elementos é desmentir a poesia.

Mas... qual! Maio há de sempre merecer dos cronistas as suas linhas alvicareiras e tornas! E não há fugir! Quem sabe se a gente ainda pode ter necessidade de dizer, derreado de emoção, que... maio é o mês das flores? ... rendamos pois a maio a

nossa homenagenzita. É simples, e temos seguido a tradição da literatura jornalística.

O céu parece que nos reserva outras surpresas, além desse feroz cometa de Halley. Passam só coisas estranhas lá em cima, e o homem, que cá embaixo agira alheado por circunstâncias várias a este(s) movimentos cosmográficos, anda já de sobreaviso e resmungando as suas dúvidas sobre a firmeza desta abóbada.

Temos, por exemplo, esta original estrela que nos anda assombrando a brilhar, tranquilamente, no mais radioso meio-dia. E não há nuvem que lhe turve o esplendor singular de astro que ousa brilhar em plena face do sol.

Que loucura será esta de uma estrela errante e desrespeitadora das sábias leis que regem os mundos luminosos lá do alto, para vir assim, brilhando e assustando a gente, romper as mais sérias convenções astronômicas?

Não há ninguém nesta cidade que não tenha ainda apreciado e comentado o astro singular. Formam-se grupos compactos pelas calçadas, pelas esquinas, pelas praças, trocando ideias as mais alarmantes sobre as intenções das estrelas. E do céu não tiram os olhos tontos de pasmo como querendo ver no próprio astro nítida e certa, a razão de ser da sua originalidade...

Esta estrela é talvez o complemento do cometa de Halley. Estão os dois no céu para organizarem o serviço de amedrontar o gênero humano. E um arrepio de susto, um frisson de pavor nos agitam diariamente. O cometa de Halley, o monstruoso e rapidíssimo viajante celeste, e a estrela que surge de dia, a importuna sentinela postada no espaço para vigiar, com um olho atento e rebrilhante, o solene andamento do mundo.

O céu nos tem dado bem duras emoções, na ostentação que faz do seu cometa vagabundo e da sua estrela que brilha em face do sol...

Mário Lotus

ANEXO C

DIARIO MERCANTIL

Orgão dos DIÁRIOS ASSOCIADOS, fundado em 1912

ANO XLVIII

JUIZ DE FORA - Sábado, 16 de Janeiro de 1960

N. 14.081

INTERVEM JK NA SUCESSÃO MINEIRA

Importante reunião nas Laranjeiras com os principais chefes políticos de Minas Gerais

RIO, 16 (M.) — Os principais chefes da política mineira reuniram-se hoje com o presidente da República e desta reunião segundo tudo indica, sairá a orientação definitiva para a campanha da sucessão governamental de Minas, tendo como ponto de vista a candidatura do sr. Tancredo Neves.

UNIÃO DOS PERRISTAS

O PR, como se sabe, está em entendimentos com todos os partidos, pois todos eles disputam os votos republicanos, hoje na casa dos 400 mil. Há no partido do sr. Bernardino Filho tendência pro-Tancredo e pro-Magalhães Pinto. Mas, por decisão já sacramentada por todos os setores dirigentes da agremiação o partido não sairá trincado para a luta sucessória.

Concordaram os três naquela ocasião que nenhuma solução poderia ser tomada quanto à reavaliação do acordo PSD-PR em Minas, sem antes ser ouvido o presidente da República e o senador Benedito Valadares. A pre-

Clóvis Salgado para vice-governador e Santiago Dantas para vice-presidente da República — Formula para atender as exigências perristas republicanos já podem ser divididos. O sr. Kubitschek está interessado numa solução harmoniosa em Minas, tanto em favor do marechal Lott, como a favor do sr. Tancredo Neves. Sua palavra

para atender as exigências perristas republicanos já podem ser divididos. O sr. Kubitschek está interessado numa solução harmoniosa em Minas, tanto em favor do marechal Lott, como a favor do sr. Tancredo Neves. Sua palavra

para atender as exigências perristas republicanos já podem ser divididos. O sr. Kubitschek está interessado numa solução harmoniosa em Minas, tanto em favor do marechal Lott, como a favor do sr. Tancredo Neves. Sua palavra

As diretrizes da coligação PSD-PTB

RIO, 16 (M.) — O esboço do protocolo eleitoral para intermédio de Leonel Brizola. O protocolo consta de duas partes. A primeira enumera os princípios políticos que orientarão o governo caso se for eleito o marechal Lott: nacionalismo econômico, reforma da constituição e legislação social, o intercâmbio com todos os povos e medidas de contenção do custo de vida.

Não havia contrabando

RIO, 16 (Meridional) — O petroleiro 'Wenceslau Braz' em sua viagem inaugural Japão-Rio, foi interceptado no litoral paulista por cinco destróieres e o submarino 'Humaitá', sob suspeita de que trazia um contrabando. O destróier 'Pará' levou a bordo os guardas do Alfofonde e o guarda-mor Murilo Noronha, chefiando nove oficiais aduaneiros. As buscas tiveram início às 14 horas de ontem e depois de serem revistados os porões e demais dependências do navio, constatou-se as primeiras horas de ontem que o contrabando não existia.

Redução das forças armadas russas

MOSCOU, 16 (UPI) — O Soviet Supremo aprovou ontem por unanimidade a proposta do primeiro ministro soviético Khrushchev para a redução das forças armadas soviéticas em um milhão e duzentos mil homens, pondo assim em vigor a proposição. As duas câmaras do Soviet Supremo, "parlamento da Rússia", aprovaram a medida e depois Khrushchev a falar, para agradecer o apoio que lhe haviam dado o Comitê

os parlamentos do mundo, para que imitassem o exemplo da Rússia, reduzindo os efetivos militares de suas nações. A proposta foi aprovada.

A carga do Santa Catarina

Está legalizada e destina-se a Belém do Para. Rio, 16, (M) O corretor de navios, Alvaro Pinto falando ao Diário da Noite sobre a situação do cargueiro "Santa Catarina" que, segundo suspeita do guarda-mor da Alfândega do Rio de Janeiro, Murilo Noronha, está transportando a carga caçou em amendoeiras, para porto estrangeiro

Crise no governo francês

PARIS, 16 (UPI) — Max Fiechet, secretário de Estado para assuntos econômicos, solidarizou-se ontem com Antoine Pinay que renunciou ao cargo de ministro da Fazenda e, também, solicitou sua demissão o que aumentou o perigo de que os conservadores abandonem o gabinete de Collette. Fiechet é o terceiro membro do ministério de De Gaulle a apresentar sua demissão em menos de um mês.

Gasolina não sofrerá aumento

RIO, 15, (M) O Brigadeiro Henrique Pletus afirmou ontem que não haverá aumento nos preços da gasolina, conforme foi anunciado. Os derivados também não sofrerão aumento nos preços.

CHEGOU BEM A DELEGAÇÃO

Desde ontem em Florianópolis a delegação ao Campeonato Brasileiro de Futebol — Moverá treino hoje pela manhã no estádio Adolfo Konder — Excelente viagem até aquela capital — Recepção cordial

FLORIANÓPOLIS, — Do nosso enviado especial Mario Heleno, por telefone.

Desde ontem, às 19,20 que se encontra em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, a delegação mineira que ontem partiu de Juiz de Fora, às 5 ho-

ção cordial

As primeiras etapas da viagem, como se sabe, compreendia a ida a Belo Horizonte, em ônibus especial. A delegação partiu de nossa cidade às 5 horas, fazendo excelente viagem até a capital do Estado, não obstante um pequeno defeito no carro, pouco além de Santos Dumont ter ocasionado um atraso.

As 14,20, chegou a Belo Horizonte, onde já a aguardava um grande número de desportistas e dirigentes da F.M.F.

O almoço foi no Hotel Sul-Americano, de propriedade do sr. Francisco de Castro Cortes, presidente da F.M.F. Do mesmo par participaram além da delegação que vinha para Florianópolis, o tenente Sílvio Ferreira de Carvalho, da Polícia Militar e representante do governador; presidentes Antônio

Julgamento dos matadores da jovem estudante Aida Curi

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

RIO, 16 (M.) — O pedido do promotor Maurílio Bruno foi adiado para o dia 22 do corrente o julgamento dos implicados na morte da jovem Aida Curi. A sessão do primeiro Tribunal do Juízo foi aberta às 9,2 horas de ontem, sendo encerrada pouco depois em virtude da ausência das testemunhas Nelson Curi, Luiz Beethoven e Ione Arruda. O representante do Ministério Público considerava indispensável a presença no plenário do irmão da vítima que alegou doença, encaminhando para o atestado médico.

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

Adiado para o dia 22 do corrente — Perspectivas em torno do desfecho do processo crime

A importância da SUDENO

RIO, 16 (Meridional) — No gabinete do Ministro da Justiça perante o titular da pasta, sr. Armando Falcão tem posse do cargo de superintendente da SUDENO, nomeado pelo presidente JK, o sr. Celso Furtado. Além de grande número de parlamentares das bancadas do Nordeste, estiveram presentes a ministro Sette Câmara, representante o presidente JK e o senador Atilio Vivacqua e o diretor geral do DASF, sr. Guilherme Aragão, outras autoridades e pastores amigos do empessoado. Lido o termo de posse pelo sr. Vieira Coelho, chefe do gabinete do ministro e assinado, pelo sr. Celso Furtado pronunciou discurso analisando os problemas fundamentais da área nordestina e das atribuições do novo órgão que vem de execução prática o Operação Nordeste e no encerramento da cerimônia o ministro Falcão de improbitação a importância do novo órgão para solução dos problemas cruciais da população Nordeste. Disse que desde há muito o problema das secas requeridas duas providências fundamentais: Coordenação e continuidade. Isto, afirmou, era o que agora a SUDENO vinha permitir e assegurar para tranquilidade do Nordeste, pois o presidente JK subora compreender que não estavam diante de um problema regional, mas nacional, ao propor ao Congresso a criação do novo órgão.

GOLPE DE PROMOTORIA

Ao deixar o Palácio da Justiça o advogado Lopes Santos, um dos defensores do "play-boy" Ronaldo Souza Castro declarou que havia recebido o adiamento com a maior surpresas, frisando: "tudo não passa de manobra da Promotoria". Por sua vez, Ronaldo disse o "promotor está de braços dados com o jornalista David Nassor, responsável pela campanha contra mim". O outro acusado é Antônio João, porteiro do edifício Rio Nobre e enquadrado pelo promotor como co-autor do crime. Quanto ao "play-boy" Cassio Mu-

A QUEIMADA

Das matas nos castigares com a herança de uma terra este- rei. Não queremos florestas!

Volta a crise do feijão

RIO, 16, (M) O setor de abastecimento da COFAP face as notícias procedentes do sul sobre o aumento do feijão, também resolveu majorar os preços do produto, distribuído no carvão, através de barracas, de 25 para 40 cruzeiros, num abastecido quente de que está des- do movimento que se es- bou em todo o país.

CONTRIBUA

Para a Campanha de Educação Florestal: Plante mais árvores!



Em 1947, por ocasião da campanha eleitoral para o posto municipal, meu irmão, então, que tinha então 16 anos, de "Curtina" e tinha que certa senhora da sociedade, indignada, para re- que a revista de que o sr. Di- terminando Curtina não estava ma- candidaturas a prefeito, como se- tinha um alívio real, nome- ara dizer a sua filha, a ca- nista, em "magi" de Lady Grant- "a, se se sentissemos tal rui- ridade, imediatamente chegou a di- se por sentir-se capaz de desistir a para promover o candidato se- renhido. Mas não desistiu e foi rito, inclusive, com o meu ve- larva, sua filha da mesma pro- gressista; descreva de Lady Gu- do, a sua filha, se o sr. El- lino Faria apólar o sr. Tancre- do Neves para governador. To- tou certa de que a sena que lê- ta promessa, que há muitos me- mos de idade por ocasião da po- de sua mãe foi a, enviada por- era.

Dei outra dia os nomes de "Artes católicas, que estão sendo lido para prefeito de Juiz de Fora. Vou repetir: Fábio Ne- ra, Edemundo Cruz, padre Wil- son Vito da Cruz, Irineu José de Paula, Roberto Neves e Ha- rnar Frasin. Depois surgiu me- se jornal e do sr. Jaures Ara- nco e hoje vou apresentar a li- ta com um que vem sendo le- brado desde há tempo, mas que ainda não foi publicado. An- tônio Simão Farias de Sousa não me sua candidatura. Imitar- mager volte nos últimos dias em a eleição do sr. Farias pa- ra vice-presidente da Federa- ção das Indústrias de Minas Ge- ras.

Fui convidado para a inaugura- ção hoje às 11 horas, da re- pública de pintura do sr. E- dmondo Cruz, no hall de- do Chile, Juiz de Fora. Efraser- tando, além de pintor, e escul- tor e violonista. Não poderei comparecer ao ato inaugural de- ma exposição, mas irei escre- va, segunda ou terça-feira.

Disseram-me ontem que o sr. Joaquim Vianna, eleito, que foi o candidato de prefeito a re- pública da Câmara Municipal em 23 de Janeiro de uma passa- da, está agora em estado de me- mo ponto. O meu informante não sabe dizer se o senhor con- tinuou a trabalhar, ou se o sr. Ci- ríaco, contra quem o sr. Vianna trabalhou antes, sepa- rando-se agora com a ajuda dele. Enquanto isto, o sr. Clevaldo Bica, que o sr. Clevaldo Bica, prometeu ajudar a eleger um documento certo, continua aguardando os acontecimentos.

ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DE TEXTO

CORTINA

Em 1947, por ocasião da campanha eleitoral para o pleito municipal que então se realizou, disse nesta mesma coluna, que tinha então título de "Cortina e ribalta" que certa senhora da sociedade juizdeforana, para provar a certeza de que o sr. Dilermando Cruz não retiraria sua candidatura a prefeito, como se dizia em algumas rodas, prometera descer a rua Halfeld, a cavalo, em "traje" de Lady Godiva, se se confirmasse tal retirada. Dilermando chegou a dizer que seria capaz de desistir só para presenciar o inédito espetáculo. Mas não desistiu e foi eleito, inclusive, com o meu voto. Agora, uma filha da mesma senhora, que é partidária do sr. Magalhães Pinto, fez a mesma promessa: descerá de Lady Godiva a rua Halfeld, se o sr. Ribeiro Pena apoiar o sr. Tancredo Neves para governador. Estou certo de que a moça que fez tal promessa, que só contava seis anos de idade por ocasião da que fez sua mãe, foi incentivada por esta.

Dei outro dia os nomes de vários cidadãos que estão sendo falados para prefeito de Juiz de Fora. Vou repeti-los: Fabio Nery, Dilermando Cruz, padre Wilson Vale da Costa, Irineu Jose de Paula, Roberto Neves e Itamar Franco. Ontem surgiu neste jornal o do sr. Juarez Arantes e hoje vou aumentar a lista com um que vem sendo lembrado desde há tempos, mas que ainda não foi publicado: Antônio Simão Firjan. Os boatos sobre esta candidatura tomaram maior vulto nos últimos dias com a eleição do sr. Firjan para vice-presidente da Federação das Industrias de Minas Gerais.

Fui convidado para a inauguração, hoje, às 17 horas, da exposição de pintura do sr. F. Bracher Junior, no "hall" do Clube Juiz de Fora. Bracher Junior, além de pintor, é escultor e violinista. Não poderei comparecer ao ato inaugural de sua exposição, mas irei visitá-la segunda ou terça-feira.

Disseram-me ontem que o sr. Joaquim Vicente Guedes, que foi o candidato do prefeito à presidência da Câmara Municipal em 31 de janeiro do ano passado, será agora candidato ao mesmo posto. O meu informante não soube dizer se Guedes contará agora com o mesmo apoio. Adiantou, porém, que o sr. Godofredo Botelho, contra quem o prefeito trabalhou antes, espera contar agora com o apoio deste. Enquanto isto, o sr. Cleveland Braga, que o sr. Godofredo Botelho prometeu ajudar a eleger em documento escrito, continua aguardando os acontecimentos.

Jornal Diário Mercantil

Juiz de Fora, 16 janeiro de 1960.

CORTINA
Artaxerdes

Em 1947, por ocasião da campanha eleitoral para o pleito municipal que então se realizou, disse nesta mesma coluna, que tinha então título de "Cortina e ribalta" que certa senhora da sociedade juizdeforana, para provar a certeza de que o Sr. Dilermando Cruz não retiraria sua candidatura a prefeito, como se dizia em algumas rodas, prometera descer a rua Halfeld, a cavalo em traje de Lady Godiva, se se confirmasse tal retirada. Dilermando chegou a dizer que seria capaz de desistir só para presenciar o inédito espetáculo. Mas não desistiu e foi eleito inclusive com o meu voto. Agora, uma filha da mesma senhora, que é partidária do Sr. Magalhães Pinto, fez a mesma promessa: descerá de Lady Godiva a rua Halfeld, se o Sr. Ribeiro Pena apoiar o Sr. Tancredo Neves para governador. Estou certo de que a moça que fez tal promessa, que só contava seis anos de idade por ocasião da que fez a mãe, foi incentivada por esta.

Fui Convidado para a inauguração, hoje, às 17 horas, da exposição de pintura do Sr. F. Bracher Junior, no "hall" do clube Juiz de Fora. Bracher Junior, além de pintor, é escultor e violinista. Não poderei comparecer ao ato inaugural de sua exposição, mas irei visitá-la segunda ou terça-feira.

Disseram-me ontem que o Sr. Joaquim Vicente Guedes, que foi o candidato do prefeito à presidência da Câmara Municipal em 31 de janeiro do ano passado, será agora candidato ao mesmo posto. O meu informante não soube dizer se Guedes contará agora com o mesmo apoio.

Adiantou, porém, que o Sr. Godofredo Botelho, contra quem o prefeito trabalhou antes, espera contar agora com o apoio deste.

Enquanto isso o Sr. Cleveland Braga, que o Sr. Godofredo Botelho prometeu ajudar a eleger em documento escrito, continua aguardando os acontecimentos.